

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL

Greta Dotto Simões

**O PATRIMÔNIO FOTOGRÁFICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS
POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE (1955-1972):
DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

Santa Maria, RS.
2022

Greta Dotto Simões

**O PATRIMÔNIO FOTOGRÁFICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E
ECONÔMICAS DO RIO GRANDE (1955-1972): DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Glaucia Vieira Ramos Konrad, Doutora

Santa Maria, RS.
2022

Simões, Greta Dotto
O Patrimônio Fotográfico da Faculdade de Ciências
Políticas e Econômicas do Rio Grande (1955-1972): Descrição
arquivística e preservação da memória / Greta Dotto Simões.
2022.

212 p.; 30 cm

Orientadora: Glaucia Vieira Ramos Konrad
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, RS, 2022

1. Fotografia 2. Patrimônio documental 3. Descrição
arquivística 4. FURG 5. Arquivo universitário I.
Konrad, Glaucia Vieira Ramos II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

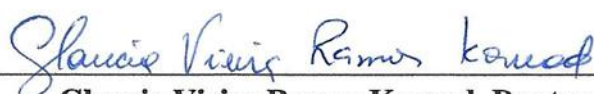
Declaro, GRETA DOTTO SIMÕES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Greta Dotto Simões

**O PATRIMÔNIO FOTOGRÁFICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E
ECONÔMICAS DO RIO GRANDE (1955-1972): DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E
PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Patrimônio Cultural**.

Aprovada em 13 de junho de 2022.



Glauca Vieira Ramos Konrad, Doutora. (UFSM)
Presidente/ Orientadora (por videoconferência)

Documento assinado digitalmente



TATIANE VEDOIN VIERO

Data: 05/07/2022 12:01:22-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

Tatiane Vedoin Viero, Doutora. (FURG)

(por videoconferência)

Documento assinado digitalmente



ANDRE ZANKI CORDENONSI

Data: 05/07/2022 13:20:35-0300

Verifique em <https://verificador.iti.br>

André Zanki Cordenonsi, Doutor. (UFSM)
(por videoconferência)

Santa Maria, RS.

2022

DEDICATÓRIA

Ao Henrico, meu filho amado, meu presente de Deus!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que permitiu que eu passasse por este momento. Agradeço ao meu filho Henrico que amo muito e esteve ao meu lado com muita compreensão e incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho. Gratidão também a minha família, meus pais Ione e Carlos pela vida e pelo apoio em muitos momentos, e minha irmã Greice pelas palavras de apoio que buscou transmitir.

Agradeço especialmente a professora Dr^a Glaucia Vieira Ramos Konrad pelo empenho em me ajudar e toda a orientação sobre o tema. Igualmente, agradeço as colaborações significativas do Prof^o Dr. André e da Dr^a Tatiane, que gentilmente aceitaram o convite de participarem como membros da banca de defesa. Meus sinceros agradecimentos a todos!

Agradeço a Universidade Federal de Santa Maria, mais especificamente o corpo docente do programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, pela transmissão dos conhecimentos relacionados ao patrimônio e nas suas diferentes manifestações.

Agradeço ao colega Sandro Estevão Rista que conheci durante o Mestrado, por todas as dicas, ensinamentos e pela parceria durante todo o Curso. Que possamos seguir com essa bela amizade.

Agradeço a Universidade Federal do Rio Grande, pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradeço principalmente o apoio da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, através do Sr. Mozart Tavares Martins Filho, meu primeiro chefe no qual respeito e admiro muito, que me recebeu e me apresentou a FURG no meu primeiro dia de trabalho. Também agradeço o atual Pró-Reitor Diego D'Ávila Rosa e o corpo técnico da Coordenação de Arquivo Geral, pelo incentivo e por acreditarem na importância dessa pesquisa.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Santa Maria

O PATRIMÔNIO FOTOGRÁFICO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE (1955-1972): DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

AUTORA: GRÊTA DOTTO SIMÕES

ORIENTADORA: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de junho de 2022.

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE), segunda unidade de ensino superior do Município de Rio Grande, foi criada em 1955 pelo poder público municipal com o objetivo de ministrar o ensino superior das Ciências Políticas e Econômicas e abrigou o Curso de Ciências Econômicas e o Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. A Faculdade funcionou efetivamente entre os anos de 1959 até 1972, sendo que em 1969 foi incorporada a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), devido a mudança no sistema educacional do país ocasionada pela Reforma Universitária. Durante o desenvolvimento de suas atividades e funções, a FCPE foi responsável pela produção e formação de um importante acervo documental, o qual constitui seu Fundo documental, custodiado pela Coordenação de Arquivo Geral. Neste trabalho, destacam-se as fotografias que são consideradas prova de fatos e fontes de informação das atividades administrativas e de ensino praticadas pela Faculdade. Assim, a presente pesquisa tem como objetivo geral promover a descrição arquivística no acervo fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, de 1955 à 1972, de acordo com as normas e recomendações encontradas na literatura arquivística, visando a preservação do patrimônio cultural documental e da memória institucional. A pesquisa classifica-se como exploratória, do tipo qualitativa e descritiva. A coleta de dados foi realizada através de observação direta, pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho aborda a função arquivística de descrição de documentos e as normas de descrição recomendadas para o uso em arquivos. Na sequência, apresenta-se a análise do contexto de formação e de conteúdo do acervo fotográfico da FCPE, fornecendo subsídios para uma interpretação e descrição consiste aos pesquisadores. A descrição das fotografias, teve como base a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, e resultou na elaboração do “Catálogo Seletivo de Fotografias da FCPE”, produto final da dissertação de mestrado. A produção e divulgação do instrumento de pesquisa colabora para a preservação, acesso e difusão do patrimônio fotográfico que retrata a história e memória de uma das Faculdades que deram origem a FURG.

Palavras-chave: Fotografia. Patrimônio documental. Descrição arquivística. FURG. Arquivo universitário

ABSTRACT

Masters dissertation
Professional Postgraduate Program in Cultural Heritage
Federal University of Santa Maria

THE PHOTOGRAPHIC HERITAGE OF THE FACULTY OF POLITICAL AND ECONOMIC SCIENCES OF RIO GRANDE (1955-1972): ARCHIVIST DESCRIPTION AND PRESERVATION OF MEMORY

AUTHOR: GRETA DOTTO SIMÕES

ADVISOR: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Date and Place of Defense: Santa Maria, June 13th, 2022.

The Faculty of Political and Economic Sciences (FCPE), the second higher education unit in the Municipality of Rio Grande, was created in 1955 by the municipal government with the aim of providing higher education in Political and Economic Sciences and housed the Economic Sciences Course and the Commercial Technical College Fernando Freire. The Faculty operated effectively from 1959 to 1972, and in 1969 it was incorporated into the Federal University of Rio Grande (FURG), due to the change in the country's educational system caused by the University Reform. During the development of its activities and functions, the FCPE was responsible for the production and formation of an important documentary collection, which constitutes its Documentary Fund, guarded by the General Archive Coordination. In this work, the photographs that are considered evidence of facts and sources of information of the administrative and teaching activities carried out by the Faculty stand out. Thus, the present research has as general objective to promote the archival description in the photographic collection of the Faculty of Political and Economic Sciences of Rio Grande, from 1955 to 1972, according to the norms and recommendations found in the archival literature, aiming at the preservation of cultural heritage, documentary and institutional memory. The research is classified as exploratory, qualitative and descriptive. Data collection was carried out through direct observation, bibliographic and documentary research. The work addresses the archival function of document description and the description standards recommended for use in archives. Next, an analysis of the context and content of the FCPE photographic collection is presented, providing an interpretation and description to researchers. The description of the photographs was based on the Brazilian Standard for Archival Description, and resulted in the elaboration of the "Selective Catalog of Photographs of FCPE", the final product of the master's dissertation. The production and propagation of the research contributes to the preservation, access and spread of the photographic heritage that portrays the history and memory of one of the Faculties that gave rise to FURG.

Keywords: Photography. Documentary heritage. Archival description. FURG. University archive.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Assembleia de instalação da FCPE.....	83
Fotografia 2 – Arquivo da FCPE e do CTCFF.....	85
Fotografia 3 – Prédio da antiga Escola de Belas Artes de Rio Grande.....	89
Fotografia 4 – Secretaria do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.....	93
Fotografia 5 – Prédio da CAG, SITC e Protocolo.....	102
Fotografia 6 - Arquivo deslizante da Seção de Arquivo Permanente da CAG/FURG.....	108
Fotografia 7 - Armazenamento das caixas-arquivo do Fundo FCPE na CAG/UFSM.....	109
Fotografia 8 - Fotografia acondicionada em invólucro de papel neutro em formato de cruz.	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre cada tipo de instrumento de pesquisa e o nível da descrição.....65

LISTA DE SIGLAS

AAB Associação dos Arquivistas Brasileiros
ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
AN Arquivo Nacional
ARQUIFES Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior
CAG Coordenação de Arquivo Geral
CBPN Comitê de Boas Práticas e Normas
CEPE Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas
CGC Curso Ginásio-Comercial
CGTI Centro de Gestão de Tecnologia de Informação
CIA Conselho Internacional de Arquivos
CIDEC-SUL Centro Integrado de Desenvolvimento do Ecosistema Costeiro do Extremo Sul
CNA Congresso Nacional de Arquivologia
CND Comitê de Normas de Descrição
CNIFES Comitê Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior
CODEARQ Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos
COEPEA Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
CONARQ Conselho Nacional de Arquivos
CONSUN Conselho Universitário
CPAD Comissão Permanente de Avaliação de Documentos
CPD Centro de Processamento de Dados
CTA Curso Técnico de Administração
CTCFF Colégio Técnico Comercial Fernando Freire
CTNDA Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
DAFF Diretório Acadêmico Fernando Ferrari
DBTA Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística
EEI Escola de Engenharia Industrial
ENARQUIFES Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior
FCRG Fundação Cidade do Rio Grande
FURG Universidade Federal do Rio Grande
GETA Grêmio dos Estudantes Técnicos de Administração
IFBA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFES Instituições Federais de Ensino Superior
IFRS Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias
ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISDF Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
JPEG *Joint Photographic Expert Groups*

LAI Lei de Acesso à Informação
MEC Ministério da Educação
NOBRADE Norma Brasileira de Descrição Arquivística
NUME Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos
ONU Organização das Nações Unidas
PPI Projeto Pedagógico Institucional
PROACE Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROEXC Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROINFRA Pró-Reitoria de Infraestrutura
PROPLAD Pró-Reitoria de Planejamento e Administração
REUNI Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SIGA Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo
SINAR Sistema de Nacional de Arquivos
SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STIC Secretaria de Transparência, Integridade e Controle Social
TIFF *Tagged Image File Format*
UCP Universidade Católica de Pelotas
UFAL Universidade Federal de Alagoas
UFC Universidade Federal do Ceará
UFG Universidade Federal de Goiás
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA Universidade Federal do Pará
UFPB Universidade Federal da Paraíba
UFPEL Universidade Federal de Pelotas
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas
UNIRIO Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
URG Universidade de Rio Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	27
2.1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL	29
2.2 OS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS	32
2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS	39
3 A FOTOGRAFIA	45
3.1 ORIGEM, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	45
3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POTENCIALIDADES DE USO	47
3.3 FOTOGRAFIA, HISTÓRIA E MEMÓRIA	49
3.4 A FOTOGRAFIA NO CONTEXTO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO E COMO FONTE DE PESQUISA.....	52
4 METODOLOGIA.....	59
5 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	63
5.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	64
5.2 NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	69
5.2.1 Normas internacionais	71
5.2.2 A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE.....	77
6 A FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS	81
6.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE	95
6.1.1 A Coordenação de Arquivo Geral (CAG).....	99
6.1.2 O Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME).....	105
7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	107
7.1 CONTEXTO DE FORMAÇÃO E DE CONTEÚDO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO DA FCPE	107
7.2 A DESCRIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS DA FCPE CONFORME A NOBRADE	115
7.3 O CATALOGO, PRODUTO DA PESQUISA	123
8 CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXO A – TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DA CAG/ FURG	143
ANEXO B- DESCRIÇÃO DO FUNDO FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS (NÍVEL 1).....	145
APÊNDICE A – QUADRO DE ARRANJO DA FCPE	146
APÊNDICE B – CATÁLOGO SELETIVO DE FOTOGRAFIAS DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE 1958-1972.....	149

1 INTRODUÇÃO

O homem como um ser social sempre teve a necessidade de relacionar-se com outros homens e com o meio em que vive, esta ação caracteriza-se como um processo social natural. Nessa relação, produziu e deixou para as futuras gerações recursos culturais que refletem a realidade e a história de um dado grupo humano e proporcionam a cada indivíduo, assim como à coletividade, um sentido de identidade, memória e cidadania.

Inseridos nesse contexto, encontram-se os arquivos, formados por documentos originários do registro das ações e atividades realizadas por uma determinada pessoa física ou jurídica, seja no âmbito político, econômico, administrativo, religioso, social ou cultural.

Dentre os vários tipos de arquivos, destacam-se os universitários, que apresentam documentos relativos à administração, história e funcionamento de uma instituição de ensino superior e que comprovam a trajetória acadêmica dos alunos desde a sua entrada, período de permanência até a conclusão do curso realizado. Os arquivos universitários asseguram um valor probatório e de base cultural e histórico ao seu produtor e que é extensivo a toda sociedade, pois “extrapola os limites do *campus* universitário, com atividades e serviços prestados” (BOTTINO, 2012, p.25).

Garantir ao cidadão o acesso as informações custodiadas em um arquivo de forma fácil, rápida e promover a preservação documental arquivística, é um dever das instituições arquivísticas e dos órgãos públicos. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 5º inciso XXXIII reconhece o acesso a informação como um direito fundamental do cidadão, ao declarar que “Todos os cidadãos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (...).”

Em 2011, com o advento da Lei de Acesso a Informação (LAI), a Lei nº 12.527 de 18 de novembro, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, foi possível consolidar a garantia e a segurança jurídica a pessoas físicas e jurídicas, bem como assegurar a participação da sociedade no controle da administração pública.

Nesse cenário, apresenta-se a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE), segunda unidade de ensino superior criada no Município de Rio Grande, e pioneira no

ensino das Ciências Políticas e Econômicas. A Faculdade teve sua criação determinada por Lei Municipal em 1955, mas funcionou efetivamente a partir de 1959 até o ano de 1972, sendo que em 1969 foi incorporada à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), devido a mudança no sistema educacional do país na época.

A FCPE, durante o desenvolvimento de suas atividades e funções, foi responsável pela produção e formação de um importante acervo documental, no qual destacamos as fotografias. Consideradas como um documento, as fotografias são registros de conteúdo de informação e prova de fatos ocorridos na Faculdade, e possuem importância histórica e cultural quando respeitada sua organicidade com o fundo a que pertence.

Assim, o presente trabalho trata de uma parte relevante do patrimônio cultural da FURG: o patrimônio documental fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande.

O tratamento do patrimônio fotográfico da FCPE, com ênfase na descrição arquivística, constitui o tema geral desta pesquisa. O período de produção das fotografias selecionadas corresponde ao período total da existência da instituição, entre os anos de 1955 à 1972, buscando satisfazer as expectativas dos usuários e as necessidades de pesquisa.

O estudo realizado procurou responder ao seguinte problema “De que forma a descrição arquivística promovida através de normas e recomendações da área, irá contribuir para a preservação do patrimônio cultural e o resgate da memória institucional da FCPE?”.

Portanto, na busca de respostas para o problema proposto, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em promover a descrição arquivística no acervo fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (1955-1972), integrada a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), de acordo com as normas e recomendações encontradas na literatura arquivística, visando a preservação do patrimônio cultural documental e da memória institucional. Os objetivos específicos definidos foram: investigar o contexto histórico e de formação do patrimônio documental e fotográfico da FCPE; descrever as fotografias da FCPE de acordo com a literatura arquivística; e elaborar um catálogo seletivo de fotografias, com vistas a preservação e divulgação da memória institucional.

A justificativa para a elaboração desta dissertação, inclui o fato que o acervo fotográfico da FCPE constitui parte relevante do patrimônio documental da Instituição e da própria FURG, que atualmente é responsável pela custódia e preservação dos seus registros documentais. As fotografias retratam as atividades administrativas e de ensino praticadas pela Faculdade e servem como fonte de informação e preservação da identidade e da memória institucional.

A descrição de documentos, função arquivística mais aprofundada nesta dissertação, possibilita referenciar informações sobre as fotografias e suas partes hierarquicamente relacionadas, o que resulta na produção de instrumentos de pesquisa. É por meio desta função que o pesquisador tem a possibilidade de ampliar sua visão do acervo arquivístico, em relação ao conteúdo e contexto de produção dos documentos, obtendo mais informações referentes ao seu objetivo de pesquisa.

Nesse processo, a utilização de normas orientam a produção de descrições e visam o controle, acesso e preservação das informações que estão registradas nos documentos, independente do seu suporte e gênero. As normas oferecem uma base segura e eficiente na produção de instrumentos de pesquisa, evitando ações inúteis, originada por improvisos e presença de dados desnecessários.

Através de atuação profissional própria, constata-se uma significativa demanda de solicitações de pesquisas de usuários que possuem ou já tiveram algum vínculo com a FURG, como docentes, técnico-administrativos em educação, e estudantes; egressos dos cursos superiores; e pesquisadores em geral. Dentro desse contexto, o arquivo fotográfico pode ser considerado um importante subsídio para as pesquisas realizadas pelos usuários desta e de outras instituições, ampliando suas fontes informacionais e atendendo satisfatoriamente suas necessidades e expectativas.

Além disso, a FCPE representa uma parte significativa da história da cidade, pois sua fundação e legitimação contribuiu para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Município de Rio Grande. Desta forma, esta pesquisa torna-se importante na medida em que o acervo fotográfico da Instituição retrata também aspectos de formação e crescimento da região, confirmando sua importância histórico-cultural à cidade.

Sendo assim, acredita-se que os motivos mencionados justificam a importância de ações arquivísticas voltadas a preservação, acesso e divulgação do acervo fotográfico da FCPE do Rio Grande e irão contribuir para a consolidação das políticas arquivísticas no âmbito da FURG.

A Dissertação está estruturada em sete capítulos, sendo o primeiro a **Introdução**. O segundo e terceiro capítulo, apresentam uma revisão da literatura, com ênfase nas temáticas de patrimônio cultural e fotografia, visando colaborar para uma melhor compreensão do tema. O capítulo **Patrimônio Cultural** aborda a noção de patrimônio cultural, a nível mundial e nacional, e seus desdobramentos ao longo dos anos. Neste capítulo, são exploradas as

definições e iniciativas relacionadas ao patrimônio documental arquivístico, com destaque para a preservação dos arquivos universitários custodiadores da memória institucional; e em seguida, os avanços das políticas arquivísticas no Brasil. O capítulo **A Fotografia**, apresenta um resumo histórico desde a origem até as características e possibilidades de uso da fotografia. De forma mais específica, aborda a relação da fotografia com a memória e a história; e a condição da fotografia como documento de arquivo e fonte de pesquisa histórica.

O quarto capítulo, apresenta a **Metodologia** através das atividades e período dispensado em cada etapa, bem como dos métodos utilizados afim de atingir o objetivo geral e específicos do trabalho. Já o quinto capítulo, **Descrição Arquivística**, aborda a função arquivística de descrição de documentos, os tipos de instrumentos de pesquisa que podem ser produzidos como resultado da descrição, e as normas de descrição recomendadas para o uso em arquivos.

Como sexto capítulo, intitulado **A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas**, apresentam-se os aspectos históricos relacionados a criação e constituição da Faculdade, e as contribuições para o desenvolvimento do Município de Rio Grande. Ainda nesta seção, apresentam-se a história da FURG, instituição na qual a FCPE foi agregada; e da Coordenação de Arquivo Geral e do Núcleo de Memória Eng^o Francisco Martins Bastos, lugares de memórias da FURG, no qual foram localizados os registros fotográficos da FCPE.

No sétimo capítulo apresenta-se a **Análise e Discussão dos Resultados** da pesquisa, com foco na apresentação do contexto de formação e de conteúdo do acervo documental e fotográfico do Fundo FCPE, na análise da descrição das fotografias e do Catálogo seletivo de fotografias, produto da pesquisa.

2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio é uma palavra de origem latina *patrimonium*, e de acordo com sua definição em dicionários, se refere a uma herança paterna. Ainda, seu sentido pode ser associado a bens, objetos de valor, algo que se constrói e se acumula com o passar do tempo, “podendo assumir valores não só econômico ou de uso, mas afetivo e até mesmo simbólico, desde que com eles nos relacionemos pelo vínculo do apoderamento.” (IPHAN, 2012, p.4).

A partir da Revolução Francesa, o significado do patrimônio se estendeu do privado, do conjunto de bens de uma pessoa ou grupo com concentração significativa entre a nobreza, para o conjunto de bens de todos os cidadãos. A emergência da noção de patrimônio como um bem coletivo associado ao sentimento nacional teve vários desdobramentos, como criações de instituições e políticas públicas implementadas.

Esse cenário trouxe também a noção de patrimônio da humanidade, onde era preciso preservar um grande acervo de realizações, tanto materiais como imateriais da vida em sociedade, comum a todo gênero humano. A criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 1940, representou uma forma de colocar em relação várias culturas nacionais, assim, “o conceito antropológico de cultura foi apropriado como antídoto aos conflitos entre os povos”. (ABREU, 2009, p.36)

A UNESCO, fundada em 16 de novembro de 1945, é uma Organização das Nações Unidas (ONU) com sede localizada em Paris, que busca promover a paz mundial por meio da educação, cultura e ciência. Um importante papel da UNESCO é a promoção da liberdade de expressão como direito fundamental da democracia. No âmbito cultural, a organização defende o patrimônio histórico e a memória coletiva como forma de defesa do direito ao acesso à cultura e à informação.¹

No Brasil, a proteção efetiva e legal ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi prevista inicialmente na Constituição de 1934, promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte. No capítulo II, da educação e da cultura, o artigo 148 esclarece que “cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País” (BRASIL, 1934, [s.p]).

¹ Informações retiradas do site <https://www.infoescola.com/geografia/unesco/>. Acesso em: 15 de abril 2021.

Ainda na década de 1930, Mário de Andrade foi o idealizador do projeto do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável por tombamentos, estudos e pesquisas. No projeto, Mário de Andrade foi pioneiro ao incluir o patrimônio imaterial, identificado como os vocabulários, cantos, lendas, medicina e culinária indígenas, músicas e outras manifestações da cultura popular. O autor entendia que “arte é uma palavra geral, que nesse seu sentido significa a habilidade com que o engenho humano se utiliza das ciências, das coisas e dos fatos” (ANDRADE, 1981, p.44 apud SALA, 1990, p.21).

O SPHAN foi criado pela Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937, e de acordo com o artigo 46 “com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937). O Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e determinou as competências do SPHAN nessa política.

Dessa forma, o SPHAN é considerado a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Durante trinta anos, foi presidido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, período conhecido como “fase heroica”.

Ao longo de sua “fase heroica” (1937-1967), é possível afirmar que as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão. (BEZERRA et al, 2014, p. 6).

Ao longo dos anos, teve várias alterações em sua denominação, sendo atualmente intitulado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O IPHAN, autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, atua com a função de proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras.

A Carta de Serviços do IPHAN², contém a relação de mais de vinte serviços prestados pelo Instituto, que visam diretamente ou indiretamente a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Em cada serviço, observa-se as seguintes informações: definição do que se trata o

² A Carta de Serviços é um instrumento de gestão pública, que contém informações sobre os serviços públicos prestados de forma direta ou indireta pelos órgãos e entidades da administração pública. Ela contempla as formas de acesso, padrões de qualidade e compromissos de atendimento aos usuários. A Carta de Serviços do IPHAN está disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/orgaos/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional>> Acesso em: 15 de abril de 2021.

serviço; formas de acesso; etapas de realização; documentação necessária; tempo estimado das etapas e do serviço em geral; e outras observações necessárias ao cidadão e usuário.

Atualmente, compreende-se como patrimônio cultural o legado transmitido de uma geração a outra e que está relacionado a identidade, ao reconhecimento e a memória de um grupo de indivíduos ou de uma sociedade. Segundo o artigo 216 da Constituição Federativa do Brasil, o patrimônio cultural brasileiro é constituído por:

Bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988 [s.p]).

Dessa forma, a Constituição Federal de 1988, define como patrimônio tanto os bens de “pedra e cal” voltado aos monumentos históricos, como inclui também as manifestações, realizações, representações, bens de natureza imaterial, conforme defendido por Mário de Andrade na década de 1930. Porém, destaca-se no item IV do referido artigo, os “documentos”, considerados pela legislação um bem de natureza material.

Assim, no subcapítulo a seguir, discutiremos algumas definições e iniciativas relacionadas ao patrimônio documental.

2.1 PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

A transformação significativa da memória coletiva e da cultura dos homens, deu-se a partir do surgimento da escrita e da evolução dos materiais sobre o qual se gravava os sinais convencionais. Assim, os documentos surgiram a partir da necessidade do homem em registrar suas atividades administrativas, políticas, econômicas, sociais e pessoais.

É considerado documento todo e qualquer suporte que contém o registro de uma informação. Já o documento de arquivo ou documento arquivístico é produzido naturalmente no desempenho das funções e atividades de instituições públicas ou privadas, famílias e indivíduos. Em sua maioria são únicos, independem quanto ao tipo de suporte e apresentam relação orgânica entre si. Numa visão ampla do conceito de documento arquivístico, destaca-se a seguinte reflexão:

Todo documento possui uma função estática e uma função dinâmica; cumpre uma função e passa uma mensagem. No arquivo interessa o documento em todas as dimensões como expressão da memória coletiva, como evidência de um ato jurídico, administrativo ou de outra natureza, como suporte informativo que é necessário processar, armazenar e ao qual é preciso disponibilizar; e como unidade física ou suporte material que deve ser preservado. (VEJA DE DEZA, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p.23)

Os arquivos são definidos como “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa física ou jurídica, pública ou privada, caracterizados pela natureza orgânica de sua acumulação e conservados por essas pessoas ou seus sucessores, para fins de prova ou informação” (PAES, 2004, p. 24). Os arquivos como instituições, são identificados como um lugar de memória e de identidade da sociedade no qual está inserido.

Por sua constituição e finalidades, essas organizações [os arquivos], estruturadas social e administrativamente, além de serem entidades de gestão, guarda e preservação, também são responsáveis pelo processamento técnico de acervos documentais, permitindo o acesso, a recuperação e o uso de seu conteúdo informacional para fins administrativos, gerenciais, acadêmicos, culturais e de construção, ou reafirmação, de aspectos de pertencimento e identidade. (SIQUEIRA, 2016, p.82)

Os documentos com valor permanente e histórico representam a memória e a história de uma sociedade humana, e amparados pela legislação em vigor, passaram a fazer parte do patrimônio cultural a fim de preservar e divulgar as informações contidas em seus registros. Para Edmondson (2002, p. 5), o patrimônio documental “representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Ele traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura.”

Uma iniciativa importante para expandir a noção do patrimônio documental arquivístico, na década de 1980, foi a criação do Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica – Pró-Documento, vinculado à então Fundação Nacional Pró-Memória³. O objetivo era identificar acervos privados de interesse histórico afim de assegurar sua preservação e acesso.

A Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural, e visou consagrar e garantir proteção aos bens de natureza material e imaterial que formam o patrimônio histórico e cultural do país. Conforme o artigo 23, parágrafo III, da Constituição

³ A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada através da Lei nº6.757 de 17 de dezembro de 1979, para dar maior agilidade as políticas de preservação do patrimônio cultural. A Fundação foi extinta em 1990, pela Lei nº 8.029, de 12 de abril, sendo posteriormente criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), que integrou suas funções.

Federal, é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos” (BRASIL, 1988).

A Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, em seu artigo 1º estipula como dever do Poder Público “a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. A Lei também aborda as seguintes determinações: a responsabilidade por danos causados aos documentos de valor permanente ou considerados como de interesse público e social; a possibilidade do poder público em identificar arquivos privados como de interesse público e social; o direito de acesso à informações de interesse pessoal ou de interesse coletivo ou geral contidos em documentos de arquivos de órgãos públicos; entre outros assuntos.

Em 1992, a UNESCO, visando conscientizar a importância da preservação e do acesso ao patrimônio documental em várias partes do mundo estabeleceu o Programa Memória do Mundo (*Memory of the World – MoW Programme*). O Programa Memória do Mundo reconhece o patrimônio documental de importância internacional, regional e nacional, através de um registro e de uma logomarca de identificação, o que facilita sua preservação e acesso sem discriminação. Além disso, promove campanhas de sensibilização sobre o patrimônio documental, alertando as autoridades, os cidadãos e os setores empresariais quanto às necessidades de preservação e também captando recursos para essas ações.⁴

O documento intitulado “Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental”⁵, elaborado pela UNESCO por Ray Edmondson, teve sua primeira versão publicada em 1995, e serviu de base para o desenvolvimento subsequente do Programa Memória do Mundo e dos valores que ele representa. A última edição, lançada em 2002, contém uma reflexão sobre a técnica de preservação e a evolução do Programa e de sua estrutura.

No Brasil, em 2004, foi criado o Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO – MoWBrasil, através da Portaria do Ministério da Cultura nº 259, de 2 de setembro de 2004, publicada no DOU de 6 de setembro de 2004 e regulamentada pela

⁴ Informações retiradas do site do Arquivo Nacional/ Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO. Disponível em: <<http://mow.arquivonacional.gov.br>> Acesso em 19 de abril de 2021.

⁵ Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Diretrizes_para_a_salvaguarda_do_patrimônio_documental.pdf> Acesso em 19 abril 2021.

Portaria Nº 61, de 31 de outubro de 2007. O Comitê tem como finalidade intermediar e promover os objetivos do Programa Memória do Mundo da Unesco a nível nacional.

Atualmente, mais de cem acervos brasileiros encontram-se inscritos no Registro Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo⁶, demonstrando a relevância de muitos acervos brasileiros no âmbito cultural e de ações de preservação, difusão e acesso ao patrimônio documental. Objetivos mais específicos do Comitê, bem como sua missão, membros e atividades podem ser consultados no Relatório de Atividades 2007-2017 do Comitê Nacional do Brasil Memória do Mundo da Unesco.⁷

No próximo subcapítulo, serão abordados a constituição e importância da preservação dos arquivos universitários para a eficiência administrativa e memória institucional, assim como a evolução destes através de iniciativas promovidas pelos profissionais da área.

2.2 OS ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS

O compromisso das Universidades com a política de formação e produção de cultura e conhecimento materializa-se em ações voltadas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, que possibilitam atender as necessidades da sociedade e de uma melhor qualidade de vida. No cumprimento desse papel, fica evidente a ligação entre arquivo e universidade, devido a grande quantidade de documentos produzidos em suas atividades-meio e atividades-fim.

Os arquivos universitários são constituídos por documentos relativos à administração, história e funcionamento de uma instituição de ensino superior e que comprovam a trajetória acadêmica dos alunos desde a sua entrada, período de permanência até a conclusão do curso realizado. Seu valor probatório e histórico possibilita atender e satisfazer as necessidades de seus usuários, sejam elas, administrativas, pedagógicas e/ou culturais.

Fantinel (2017, p.57) infere que os arquivos universitários servem como suporte “à gestão administrativa, jurídica, social ou como fonte de informação. Já na sua fase permanente, estes acervos servem à preservação da memória e da história da própria

⁶ Os acervos brasileiros históricos inscritos no Registro destacam-se em diferentes áreas do conhecimento, e destacam-se: o patrimônio documental do célebre educador Paulo Freire; o Arquivo Arquitetônico Oscar Niemeyer; o Arquivo do político Getúlio Vargas; o Fundo e Coleção do escritor Machado de Assis; negativos de vidro da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ; Imagens paulistanas registradas em álbuns fotográficos da cidade de São Paulo; entre outros exemplos. A lista de bens de patrimônio brasileiros nominados no Registro Nacional do Brasil no Programa Memória do Mundo – Mow da UNESCO de 2007 até 2018, está disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/MOW_tabela_acervos_2007_2018_com_links.pdf> Acesso em 30 ago.2021.

⁷ Disponível em: < <http://mow.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Relatorio-MoWBrasil-2007-2017.pdf> > Acesso em: 19 abril 2021.

instituição, constituindo-se em patrimônio documental”. Essa visão é ampliada por Bottino (2012, p.25) ao defender que a missão desses arquivos “extrapola os limites do *campus* universitário, com atividades e serviços prestados”, e ainda:

“A qualidade dos produtos e serviços do arquivo pode ser evidenciada nas informações fornecidas para a tomada de decisões; na fixação das diretrizes tanto do planejamento quanto da avaliação institucional; no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o projeto pedagógico; orientando na elaboração de currículos; programas de cursos; formação de discentes; atuando como laboratório prático de ensino e pesquisa; servindo como campo de estágio; contribuindo para a produção científica na elaboração dos trabalhos de conclusão de cursos; formando novos pesquisadores; apoiando a comunidade; prestando assessoria técnica; colaborando na difusão cultural por meio de publicações, exposições, palestras, cursos, entre tantas outras atividades que podem ser exercidas.” (BOTTINO, 2012, p. 33)

Bellotto destaca alguns procedimentos, que certamente podem ser melhor planejados em um sistema de gestão documental nas instituições e universidades públicas e privadas, ao definir o papel principal dos arquivos universitários como sendo:

1- Reunir, processar, divulgar e conservar todos os documentos relativos à administração, história e ao funcionamento/desenvolvimento da universidade; 2- Avaliar e descrever estes documentos tornando possível seu acesso, segundo as políticas e procedimentos elaborados especificamente para estes fins; 3- Supervisionar a eliminação, ter o controle da aplicação das tabelas de temporalidade, a fim de que nenhum documento de valor permanente seja destruído. (BELLOTTO, 1989, p. 23)

As iniciativas em torno da preservação da memória do ensino superior no Brasil foram intensificadas nas últimas décadas, porém muitos são os desafios a serem superados no sentido da implementação de políticas arquivísticas relacionadas à gestão, preservação e acesso do patrimônio documental das Universidades.

A partir da década de 1970, ocorreu uma vigorosa reação da profissão de arquivistas, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, cursos universitários e reconhecimento legal da profissão. Em 1991, a Lei de Arquivos prevê a adoção da gestão de documentos na administração pública federal, o que implica, por sua vez, a contratação de especialistas na área. (VENÂNCIO, 2012)

Assim, em novembro de 1990, destaca-se a realização do I Seminário Nacional de Arquivos Universitários, promovido pela Coordenadoria do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), representando um marco na história dos

arquivos universitários no Brasil. O evento contou com discussões acerca do protagonismo da arquivística brasileira na época, da necessidade de fortalecimento das associações da área e aperfeiçoamento constante dos profissionais de arquivo. Algumas comunicações apresentadas também registravam a implementação de sistemas de arquivos em algumas IFES.⁸

Ainda na década de 1990, aparecem os primeiros esboços de planos de classificação e tabelas de temporalidades de atividades-fim de universidades brasileiras. É o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que através de sua Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), elaborou e encaminhou ao Arquivo Nacional em 1999, a primeira versão de uma Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às suas atividades-fim.

Após o período de análise, correções e complementos, a Tabela de Temporalidade dos Documentos da UFPB foi aprovada pela Portaria nº 30, de 25 de julho de 2001, do Diretor-Geral do Arquivo Nacional e pela Resolução nº 8, de 1º de agosto de 2001, do Conselho Universitário da UFPB.

A partir desse instrumento e da necessidade de elaborar uma versão única para todas as instituições federais de ensino superior, foi promovido o I Workshop com as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em setembro de 2006, na sede do Arquivo Geral, com o tema “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim”, e posteriormente, a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA), da administração pública federal, coordenado pela Coordenação-Geral de Gestão de Documentos do Arquivo Nacional (COGED/AN) e integrado por técnicos do Arquivo Nacional e por representantes das instituições de ensino superior.

Como resultado das reuniões técnicas do grupo de trabalho, e após uma consulta pública, foram lançados o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim das IFES⁹, aprovados pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, por meio da Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011, constituindo um instrumento eficaz e único de controle do documentos de arquivos produzidos e acumulados pelas IFES.

Em 2007, o estabelecimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) pelo Governo Federal, através do Decreto n.º

⁸ Informações retiradas do site SIARQ: Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<https://www.siarq.unicamp.br>> Acesso em 13 set. 2021.

⁹ Instrumentos de uso obrigatório pelas IFES, conforme Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, do MEC.

6.096, de 24 de abril, com vistas a expandir o acesso e a permanência no ensino superior, possibilitou uma expansão significativa nas estruturas acadêmicas e de gestão das Universidades do país. Esse cenário trouxe a ampliação do quadro de Arquivistas nas Universidades e Institutos Federais e a necessidade de refletirem sobre suas atuações.

Em 2009, com o objetivo de integrar os profissionais envolvidos nas atividades de Arquivo das IFES, foi criada a ARQUIFES, rede colaborativa de Arquivistas e Técnicos de Arquivo das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). O trabalho da rede ARQUIFES é realizado por meio de Grupos de Trabalhos que devem analisar, discutir e encaminhar propostas de ações que contribuam com o fortalecimento das atividades de gestão arquivística nas IFES. A rede se reúne em encontros nacionais e em eventos regionais para discutir propostas a serem encaminhadas para o evento nacional.¹⁰

Assim, desde 2009, são realizados encontros nacionais dos arquivistas das instituições federais de ensino superior, evento importante para o planejamento de atividades arquivísticas e a integração dos arquivistas. O evento é promovido pela Rede Nacional de Arquivistas das IFES a cada dois anos, e tem como produto resultante, na maioria das vezes, as Cartas de Resoluções que apresentam recomendações aos profissionais de arquivo que atuam na gestão documental e atividades de arquivo junto as IFES.

A seguir, são especificadas as edições dos encontros nacionais e regionais promovidos no âmbito dos arquivos dos Institutos e das Universidades federais de ensino superior, com a identificação dos objetivos, data(s) e local de realização, tema e resoluções.

O I Encontro Nacional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior (ENARQUIFES), foi realizado entre os dias 30 de setembro e 3 de outubro de 2009, na Universidade Federal de Goiás - UFG, em Goiânia, com o tema “A atuação dos arquivistas nas IFES: desafios e perspectivas de cooperação”. Uma das atividades do evento foi reunir relatos sobre a situação dos arquivos e a atuação de arquivistas nas IFES.

A Carta de Resoluções do I ENARQUIFES (2009), também conhecida como Carta de Goiânia, dispõe sobre ações que devem ser desenvolvidas e debatidas pelos arquivistas, visando demonstrar as potencialidades do trabalho arquivístico para a eficiência e eficácia gerencial das IFES. As recomendações foram destinadas ao Ministério da Educação, aos

¹⁰ Fonte: Blog REDE ARQUIFES. Disponível em: <<http://arquifes.blogspot.com/>> Acesso em: 14 set. 2021.

coordenadores do Sistema de Gestão de Arquivos – SIGA, ao Arquivo Nacional, aos dirigentes das IFES e aos cursos de Arquivologia do Brasil.

A Carta de Resoluções do I ENARQUIFES está dividida em duas partes, na qual a primeira parte contextualiza politicamente o tema e divulga experiências para serem utilizadas como referência no processo de implementação da gestão arquivística, por exemplo. E a segunda parte, aborda atividades a serem desenvolvidas pelos arquivistas nas IFES, ações de capacitação, qualificação e carreira dos profissionais, e sugestões para a estrutura do próximo ENARQUIFES, entre outras questões.

A Carta contém 31 resoluções, como exemplos: fomentar o aumento do número de cursos de arquivologia nas IFES; recomendar aos dirigentes das IFES que vinculem o órgão central de arquivos ao órgão máximo de gestão da instituição; sensibilizar a coordenação dos cursos de Arquivologia no Brasil para oferecimento de cursos de especialização a distância, seguindo o exemplo da UFSM, com temas específicos à arquivologia; e recomendar que as IFES elaborem políticas arquivísticas. (ENARQUIFES, 2009).

Ainda, uma das resoluções considerava a realização de encontros regionais de arquivistas das IFES, previamente aos encontros nacionais. Com a previsão da segunda edição do ENARQUIFES a ser realizada na Paraíba, foi promovido o I Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Nordeste (ARQUIFES-NE), pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), entre os dias 13 e 14 de agosto de 2010, na cidade de Recife.

O objetivo geral do evento foi promover discussões e reflexões acerca das definições dos modelos de colaboração entre os arquivistas da região Nordeste, além de buscar estratégias de atuação na implantação de uma política de arquivos nas IFES. Os objetivos específicos foram: promover o intercâmbio entre os profissionais; divulgar conhecimentos, estudos, pesquisas e experiências dos profissionais que se encontram lotados nas IFES; provocar a produção de trabalhos em campo inter e multidisciplinar, ampliando a educação contínua; e realizar uma visita técnica ao Arquivo Central da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).¹¹

Assim, no ano seguinte, foi promovido o segundo ENARQUIFES, em meio a recente aprovação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade das Atividades Fim das IFES, e com a expectativa da realização da I Conferência Nacional de Arquivos e da tramitação final da Lei de Acesso à Informação.

¹¹ Fonte: Blog REDE ARQUIFES. Disponível em: <<http://arquifes.blogspot.com/>> Acesso em: 14 set. 2021.

O II ENARQUIFES foi realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa entre os dias 27 a 30 de setembro de 2011, com o tema Políticas Arquivísticas nas IFES: Das práticas as construções de novo rumos. A palestra de abertura, intitulada “Políticas Arquivísticas no Brasil” foi proferida por José Maria Jardim.

A estrutura do evento seguiu o modelo da sua primeira edição com grupos de trabalhos e plenária para discussão e deliberação sobre resoluções e encaminhamentos. Os GT’s abordaram: 1) a atuação dos arquivistas e profissionais de arquivo: como executar e acompanhar as resoluções dos ENARQUIFES; 2) políticas arquivísticas nas IFES: discutindo sobre a transformação de velhas práticas em boas práticas arquivísticas; 3) o lugar do arquivo, dos arquivistas e dos profissionais de arquivo: os objetos de trabalho e seus responsáveis; 4) a desburocratização da gestão de documentos: reflexões sobre o CONARQ, SIGA-MEC e seus impactos no planejamento e organização das IFES; e 5) uso de recursos tecnológicos nos arquivos das IFES. (ENARQUIFES, 2011).

A publicação dos Anais do II ENARQUIFES, produto resultante da segunda edição, apresenta 13 resoluções e destaca um crescimento significativo na participação de instituições federais de ensino superior no Encontro, em comparação com a edição anterior, além da participação do Arquivo Nacional, MEC e INEP.

No âmbito regional, em 2012, foi realizado o I Fórum Regional de Arquivistas das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sudeste (ARQUIFES/ SE), na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob a temática: “O papel dos arquivistas nas IFES: perspectivas e desafios”. E em 2013, outros dois eventos: o II Arquivistas/Norte-Nordeste, promovido pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL, de 5 à 7 de junho de 2013, englobando as duas regiões como novidade; e o I ARQUIFES/Sul, promovido pela FURG, no período de 10 a 12 de julho, em Rio Grande-RS.

As resoluções aprovadas nos encontros das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul foram encaminhadas para a Plenária do III ENARQUIFES, realizado entre os dias 17 à 20 de outubro de 2013, pelo Arquivo Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém.

A terceira edição do evento nacional teve como tema “Os Arquivos das IFES e a Missão Institucional”, e contou com seis grupos nas seguintes temáticas: 1) desafio dos arquivistas na gestão de documentos das IFES; 2) aplicação do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade das atividades – Fim das IFES; 3) sistemas de Gerenciamento da Informação aplicados nos arquivos dos Hospitais Universitários; 4) Gerenciamento e

modelagem de processos (voltado para documentação); 5) Descrição de documentos (uso do ICA-AToM, NOBRADE, outros); e 6) Os Arquivos Universitários e a Missão Institucional. (ENARQUIFES, 2013). As resoluções do evento não foram encontradas no blog Arquifes, nem no blog do evento.

Como preparação para o IV ENARQUIFES, em novembro de 2014, ocorreu o 2º ARQUIFES/ SE na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com o tema foco do evento os resultados e desafios da gestão de documentos físicos e digitais nas IFES. Como resultado do evento, foram feitas sugestões para alterações no Regimento geral proposto para o ENARQUIFES e onze resoluções a serem considerados no próximo encontro nacional.¹²

Ainda, foi realizado o 3º Fórum ARQUIFES/ NO-NE, em abril de 2015, na Universidade Federal do Ceará (UFC), em Fortaleza, com o tema “Sistematização técnica dos arquivos de uma IFES: reflexões, perspectivas e desafios”, também contemplando a temática para o IV Encontro Nacional.

O IV ENARQUIFES ocorreu entre os dias 15 à 18 de setembro de 2015, no Campus da UNIRIO. Além da palestra de abertura, contou com quatro grupos de trabalhos nas seguintes temáticas: Políticas Arquivísticas, Gestão Documental, Arquivos Permanentes e o Papel dos Arquivistas nas IFES. As propostas debatidas nos grupos de trabalhos foram encaminhadas a plenária final, conforme aponta o documento preliminar formado por trinta deliberações e três moções, que pode ser consultado no blog do ARQUIFES.¹³ Tendo como destaque, a aprovação do Regimento do ENARQUIFES e a reativação do Comitê Nacional de Arquivistas das IFES como os representantes dos ARQUIFES.

Em maio de 2017, durante o Congresso Nacional de Arquivologia (CNA) foi realizado o 4º ARQUIFES – NO/NE, em Salvador/ Bahia, com o tema: Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Físicos e Digitais nas IFES. Pela primeira vez, o Fórum foi organizado por um Instituto Federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA).

O V ENARQUIFES foi realizado na Universidade Federal do Rio Grande - FURG entre os dias 16 a 19 de outubro de 2017, com o tema "Arquivologia em transição: os desafios contemporâneos dos arquivistas das IFES" e com os seguintes grupos de trabalho: Arquivos Permanentes e Memoriais das IFES; Avaliação Documental; Classificação de Documentos; Assentamento Funcional Digital e Descrição em AtoM.

¹² Fonte: Carta do II ARQUIFES/SE. Disponível em: <<http://iiarquifese.blogspot.com/p/carta-iiarquifesse-2.html>> Acesso em: 16 set.2021.

¹³ Disponível em:<<http://www.arquivogeral.ufcg.edu.br/arquivos/IV%20Enarquifes.pdf>>Acesso em:16 set.2021.

O evento contou com a aprovação de quatorze resoluções que contemplavam os novos desafios daquele ano, como por exemplo, a necessidade de elaboração de moção de repúdio a PL Queima de Arquivo sobre a digitalização dos documentos de arquivo e o posterior descarte, e outras preocupações referentes ao Assentamento Funcional Digital no âmbito do MEC e a implantação do Processo Eletrônico Nacional nas IFES.¹⁴

O VI ENARQUIFES ocorreu entre os dias 5 a 8 de novembro de 2019, na UFG em Goiânia, local que sediou a primeira edição dez anos atrás. De acordo com a organização do evento, o mesmo foi promovido em meio à cortes orçamentários na educação federal e com a preocupação da digitalização como medida questionável que compromete a preservação dos arquivos permanentes brasileiros, assim teve como tema “A gestão e a preservação de documentos arquivísticos: O cenário das Ifes com o uso de sistemas eletrônicos”. As propostas aprovadas em plenária final do evento não foram localizadas, apenas a escolha de Recife, em Pernambuco, como cidade sede para a próxima edição do evento.

Porém, o VII ENARQUIFES, com a previsão de ocorrer entre os dias 09 à 11 de novembro de 2021, foi oficialmente adiado pelo Comitê Nacional de Arquivistas das IFES (CNIFES) em reunião ordinária, devido a pandemia provocada pelo COVID-19. Uma nova reunião será realizada em 2022, para definir uma nova data de realização do evento, dando a preferência para o formato presencial.

Sendo assim, os encontros nacionais e regionais dos arquivistas foram sendo promovidos a fim de cooperar no compartilhamento de conhecimentos e na atualização dos profissionais. A própria história das edições dos eventos, desde os temas debatidos em cada ano e suas respectivas resoluções, permitem compreender melhor o universo das políticas arquivísticas, bem como de seus desafios, necessários ao fortalecimento e consolidação do patrimônio documental arquivístico do ensino superior.

No subcapítulo a seguir, serão discutidos os avanços das políticas arquivísticas no Brasil.

2.3 A POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVOS

A política nacional de arquivos está inserida na dimensão das políticas públicas informacionais. As políticas públicas atuam como instrumentos de interesses e objetivos

¹⁴ Fonte: ENARQUIFES (2017).

comuns, de construção coletiva, tanto do governo como da sociedade. Toda política pública tem como princípio fundamental, a garantia dos direitos sociais dos cidadãos em uma sociedade democrática, representando um instrumento de resposta do Estado aos direitos coletivos.

No campo acadêmico arquivístico brasileiro, José Maria Jardim explora o assunto em algumas de suas produções, e conceitua políticas públicas de informação como:

“conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.” (JARDIM, 2008, p.7)

A formulação de políticas públicas direcionadas aos arquivos têm como objetivo a garantia do direito constitucional de acesso à informação. Os aspectos legais das políticas públicas de arquivo devem ser abordados em conjunto com programas e ações educativas em instituições arquivísticas que sensibilizem a população brasileira quanto a importância da proteção do seu patrimônio documental e informacional.

Souza (2006), a partir de uma reflexão conceitual sobre o assunto, faz algumas constatações, como por exemplo, alerta que “política” não é sinônimo apenas de leis e “pública” não pode ser traduzida somente por governo. Logo, legislação arquivística não pode ser confundida com política arquivística, linha de pensamento já defendida por Jardim (2008). A segunda constatação, refere-se as políticas públicas de arquivo, e sua importância na defesa e a garantia de direitos individuais e coletivos, com “contribuição para a busca da eficiência e da qualidade na prestação de serviços e, no caso dos órgãos públicos, para a transparência das ações do Estado.” (SOUZA, 2006, p.4). Como terceira constatação, alerta que as políticas públicas, apesar de se concretizarem em ações governamentais, devem surgir a partir da articulação dos interesses do governo e da sociedade.

No âmbito nacional, a Lei de Arquivos, nº8.159/1991, em seu artigo 1º, determina como obrigação do poder público a gestão documental e proteção aos documentos de arquivos. A referida Lei prevê a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão vinculado ao Arquivo Nacional, que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados. Para auxiliar na elaboração de estudos e normativas, o

CONARQ conta com câmaras técnicas consultivas¹⁵, cujo membros são designados pelo Presidente do Conselho.

O CONARQ atua como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), cuja competência, organização e funcionamento estão regulamentados pelo Decreto Nº4.073, de 3 de janeiro de 2002. O SINAR, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivo. São integrantes do SINAR: o Arquivo Nacional; os arquivos do Poder Executivo Federal; os arquivos do Poder Legislativo Federal; os arquivos do Poder Judiciário Federal; os arquivos estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos do Distrito Federal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; os arquivos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo; e arquivos privados através de pessoas físicas e jurídicas, mediante acordo ou ajuste com o órgão central. Os integrantes do SINAR devem seguir as diretrizes e normas do CONARQ.

No âmbito da administração pública federal, foi criado o Sistema de Gestão de Documentos e Arquivo (SIGA), através do Decreto nº4915, de 12 de dezembro de 2003, que organiza sob a forma de sistema, as atividades de gestão de documentos de arquivo nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. O Sistema tem algumas funções, como garantir ao cidadão e aos órgãos o acesso aos arquivos e às informações neles contidas, fortalecer os serviços arquivísticos e preservar o patrimônio documental arquivístico da administração pública federal.

O Arquivo Nacional, atua como órgão central do SIGA, e atualmente faz parte da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública (antigo Ministério da Justiça). A Lei dos Arquivos, em seu artigo 18, esclarece como competência do Arquivo Nacional "a gestão e o recolhimento dos documentos produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, bem como preservar e facultar o acesso aos documentos sob sua guarda, e acompanhar e implementar a política nacional de arquivos". (BRASIL, 1991)

No âmbito do SIGA, o Arquivo Nacional atua em conjunto com a Comissão de Coordenação do SIGA, instituída pelo Decreto nº10.148, de 2 de dezembro de 2019. Esse decreto também dispõe sobre as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de

¹⁵ As novas diretrizes para a instituição das câmaras técnicas consultivas do CONARQ foram estabelecidas pelo Decreto nº10.148, de 2 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm> Acesso em: 08 fev.2021.

Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal, a CPAD e faz algumas alterações nos Decretos nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, e nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, anteriormente mencionados.

As CPAD são órgãos técnicos instituídos com o objetivo de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção dos documentos produzidos e acumulados nas unidades da administração pública federal para garantir a sua destinação final, levando-se em consideração a legislação vigente e as normas do SIGA.

As competências dessas Comissões são: analisar, avaliar e selecionar o conjunto de documentos produzidos e acumulados pela administração pública federal, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos documentos destituídos de valor; aplicar e orientar a aplicação dos instrumentos técnicos de gestão relativos às atividades-meio da administração pública federal e de suas atividades-fim aprovada pelo Arquivo Nacional; entre outras. Os instrumentos técnicos referem-se ao Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, aprovados pela Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública. E no âmbito das Universidades, ao Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior-IFES¹⁶, aprovados pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional através da portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011.

Outros instrumentos elaborados pelo Arquivo Nacional, com a intenção de cumprir sua finalidade junto ao poder executivo federal, podem ser destacados como a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), o Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos – E-ARQ Brasil¹⁷, e as Diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis – RDC-Arq.¹⁸

Nesse sentido, a consolidação de uma política nacional de arquivos tem como uma etapa importante a implementação de uma gestão documental nos órgãos e entidades da administração, no qual o pensar e o fazer arquivístico são abordados de forma sistêmica, com vistas ao acesso e a preservação do patrimônio documental brasileiro.

¹⁶ Instrumentos de uso obrigatório pelas IFES, conforme determina a Portaria nº 1.261, de 23 de dezembro de 2013, do MEC.

¹⁷ O instrumento é recomendado pela Resolução nº 25, de 27 de abril de 2007 e a parte II, pela Resolução nº 32, de 17 de maio de 2010. Atualmente, está sendo elaborada a segunda versão do E-Arq Brasil, com o apoio de uma Câmara Técnica do CONARQ, instituída pela Portaria nº121, de 1º de dezembro de 2020.

¹⁸ Aprovado pela Resolução nº 43 do CONARQ. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br>>

Este capítulo abordou a concepção do patrimônio cultural e sua constituição, com ênfase nas iniciativas acerca do patrimônio documental arquivístico e na importância da preservação dos arquivos universitários para a memória institucional. Na sequência, foram discutidos os avanços das políticas arquivísticas no Brasil.

No próximo capítulo apresenta-se a temática acerca da fotografia, através de um resumo histórico desde sua origem até suas características e possibilidades de uso. De forma mais específica, aborda-se a relação da fotografia com a memória e a história; e a condição da fotografia como documento de arquivo e fonte de pesquisa histórica.

3 A FOTOGRAFIA

3.1 ORIGEM, CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A primeira fotografia da história foi produzida pelo francês Joseph Nicéphore Niépce em maio de 1826, ao experimentar gravar uma imagem numa folha de papel sensibilizado quimicamente. O processo, denominado heliografia, levou mais de oito horas para gravar a imagem, no caso, o jardim da residência de Niépce em *Chalon-sur-Saone* (França).

Em 1829, com o objetivo de garantir continuidade aos estudos, Niépce firmou parceria com o francês Louis Jacques Mandé Daguerre, que elaborou o processo conhecido como daguerreotipia. Filippi, Lima e Carvalho (2002, p.20), definem daguerreótipo como o processo em que “usava-se a placa de cobre como suporte e, em uma fina camada de prata, formava-se a imagem bem definida, revelada com vapores de mercúrio”. Antes que Daguerre pudesse relatar o resultado de seu experimento ao seu sócio, Niépce veio a falecer repentinamente em 5 de julho de 1833.

“Em 1839 abriu-se em Paris uma subscrição pública para financiar o novo invento (...) O grande sábio Dominique François Arago anunciou à Academia de Ciências a grande conquista da civilização e a 10 de agosto do mesmo ano Daguerre fazia uma conferência no Instituto de França, para demonstrar o novo processo que vinha abrir largas perspectivas às ciências, às artes e ao progresso da civilização.” (SCHILLING, 2005, p. 19).

Pouco tempo depois, o daguerreótipo caiu em desuso, pois o inglês William Henry Fox Talbot inventou o negativo e o princípio das cópias múltiplas. O processo de Talbot era chamado de *photogenic drawings*, e veio a ser conhecido como calotipia ou talbotipia.

Outro pioneiro mundialmente importante para o início da fotografia, foi o francês Hercules Florence, que se estabeleceu no Brasil em 1824, até o seu falecimento em 1879, e é considerado um dos mais notáveis estrangeiros que se estabeleceu no país no século XIX. “Em 1833 ele descobriu um método para produzir imagens com papéis sensibilizados com nitrato de prata e fixados com urina.” (MANINI, 2016, p.4).

Outras descobertas auxiliaram no desenvolvimento das técnicas fotográficas, como os sucessores do daguerreótipo, o ambrótipo e o ferrótipo, tendo este último permitido a redução do tempo de exposição e preço mais acessível; e o cianótipo, processo de impressão fotográfica em tons azuis baseado em sais de ferro, descoberto por John Herschel em 1842.

As iniciativas dos precursores da arte fotográfica tornaram-se a base para o desenvolvimento da fotografia e, ao passar dos anos, o processo fotográfico sofreu diversas evoluções. Para Schilling (2005, p.17) a história da fotografia é a “história de uma luta secular em torno de uma idéia fixa (...) essa idéia acalentou a mente de diversas gerações, cada uma dando um passo à frente, até atingir a perfeição atual”.

De acordo com a definição do DBTA, fotografia é a “imagem produzida pela ação da luz sobre película coberta por emulsão fotossensível, revelada e fixada por meio de reagentes químicos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.95). A fotografia digital segue outro processo, porém tem como princípio o uso da luz em uma superfície fotossensível que registra estes dados.

Fotografia é a impressão de imagens sobre um suporte sensível, por meio da ação da luz. Os suportes mais comumente conhecidos são o vidro, o papel ou as películas (filmes). Tais suportes são previamente emulsionados, ou seja, são revestidos por uma camada composta por uma substância aderente, o ligante, que pode ser gelatina, por exemplo, e por cristais (halogenetos) de prata (substâncias químicas sensíveis à luz). No processamento tradicional, quando a camada fotossensível é exposta à luz, os cristais transformam-se em prata metálica preta. Após uma sucessão de banhos químicos (revelador, interruptor, fixador e água corrente), que é a revelação completa, é possível visualizar, finalmente, a imagem fotográfica formada pelos grãos de prata. (MANINI, 2016, p.4)

Para Traquina (2005, p. 38), a invenção das câmeras fotográficas, permitiu “inspirar o jornalismo no seu objetivo de ser as “lentes” da sociedade, reproduzindo *ipsis verbis* a sociedade”. Atualmente, através do avanço da tecnologia e de sua popularização, as câmeras digitais presentes em aparelhos celulares e em outros dispositivos portáteis ampliaram as possibilidades e abriram novos caminhos para o mundo da fotografia.

Kossoy (2001, p.37), afirma que “três elementos são essenciais para a realização de uma fotografia: o assunto, o fotógrafo e a tecnologia.” Na qual o assunto se refere ao tema, o fotógrafo ao autor da ação e a tecnologia aos recursos, materiais, equipamentos e técnicas para obtenção da imagem pela ação da luz.

Assim, o fotógrafo materializa uma situação determinada pelo espaço geográfico e tempo cronológico (data), evidenciando “um momento histórico específico caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético, etc”. (KOSSOY, 2001, p. 39). Logo, conhecer e decifrar a mensagem com conteúdo histórico e cultural que a fotografia contempla, e identificar o contexto de produção, colabora para a inserção dos documentos audiovisuais na pesquisa histórica.

No próximo subcapítulo, apresenta-se um resumo da evolução histórica e potencialidades de uso da fotografia.

3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA E POTENCIALIDADES DE USO

Nas décadas posteriores as primeiras invenções, a fotografia e sua técnica evoluíram e ganharam espaço através de experimentos de vários cientistas e especialistas, e devido as transformações tecnológicas, econômicas e sociais impostas pela Revolução Industrial. Unindo o desenvolvimento da ciência com a arte, podemos afirmar que a fotografia é um resultado interdisciplinar “entre física e química e que quando aplicada em várias áreas do conhecimento, possui caráter multidisciplinar”. (SCHVAMBACH, 2009,p.2).

“Quando da obtenção da primeira imagem através das experiências de Nicéphore Niépce, passando por todo o século XIX, com as transformações nos processos fotográficos, a invenção do processo negativo/positivo, a introdução da gelatina como aglutinante, a primeira fotografia em cores, o surgimento do celulóide, da câmera fotográfica e do cinema, adentrando o século XX, que trouxe o *flash*, o formato 35 mm, o desenvolvimento da foto colorida, do cinema e das películas, a câmara automática (popularmente conhecida como *Polaroid*) e a invenção da fotografia digital , acompanhando o paralelo histórico científico da eletrônica e da informática: durante todos estes anos (quase dois séculos) a fotografia se prestou a muitos papéis, e os desempenhou com galhardia.” (MANINI, 2007, p.1)

No início do século XX, a sociedade tornou-se uma grande consumidora de imagens, tornando-se comum sua presença na mídia impressa, especialmente em revistas, livros e jornais. Neste último veículo de comunicação, após 1920, a fotografia acabou se tornando uma “aliada” para manter os leitores, que estavam sendo atraídos para o rádio. Como forma de modernizar, os jornais aderiram a publicação em larga escala de fotografias grandes e coloridas, além de outras mudanças de linguagem e conteúdo.

As fotografias eram comumente produzidas para retratar pessoas e o núcleo familiar, casais, filhos e parentes, podendo transparecer o padrão de vida das famílias mais privilegiadas, através de poses, vestimentas, objetos e cenários. Na maioria das vezes, a fotografia era apresentada em suporte secundário, com moldura mais rígida, onde constava o carimbo dos estúdios fotográficos ou do autor da imagem.

A fotografia também era utilizada como referência em ritos de passagem dos grupos e dos indivíduos em sociedades diversas. Matéria-prima de álbuns de casamento católicos, a

fotografia celebrava a união eterna entre duas pessoas, assim como informava outros eventos: batizados, aniversários, falecimento, etc.

No âmbito da cidadania e controle social, a imagem fotográfica passou a servir como identificação, em cédulas de identidades, passaportes e outros documentos de reconhecimento social. Na área policial e de segurança pública, as fotografias servem para vigilância, identificação e armazenamento de dados, tendo já sido usada como prova em pesquisas das características físicas de criminosos.

Na medicina, além da documentação fotográfica auxiliar na transmissão de conhecimento científico-acadêmico de um cirurgião à sua comunidade, o acolhimento das técnicas fotográficas permitiu um avanço no diagnóstico e no tratamento de doenças, apoio em procedimentos cirúrgicos, etc.

Os fotógrafos também tinham o hábito de documentar eventos sociopolíticos, construção de praças públicas, avenidas e prédios, festividades, monumentos, pontos turísticos e históricos, personalidades, etc. As cidades e suas paisagens também eram eternizadas nas lentes, através de fotografias panorâmicas que capturavam por completo o ambiente. Fotografias aéreas eram utilizadas para levantamento do uso da terra e planejamento do espaço urbano.

Na imprensa e nos meios de comunicação, a fotografia tornou-se indispensável para informar sobre os acontecimentos da cidade, do estado e do país, seja na política, na economia, nos esportes, na área policial, etc. A fotografia publicitária no Brasil, antes realizadas pelas agências estrangeiras, ganhou força e característica própria a partir de 1940. Tais fotografias eram encontradas em revistas, jornais, outdoors, cartazes e folhetos, divulgando produtos, serviços e empresas, e aproximando o anunciante do público consumidor.

Manini (2007, p.3), ao analisar os usos possíveis das fotografias, as divide em cinco categorias: *comercial*, na qual a imagem é escolhida com critérios estéticos, artísticos ou ilustrativos e incorporada a um produto, serviço ou campanha publicitária; *de exposição ou publicação*, na qual a fotografia é exibida ou publicada, para demonstrar uma produção artística ou um evento com finalidade histórica e/ou científica; *probatório*, no uso como prova de um fato, como as fotografias de veículos infringindo leis de trânsito para fins de notificação e penalidades; *didático/ científico*, aquelas que são objeto de estudo e pesquisa de determinada área do conhecimento e que são apresentadas em salas de aulas e eventos com caráter pedagógico; e *pessoal/ familiar*, aquelas fotografias que compõem o álbum de família e acervo pessoal que ilustram momentos vivenciados no cotidiano familiar e íntimo.

Assim a fotografia, com a sua técnica sendo aperfeiçoada com o passar dos anos, foi sendo inserida no cotidiano das pessoas, e serve tanto como prova de um ato ou fato, como recordação de momentos vivenciados, de acontecimentos marcantes, comportamentos, relações interpessoais, entes queridos falecidos, etc.

3.3 FOTOGRAFIA, HISTÓRIA E MEMÓRIA

A fotografia, como instrumento de vínculo do passado com o presente, auxilia na narração de fatos ocorridos em outras épocas, sendo importante relacionar a fotografia com a história e a memória. A memória, tanto individual como coletiva, é elemento essencial para o sentido de identidade.

Le Goff, em sua obra *História e Memória*, a conceitua:

“A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (1990, p. 423).

A memória individual é aquela referente as próprias experiências e vivências de um indivíduo, e que por vezes, episódios não tão marcantes, mas não menos importantes, podem ser esquecidos. Para Oliveira:

A memória individual é muito importante para a construção da memória coletiva/social, uma vez que as lembranças são constituídas no interior de um grupo e têm a linguagem como seu meio de socialização. Nossas memórias são muito importantes para nossa saúde mental, posto que, em sua maioria, nos fazem felizes. Prova disso, é a alegria que podemos sentir com os mais velhos, quando vamos visitá-los e lhes damos oportunidades para que contem suas histórias/memórias. O brilho nos seus olhos, o tom de suas vozes, a repetição dos fatos em seus mínimos detalhes nos revelam que eles gostam de compartilhar suas memórias e gostariam que ficássemos sabendo de fatos para recontá-los aos mais novos. (2017, p.348).

O indivíduo dispõe de suas lembranças pessoais e, devido ao contexto no qual está inserido e pelo convívio social com outros indivíduos, é influenciado pela memória dos grupos no qual faz parte, por exemplo, pela família, amigos, ambiente de trabalho, ambiente escolar, etc. Essas diversas memórias constituem a memória coletiva, também chamada de memória social ou grupal, a qual garante a identidade do indivíduo como pertencente a um determinado grupo.

Todo indivíduo traz consigo lembranças dos acontecimentos oriundos de suas atividades realizadas no seu cotidiano, resultando em sua memória individual ou, acontecimentos resultantes de eventos ocorridos em sociedade com a sua participação direta ou indireta, fazendo parte das lembranças de uma coletividade, que podem ou não, em razão de vários fatores internos ou externos a sua vida cotidiana, transformar-se em memória social, como parte da história de uma civilização. (CONSTANTE, 2018, p. 92)

O sociólogo Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva*, ao criar a categoria “memória coletiva”, defende que a memória é resultado de um processo coletivo, conforme um contexto social específico. E que embora possa ser uma memória individual, na qual em determinada situação tenha apenas uma pessoa envolvida, ainda assim será uma lembrança coletiva.

“Estamos então tão bem afinados com aqueles que nos cercam, que vibramos em uníssono, e não sabemos mais onde está o ponto de partida das vibrações, em nós ou nos outros. (...) Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nos vimos. É porque em realidade nunca estamos só”. (HALBWACHS, 1990, p. 26; 47)

Halbwachs, ainda ao explorar a memória coletiva e a memória histórica, elucida a memória autobiográfica e a memória histórica. Ambas já comentadas anteriormente neste texto, pois a memória autobiográfica corresponderia a memória individual, interna, e são as lembranças ligadas a vida pessoal; e a memória histórica, uma memória social e externa. De acordo com o autor “a primeira se apoiaria na segunda, pois toda história de nossa vida faz parte da história em geral. Mas a segunda seria, naturalmente, bem mais ampla do que a primeira.” (HALBWACHS, 1990, p.55).

O teórico Le Goff entende que a cultura dos homens sem escrita é diferente da cultura dos homens com escrita, porém não diverge totalmente. Nas sociedades sem escrita a memória é cultuada por meio de narrativas mitológicas. A partir do surgimento da escrita, Le Goff aponta uma profunda transformação da memória coletiva por duas formas, através da celebração cujo material é o “monumento comemorativo de um acontecimento memorável (...) e o documento escrito num suporte especialmente destinado à escrita ” (1990, p. 431-432).

A partir dessa concepção, assimila-se o caráter de monumento do documento, no qual todo documento é fruto de escolhas e intenções de quem o elabora. Le Goff atribui a Paul Zumthor a descoberta do motivo que transforma um documento em monumento: a sua utilização pelo poder.

“O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1990, p.545).

Outro progresso para a memória coletiva foi o surgimento da imprensa, cujo desenvolvimento está atrelado ao “processo de urbanização, que se intensificou com o crescimento das futuras metrópoles do século XX, como Londres, Paris e Nova York.” (TRAQUINA, 2005, p.39-40). O mesmo autor, em sua obra *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são*, discute amplamente os aspectos da evolução da imprensa como um marco revolucionário do jornalismo no século XIX.

Dicionários, enciclopédias, moedas, medalhas, selos, museus, bibliotecas e arquivos multiplicaram-se e a partir do século XVIII foram decisivos para a expansão da memória coletiva. Tais materiais também auxiliaram na perpetuação da história da sociedade.

"Até o aparecimento da imprensa... dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor... Com o impresso não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito" (GOURHAN, 1964-65 apud LE GOFF, 1990, p.457)

Ainda em relação a memória coletiva, Le Goff aponta dois fenômenos importantes situados no século XIX e início do século XX. O primeiro “em seguida a Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos” iniciando uma nova era em relação a comemoração funerária, através da monumentalização de túmulos, inscrições funerárias e visitas aos cemitérios. O segundo fenômeno “é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza, dá-lhe uma precisão e uma verdade visual nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.” (1990, p.465-466).

As fotografias são fontes documentais que contribuem tanto para a memória individual e as recordações dos momentos vivenciados pelos indivíduos ou por um grupo, como para a preservação da memória coletiva e para a história de uma sociedade.

A história é considerada “a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens” (HALBWACHS, 1990, p.80), e tem como um dos seus objetivos ser uma ponte entre o passado e o presente. Assim, a relação entre história, memória e fotografia é de estreita ligação, pois a “memória induz a imaginação e os sentimentos das pessoas sobre o passado, sendo disseminados no presente e, assim, a história é contada e recontada a cada fotografia analisada e interpretada” (CAMARGO, 2017, p.32).

Em relação a interpretação de uma fotografia, Schwambach (2009) alerta sobre as possibilidades, influenciada pela memória individual, intenções e vivências culturais do pesquisador:

O pesquisador deve estar sempre atento para não confundir e se inebriar na hora da interpretação. O ponto de partida vem acompanhado de seleção e recorte da intenção momentânea, de ideologias, memórias pessoais, sociais e coletivas, juntamente com toda uma bagagem cultural singular na alteridade particular do pesquisador; este inserido e influenciado por um meio social. A fotografia é assim, um objeto-tema de pesquisa, como também objeto de memória no ato da ação de lembrar e esquecer, se mostrando com um dos laços de pertencimento do indivíduo à determinada sociedade. (2009, p.3-4)

Assim, com a impossibilidade de reviver o passado, a fotografia caracteriza-se como um fragmento do passado, que permite visualizar e informar sobre uma determinada cena ocorrida em tempo distinto, representando as marcas de uma memória em uma sociedade.

No próximo subcapítulo serão discutidas as características e condições da fotografia como documento de arquivo, bem como o seu significado e utilização como fonte e objeto de pesquisa.

3.4 A FOTOGRAFIA NO CONTEXTO DOCUMENTAL ARQUIVÍSTICO E COMO FONTE DE PESQUISA

Através do avanço da ciência, da economia e da cultura, a fotografia pode ser incluída no cotidiano das pessoas e seu valor evoluiu para prova e informação da história de indivíduos e de uma sociedade. Seu uso como fonte histórica é reconhecido, pois conforme afirma Siqueira (2016, p.770) “permite analisar, perceber, compreender, reconstituir, revelar e suscitar dúvidas referentes aos acontecimentos, transformações sociais, culturais, econômicas e políticas, bem como formas de vida do passado”.

“Toda fotografia é um resíduo do passado. Um artefato que contém em si um fragmento determinado da realidade registrado fotograficamente (...) O artefato fotográfico, através da matéria (que lhe dá corpo) e de sua expressão (o registro

visual nele contido), constitui uma fonte histórica. Este artefato é caracterizado e percebido, pois, pelo conjunto de materiais e técnicas que lhe configuram externamente enquanto objeto físico e, pela imagem que o individualiza, o objeto-imagem, partes de um todo indivisível que integram o documento enquanto tal. Uma fonte histórica, na verdade, tanto para o historiador da fotografia, como para os demais historiadores, cientistas sociais e outros estudiosos. Assim, uma mesma fotografia pode ser objeto de estudos em áreas específicas das ciências e das artes.” (KOSSOY, 2001, p.47).

Assim, a fotografia pode ser considerada como uma representação real de um acontecimento, Siqueira reforça sua utilidade, entre outras, como fonte histórica:

As possibilidades de usos e reúsos, seus elementos de evidência, suas características afetivas e inegável valor cultural de registros, por muitas vezes emblemáticos, conferem à fotografia um estatuto plural de artefato para muitos, como elemento de prova, recursos de lembrança, instrumento de comunicação, objetivo mercadológico, fonte histórica, evidência da intenção – tanto de quem registra como de quem a divulga – e , é claro, como documento. (SIQUEIRA, 2016, p.75)

Em conformidade com os princípios arquivísticos e a legislação brasileira, os documentos de arquivo são aqueles produzidos naturalmente durante as atividades de instituições públicas ou privadas ou de indivíduos, apresentam qualquer tipo de suporte e guardam relação orgânica com os outros documentos do mesmo produtor.

No caso das universidades públicas, com a produção documental acumulada organicamente, o gênero iconográfico torna-se presente em quantidade significativa através das fotografias, que servem como informação e prova de fatos ocorridos. As imagens retratadas se referem as atividades da instituição, direta ou indiretamente, como formaturas, aulas inaugurais, turmas de alunos em aula, celebrações e eventos acadêmicos, construção de prédios e repartições, ampliações estruturais, inauguração de filial, etc.

Manini ao tratar da fotografia como documento arquivístico infere que:

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence. (MANINI, 2007, p.5).

Os arquivos são instituições responsáveis pela gestão, guarda e preservação dos acervos documentais, bem como pelo processamento técnico, e permitem a instituição, a sociedade e o Estado, “o acesso, a recuperação e o uso de seu conteúdo informacional para

fins administrativos, gerenciais, acadêmicos, culturais e de construção, ou reafirmação, de aspectos de pertencimento e identidade”. (SIQUEIRA, 2016, p. 82).

Assim, as fotografias podem e devem ser consideradas documentos arquivísticos ao apresentar um contexto de produção natural e orgânico, com vínculos contextuais com outros documentos produzidos no decorrer das atividades e funções de um mesmo produtor. Por meio desse entendimento, torna-se objeto da gestão documental.

A resolução N°41, de 09 de dezembro de 2014, do CONARQ, reforça a concepção da fotografia como um documento de arquivo, bem como de outros gêneros documentais, e orienta:

Implementar política de gestão arquivística de documentos integrando todos os gêneros documentais, incluindo os audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais, independentemente do formato e do suporte em que estão registrados, por meio da classificação e avaliação arquivística, bem como dos procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação e uso. (CONARQ, 2014, p.2)

Ao reconhecer a fotografia como um documento de arquivo, a partir de sua relação com as funções e atividades da instituição produtora, faz-se necessário partir para a organização e tratamento do acervo documental fotográfico. O planejamento das atividades pode reunir informações sobre a história da instituição, contexto de produção e formação dos acervos fotográficos, características e particularidades do acervo fotográfico, implementação das funções arquivísticas e seus desdobramentos, etc.

A etapa do diagnóstico de um acervo fotográfico pode incluir informações relacionadas a conservação e preservação dos suportes documentais até as características do local de guarda, recursos humanos e materiais, e instituição que custodia o acervo. A seguir são feitas algumas observações nesse sentido, embora a pesquisa tenha como foco o conteúdo informacional da imagem e seu contexto de produção.

Na etapa de levantamento de informações acerca da instituição produtora e/ou custodiadora dos documentos fotográficos, recomenda-se a consulta nos próprios documentos normativos que dizem respeito a entidade, como estatutos, regimentos, regulamentos, e organogramas. O objetivo desta ação é reunir o máximo de informações para obter maior conhecimento sobre a história da instituição, sua criação, estrutura, finalidade, funcionamento e modificações ao longo de sua existência.

Ainda, os relatórios de atividades, geralmente encontrados entre os documentos institucionais, são úteis para investigar as atividades desenvolvidas durante um determinado período de tempo com um maior grau de detalhes e informações. No caso dos órgãos da

Administração Pública, outros documentos oficiais são produzidos na prestação do serviço público e podem facilitar o entendimento dos atos administrativos, como portarias, instruções normativas, resoluções, entre outros.

Quanto aos aspectos relacionados a conservação e preservação dos suportes documentais, alguns fatores desencadeiam efeitos nocivos a fotografia e levam a degradação dos acervos. Filippi, Lima e Carvalho (2002, p.35) apontam a existência de duas categorias para as causas de deterioração: as extrínsecas, decorridas de guarda e manuseio incorretos, e as intrínsecas, relacionadas aos materiais constituintes da própria fotografia.

O processo de produção de acervos fotográficos pode ocorrer tanto em meio físico, como em meio digital com extensões de arquivos em JPEG, TIFF, entre outros. Porém, aqueles encontrados em maior quantidade nos acervos históricos brasileiros, são aqueles em que papel e filme foram emulsionados com gelatina, entretanto, “formaram-se acervos compostos também por material em albumina, negativos de vidro, alguns raros daguerreotipos, fotografias em cores e muitos diapositivos”. (MANINI, 2007, p.14) Tornando-se importante, que o profissional atuante nesses acervos, atente para as técnicas de conservação desse suporte.

Como orientação, a Câmara Técnica de Conservação de Documentos do Conselho Nacional de Arquivos, elaborou o documento intitulado *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo* (2005), que indica procedimentos adequados para a guarda e a preservação de documentos a partir de sua produção. Na publicação, são contemplados seis princípios que devem ser observados na preservação dos documentos de arquivo, são eles: produção e acesso; áreas de armazenamento; condições ambientais; acondicionamento; manuseio e transporte e segurança.

Nos processos de produção, organização e acesso deverão ser observados os procedimentos específicos a serem implementados nos conjuntos documentais fotográficos, visto as particularidades inerentes ao seu suporte. A recomendação a seguir, visa os documentos de arquivo de qualquer suporte, portanto cabe também aos acervos fotográficos:

A informação deve estar adequadamente identificada, classificada e controlada, para que a localização e a devolução ao local de depósito sejam realizadas de forma ágil e sem riscos de danos ou extravios. Para que esses procedimentos sejam efetivos e possam assegurar a manutenção das condições de acesso, eles devem ser regularmente revistos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 8).

As áreas de armazenamento internas, incluindo as áreas de depósito, como as externas e próximas as instalações prediais, devem atender algumas condições básicas, como, facilidades de acesso, requisitos de funcionalidade, e segurança contra perigos ou possíveis ocorrências. Se possível, “as áreas de trabalho e de circulação de público deverão atender às necessidades de funcionalidade e conforto, enquanto as de armazenamento de documentos devem ser totalmente independentes das demais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 9). Para mais especificações no que diz respeito a construção, adaptação e reformas de edifícios de arquivos, pode-se consultar as *Recomendações para a construção de arquivos*, publicada pelo CONARQ em 2000.

Em relação a guarda dos documentos fotográficos nas áreas de depósito, recomenda-se separar documentos fotográficos de documentos textuais, como manuscritos e impressos, devido ao suporte e especificidade de cada gênero documental. As condições ambientais também devem ser observadas, pois oscilações de temperatura e umidade do ar, falta de ventilação e exposição às radiações luminosas e aos poluentes atmosféricos são fatores que favorecem o aparecimento e desenvolvimento de microorganismos e insetos, e conseqüentemente, aceleram a degradação dos suportes dos documentos.

Os acervos fotográficos brasileiros enfrentam o problema da umidade de forma frequente, devido as características climáticas do país, principalmente aqueles acervos localizados em regiões litorâneas. A umidade relativa alta provoca mudanças nas reações químicas dos materiais, Manini (2016, p.9) alerta que “ a umidade relativa acima de 50% favorece o aparecimento e a proliferação de fungos, que mancham a imagem (as gelatinas ficam manchadas de forma irreversível)”. O calor também provoca danos aos documentos, visto que a “velocidade de muitas reações químicas, inclusive as de deterioração, é dobrada a cada aumento de 10°C” (CASSARES, 2000, p. 14). Portanto recomenda-se:

“armazenar os acervos de fotografias (...) em condições climáticas especiais, de baixa temperatura e umidade relativa, obtidas por meio de equipamentos mecânicos bem dimensionados, sobretudo para a manutenção da estabilidade dessas condições, a saber: fotografias em preto e branco T 12°C ± 1°C e UR 35% ± 5% fotografias em cor T 5°C ± 1°C e UR 35% ± 5%”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 13).

Assim, torna-se importante atentar para algumas medidas essenciais que irão auxiliar na proteção e conservação dos acervos documentais, como o controle da qualidade do ar, supervisionar a abertura e fechamento de janelas, monitoramento da luminosidade com redução máxima da radiação UV emitida por lâmpadas fluorescentes, limpeza regular nos

ambientes de guarda dos documentos e aqueles próximos, programa de higienização do acervo, entre outras iniciativas.

Outro cuidado importante, é em relação ao acondicionamento dos documentos fotográficos, pois podem conter elementos que comprometem sua conservação, como: caixas, pastas e papéis de entrefolhamento compostas por material ácido; adesivos e plastificantes; anotações com canetas feitas em papel de entrefolhamento (que podem ter contato com a superfície da fotografia e causar danos); fotografias coladas em papéis, pois colas ácidas e papéis que apresentam acidez podem provocar o aparecimento de manchas; etc. Ainda relacionado a guarda, o mobiliário é outro elemento que deve se atentar a sua composição, devido a oxidação (ferrugem) em armários de metal, ou no caso de armários em madeira, que absorvem umidade e atraem insetos e fungos, entre outros problemas causados por mobiliários constituídos por materiais inadequados.

Os documentos fotográficos devem ser acondicionados em mobiliário e invólucros adequados para que se assegure a sua preservação. O mobiliário “promove a proteção contra danos físicos, químicos e mecânicos. Os documentos devem ser guardados em arquivos, estantes, armários ou prateleiras, apropriados a cada suporte e formato.” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.14), sendo o mais recomendado o mobiliário de aço, e no caso das fotografias de maior dimensão, o armazenamento deve ser feito de forma horizontal em mapotecas. Já as embalagens mais adequadas, que evitam poeira e contato direto da fotografia com outras superfícies, são aquelas que se mantem quimicamente estáveis ao longo do tempo. Os invólucros de papéis, presentes nas caixas ou em envelopes que abrigam as fotografias, devem ser alcalinos. Anotações de código ou número identificador, pode ser feito, com lápis macio (6B).

O manuseio consiste em todas as ações de contato com o documento, ocorrendo “durante a higienização pelos funcionários da instituição, na remoção das estantes ou arquivos para uso do pesquisador, nas foto-reproduções, na pesquisa pelo usuário etc.” (CASSARES, 2000, p.22). O manuseio inadequado das fotografias pode acarretar dobras, rasgos, manchas de gordura, entre outras consequências, por isso que deve ser evitado, sempre que possível.

Nos casos necessários, a recomendação é para o uso de luvas de algodão ou descartáveis e máscaras, assim como de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), tanto para evitar danos aos documentos, como para preservar a saúde dos funcionários e usuários. Também é interessante que a equipe, receba treinamento para o correto manuseio

das fotografias, utilização dos EPIs e regras de higiene do local. Para o transporte de documentos fotográficos e empréstimos, caso ocorra, a instituição pode estipular um procedimento padrão visando a proteção dos documentos.

Quanto a segurança, recomenda-se que as instituições elaborem um Plano de Emergência escrito, com instruções quanto ao salvamento de acervos e de pessoas. O Plano deve conter providências a serem tomadas em situações de calamidade com fogo, água, roubo, vandalismo e ataques biológicos.

Essa seção abordou a temática acerca da fotografia, através de um resumo histórico desde sua origem até suas características e possibilidades de uso. De forma mais específica, abordou a relação da fotografia com a memória e a história; e a condição da fotografia como documento de arquivo e fonte de pesquisa histórica. No próximo capítulo, será abordada a “Metodologia” utilizada no desenvolvimento da pesquisa.

4 METODOLOGIA

A pesquisa intitulada O Patrimônio Fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (1955-1972): Descrição arquivística e Preservação da memória foi desenvolvida a partir de uma revisão no referencial teórico na área com vistas a colaborar em uma melhor compreensão do tema, especialmente nas temáticas sobre patrimônio, fotografia e descrição arquivística.

De acordo com as suas características, a pesquisa classifica-se como uma pesquisa exploratória, do tipo qualitativa, pois os dados foram analisados de acordo com o ambiente natural da pesquisa, não necessitando de análise estatística, mas sim, descritiva.

Nos meses de agosto e setembro de 2020, foi realizado o estudo aprofundado da descrição arquivística, que possibilitou ampliar o entendimento em relação a conceitos, objetivos e ao processo de planejamento e execução da descrição. Na pesquisa, foram elencados os tipos de instrumentos de pesquisa que podem ser produzidos como resultado da descrição, e as normas de descrição recomendadas para o uso em arquivos.

A identificação dos instrumentos de pesquisa ocorreu no mês de agosto de 2020 e foi explorada a partir da linha de pensamento de André Porto Ancona Lopez (2002), no qual cada tipo de instrumento de pesquisa deve ser gerado de acordo com o nível de descrição pretendido.

A investigação das normas de descrição arquivística, produzidas tanto em âmbito nacional como internacional, ocorreu em setembro de 2020. Para auxiliar na identificação das versões atuais das normas, foi realizada uma pesquisa no *site* do Arquivo Nacional e em referenciais da área, com destaque ao livro “Acervo: revista do Arquivo Nacional” (2007) que contém uma compilação de artigos de diversos profissionais da Arquivologia e outras áreas afins, que exploram a temática das normas no processo descritivo.

A instituição escolhida para estudo e aplicação do tema foi a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, segunda entidade educacional de ensino superior estabelecida no Município de Rio Grande, e responsável pela disseminação do ensino das Ciências Econômicas entre os anos de 1959 a 1972. A escolha justifica-se pela presença de um acervo fotográfico com características e particularidades significativas que retratam à história e a cultura da Faculdade e do próprio Município, cujo tratamento e acesso deve permitir o resgate e a preservação da memória da sociedade.

Nos meses de outubro e novembro de 2020, a investigação da criação e história da FCPE foi realizada através de consultas em fontes primárias, como estatuto, regimento, atas de reuniões, relatórios anuais de atividades, processo de reconhecimento do curso, entre outros. Os documentos constituem o Fundo Documental da FCPE, custodiado pela Coordenação de Arquivo Geral (CAG), unidade vinculada a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD) da FURG, razão pela qual teve sua história revista e incluída na presente dissertação.

Também foi investigada a história da Universidade Federal do Rio Grande, devido ao vínculo com a Faculdade, desde a sua constituição até a atuação como instituição custodiadora e responsável pela preservação dos registros documentais da FCPE.

A análise da história da FCPE, bem como da sua unidade hierarquicamente subordinada, o CTCFF, forneceu subsídios para compreender o contexto de formação do patrimônio documental e fotográfico da instituição. Informações básicas acerca das 56 fotografias encontradas junto ao Fundo foram registradas, como acondicionamento, estado de conservação física e identificação prévia do conteúdo das imagens.

Posteriormente, a digitalização das fotografias encontradas na CAG ocorreu em equipamento disponível no local, na Impressora Multifuncional HP - Modelo C4480, com a captura das imagens no formato *Joint Photographic Expert Groups* (JPEG), resolução de 300 *dpi* e margem preta de 0,2 ao redor do documento para preservar as características da imagem.

Outra parte do acervo fotográfico pertencente ao Fundo da FCPE, encontra-se atualmente custodiado pelo Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos- NUME. O órgão ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEXC da FURG, teve sua breve história pesquisada através de consultas no *site* da própria Instituição, bibliografia sobre o tema, e em visita ao local e conversa informal com o então servidor lotado no órgão, Jeison Luiz Ferreira Vieira.

O acesso as imagens fotográficas custodiadas pelo NUME, só foi possível através de uma consulta *online* ao “Registro Digital do Acervo do NUME”, espécie de planilha Excel, disponibilizado pela unidade aos seus usuários. Posteriormente, em 6 de abril de 2021, foi solicitado à unidade, via *e-mail*, o envio de 32 imagens fotográficas em formato digital. A ação foi realizada visando reunir todo o conjunto fotográfico da FCPE custodiado no âmbito da FURG para atingir o objetivo do trabalho.

Entretanto, entende-se que de acordo com o Princípio da Proveniência, princípio essencial da Arquivologia, os documentos de uma mesma entidade produtora não devem ser misturados aos de outras entidades produtoras. Em respeito a essa condição, justifica-se como

pertinente e necessário o recolhimento dessas 32 fotografias para a CAG, junto ao acervo documental e fotográfico da FCPE.

A ação ainda não pode ser realizada durante o desenvolvimento desta pesquisa, devido a paralisação das atividades presenciais nas unidades administrativas da FURG ocorrida em março de 2020, em decorrência da pandemia do COVID 19. Atualmente, o retorno das atividades presenciais ocorre de maneira gradual, mas ainda com certas restrições. Assim, em momento oportuno, pretende-se realizar o recolhimento das fotografias para custódia da CAG, responsável pela custódia do patrimônio documental de toda a instituição, o que inclui os registros fotográficos.

A NOBRADE, recomendada pela literatura para ser aplicada em arquivos brasileiros, teve sua aplicação em fotografias investigada com vistas a atingir o objetivo do trabalho e aprimorar o entendimento sobre o mesmo. Após o estudo, foram selecionados 15 elementos para compor a descrição normalizada das imagens fotográficas. A descrição das fotografias ocorreu entre os meses de junho a novembro de 2021.

Como produto final da pesquisa, deu-se a elaboração do “Catálogo Seletivo de Fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande 1958-1972”, contendo a descrição normalizada de 56 fotografias, produzidas durante o período de funcionamento da instituição, desde a data da assembleia de sua instalação em 26 de agosto de 1958 até o ano que perdurou as atividades, em 1972.

O Catálogo ressalta as fotografias da FCPE entendidas como relevantes para a história da instituição, no qual cada unidade documental foi descrita minuciosamente, conforme apresentado no capítulo Análise e discussão dos Resultados. Algumas fotografias do acervo da Faculdade não foram selecionadas para o trabalho, por se tratarem de cópias ou pela falta de informações e/ou incerteza da proveniência da imagem.

O Catálogo seletivo está estruturado nos seguintes capítulos: a Apresentação, com informações gerais sobre o instrumento de pesquisa; o Contexto Histórico e de Constituição da FCPE, no qual aborda-se a constituição e história da FCPE, bem como o cenário no qual se consolidou como uma instituição de ensino; O Patrimônio Documental e Fotográfico da FCPE, que contém informações sobre a formação e conteúdo do acervo; as Regras e Convenções Utilizadas, com a identificação da norma de descrição utilizada e comentário sobre cada elemento escolhido; a Descrição das Fotografias, que apresenta a descrição das 56 fotografias; e para finalizar, as Referências utilizadas no instrumento.

A divulgação do Catálogo seletivo irá promover o acesso e assegurar a difusão do acervo fotográfico da FCPE do Rio Grande e sua relevância para a comunidade. Logo, a divulgação deverá ocorrer no site institucional da FURG, no site da PROPLAD, e na rede social (*Facebook*) da CAG. Também será disponibilizado cópia impressa à Coordenação de Arquivo Geral, e outras digitais em formato *word* e PDF.

Já na etapa de análise dos resultados, os dados obtidos com as atividades práticas foram apresentados e discutidos, em correlação ao referencial teórico levantado no início do trabalho.

Este capítulo abordou a metodologia utilizada na pesquisa. No próximo capítulo, será abordado a função arquivística de descrição de documentos, com os tipos de instrumentos de pesquisa que podem ser produzidos como resultado da descrição, e as normas de descrição recomendadas para o uso em arquivos.

5 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A Descrição Arquivística, uma das sete funções desenvolvidas pela Arquivologia, consiste na representação de informações dos documentos de arquivo, desde seu conteúdo até aspectos formais.

O objetivo da descrição arquivística é identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos. Isto é alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados. Processos relacionados à descrição podem começar na ou antes da produção dos documentos e continuam durante sua vida. Esses processos permitem instituir controles intelectuais necessários para tornar confiáveis, autênticas, significativas e acessíveis descrições que serão mantidas ao longo do tempo (ISAD(G), 2001, p. 1).

Através da descrição é que o pesquisador tem a possibilidade de ampliar sua visão do acervo arquivístico, em relação ao conteúdo e contexto de produção dos documentos, e obter maior sucesso em sua pesquisa. Além disso, a identificação e localização dos documentos se torna mais ágil, diminuindo as buscas desnecessárias e, conseqüentemente, o deterioramento de documentos.

A descrição é empregada geralmente em arquivos permanentes, pelos seguintes motivos: todos os documentos selecionados e descritos são de guarda permanente e o uso garantido a várias gerações, dessa forma os recursos disponibilizados para a produção de descrições são aproveitados de forma integral; apresentam, em sua maioria, vários fundos de diferentes entidades produtoras, onde uma descrição em nível geral orienta o pesquisador na compreensão do acervo em sua totalidade; esses arquivos possuem finalidade cultural e crescente procura de pesquisadores, assim descrições podem auxiliar a divulgação do acervo em vários aspectos: história e contexto de formação, potencialidades de suas fontes documentais à pesquisa, serviços oferecidos, horários de atendimento, condições para a pesquisa, requisitos para a reprodução e uso dos documentos, etc.

Schellenberg (2006), de forma objetiva, infere que ao realizar a descrição:

o arquivista se inteira da procedência, do conteúdo, do arranjo e do valor dos papéis. Esses dados são por ele registrados em instrumento de busca que serve a um duplo propósito: a) tornar os papéis conhecidos às pessoas que possam vir a se interessar pelos mesmos; e b) facilitar ao arquivista a pesquisa (SCHELLENBERG, 2006, p. 313).

Na perspectiva da arquivística integrada a descrição inicia-se com a classificação, passa pela avaliação e aprofunda-se na construção de instrumentos de pesquisa (LOPES, 1996, p.101). Algumas informações constatadas no planejamento e execução de atividades de classificação em conjuntos documentais servem para agilizar a produção de descrições, são alguns exemplos: informações sobre o contexto de formação; sobre a história da instituição ou biografia de personalidades, assim como as atividades exercidas pelos mesmos; sistema de arranjo e ordenação dos documentos; datas-limites; suportes; e estado de conservação.

Na organização arquivística, é necessário ter sempre em mente a importância das atividades de descrição. Igualmente importante é prever os instrumentos de pesquisa que poderão ser produzidos como resultado direto da classificação arquivística. Muitas vezes, uma informação, secundária no momento da classificação, pode vir a ser importante para a descrição do documento. Um bom planejamento pode concentrar esforços, ao coletar essa informação durante a classificação, agilizando a produção dos instrumentos de pesquisa. (LOPEZ, 2002, p.11)

A relação da descrição com a avaliação consiste no fato de que com um adequado fluxo de documentos, proporcionado pela última, chegarão aos arquivos de custódia permante somente aqueles documentos que possuem valor para a memória e pesquisa histórica e por essa razão devem ser de conhecimento dos cidadãos.

5.1 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A descrição tem como consequência a elaboração de instrumentos de pesquisa, que “são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”. (LOPEZ, 2002, p.10).

O Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.45) conceitua os instrumentos de pesquisa como uma “obra de referência, publicada ou não, que identifica, localiza, resume ou transcreve, em diferentes graus e amplitudes, fundos, grupos, séries e peças documentais existentes num arquivo permanente, com a finalidade de controle e de acesso ao acervo”.

Os instrumentos de pesquisa orientam tanto o corpo técnico do arquivo no controle do acervo documental como os usuários no desenvolvimento de suas pesquisas. Devido à sua importância para o acesso e uso documentos são publicados em meios impressos e/ou eletrônicos, conforme os recursos disponíveis pela instituição.

Os principais tipos de instrumentos são: guias, inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices. Os diversos formatos de apresentação devem ser estudados, analisados e

aplicados conforme as condições e necessidades da instituição arquivística, de seu acervo documental e de seus usuários.

Lopez (2002, p.22), seguindo a linha de pensamento em que as funções de classificar e descrever possuem uma relação intensa de complementaridade, apresenta na tabela abaixo os níveis de descrição, que determinam o tipo de instrumento a ser produzido, e os níveis de classificação dos documentos correspondentes.

Quadro 1 – Relação entre cada tipo de instrumento de pesquisa e o nível da descrição

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	Conjuntos documentais amplos	Guia
Fundos, grupos, coleções	Séries	Inventário
Séries	Unidades documentais	Catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	Assunto; recorte temático	Catálogo Seletivo; índice

Fonte: LOPEZ, 2002.

Aconselha-se que o Guia seja o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido em um arquivo, pois ele fornece em seu conteúdo uma visão geral do arquivo, através da descrição dos fundos documentais que estão sob sua custódia, dos serviços oferecidos e das condições de acesso. Conforme Lopez (2002, p.23) afirma “ele é a porta de entrada da instituição e permite um mapeamento panorâmico do acervo”.

O guia contém informações gerais sobre a instituição com acervo arquivístico e outras específicas sobre os fundos e coleções que o arquivo mantém em custódia. Em relação a instituição, pode apresentar o seu histórico e formação, estrutura, endereço, telefone, horário de atendimento, responsáveis e email para contato. As informações mais específicas sobre o acervo documental trata de sua identificação, composição, período, contexto de formação, organização, acesso, reprodução e uso.

Bellotto (1991, p.110) em primeira edição de sua obra intitulada “Arquivos Permanentes: Tratamento Documental” apresenta três itens como fundamentais em um guia: introdução; informações sobre o arquivo como instituição; e dados relativos aos serviços que

prestam. A primeira parte do guia, a introdução, identifica o arquivo e seu funcionamento, estrutura, histórico e fundos custodiados; as informações relativas aos fundos pode apresentar a referência de outros instrumentos de pesquisa existentes e de outras instituições (arquivísticas ou não) que contenham documentação semelhante; e para finalizar, os serviços que possibilitam apontar a existência de biblioteca auxiliar, laboratório de microfilmagem, assistência educativa e comunitária, promoção de exposições e outros eventos.

Sendo assim, o guia serve como uma orientação ao pesquisador, que ao chegar no arquivo já estará familiarizado com as normas e condições para consulta aos documentos, conteúdo do acervo em geral e sobre os conjuntos documentais relevantes a sua pesquisa. Conforme Bellotto (2004,p.192):

Serve também para divulgar e promover o arquivo junto aos meios escolares, administrativos, culturais em geral – os da comunidade, enfim – uma publicidade que pode redundar na transformação de alguns elementos desta comunidade em integrantes do primeiro tipo de público – o dos historiadores.

A atualização deste instrumento de pesquisa deve ocorrer periodicamente, visto que algumas informações podem se modificar com uma maior frequência, como por exemplo, troca de dias e horários de atendimento, novas exposições e incorporação de outros documentos.

Em relação a apresentação final e publicação física do guia, as mesmas devem ocorrer levando-se em conta os recursos financeiros disponibilizados pela instituição. Lopez comenta sobre dois modelos:

Algumas instituições fazem guias extramamente elaborados, repletos de imagens coloridas, impressos em papel de alta qualidade, com encadernações luxuosas, acrescidos de textos complementares etc. Por outro lado, existem instituições que optam pela elaboração de instrumentos mais técnicos, em formatos modestos – geralmente compostos por algumas folhas grampeadas ou encadernadas –, contendo apenas as informações mínimas necessárias, mas nem por isso menos importantes. (LOPEZ, 2002, p.23).

Os arquivos também podem utilizar a Internet para a disponibilização de seu instrumento de pesquisa para *download*, através do *site* ou página *online* da instituição, e em certos casos, até mesmo na página do Arquivo Nacional. O importante é que as informações registradas no guia, mais completos ou simples, em meios impressos ou eletrônicos, permitam a difusão da instituição com acervo arquivístico e forneçam diretrizes para o acesso ao pesquisador e usuários em potencial.

Outro instrumento de pesquisa, os inventários são formados por uma descrição da composição de um fundo ou coleção com a finalidade de “prover o arquivo com um instrumento preliminar de busca.” (OLIVEIRA et al, 2006, p.45). Na sua elaboração, tem como foco a descrição das séries que compõem o fundo, mas também pode abranger todo o acervo de uma maneira resumida.

O DBTA (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.109) define inventário como o “instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos”.

O inventário produzido de maneira sumária possui uma rápida descrição de fundos constituídos de grande volume documental, já aquele produzido de maneira analítica contém uma descrição pormenorizada, geralmente em fundos pessoais ou fundos de instituições pequenas. A descrição de cada série documental, seja sumária ou analítica, permite ao pesquisador uma visão mais específica e detalhada do conjunto, em relação a dimensão física, suporte, conteúdo, datas-limite, etc.

A publicação do inventário é aconselhável devido a sua importância e apoio à pesquisa, mas não há necessidade de grandes produções. A atualização das informações presentes neste tipo de instrumento, em comparação ao Guia, não ocorrem tão frequentemente, a não ser nos casos de descrição das partes de um fundo aberto, que de forma seguida recebem o acréscimo de documentos.

O catálogo descreve individualmente cada unidade documental de um ou mais fundos, reunidas conforme um assunto, lugar ou período de tempo. Como pode conter documentos de diferentes fundos, aconselha-se incluir também uma introdução com informações gerais sobre as séries, como sua contextualização no interior do fundo correspondente, e considerações que justifiquem a importância da elaboração deste tipo de instrumento.

O fundamental do catálogo é que ele se atenha à compreensão dos documentos dentro de suas relações orgânicas com as atividades que os produziram. Só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas. (LOPEZ, 2002, p.32).

Assim como o inventário, o catálogo pode ser produzido de duas formas, a sumária ou a analítica. O catálogo sumário indica temas, datas, nomes e conteúdo das séries documentais. Bellotto (1991, p.128) ressalta que nesse instrumento “têm-se assuntos, sem que se possa

distinguir funções”. Em um catálogo analítico são descritos documento por documento, unitariamente, conforme o critério escolhido e diferencia-se do inventário pela ordem de seus verbetes. Em ambos os tipos de catálogos não há necessidade de se seguir a ordenação de cada série.

O catálogo seletivo, antes conhecido como repertório, contém uma seleção de documentos de um ou mais fundos, no qual cada unidade documental é descrita minuciosamente. Em outras palavras “descreve e ressalta os documentos mais específicos ou de grande importância para a instituição ou pessoa do qual pertence” (OLIVEIRA et al, 2006, p.45).

De acordo com Bellotto (2004, p.213), pode ser de dois tipos:

- 1) o que traz seleção no sentido de captação, dentro de conjuntos documentais maiores e mais genéricos dos documentos que se referem especificamente ao tema, à pessoa ou ao evento propostos.(...); 2) O que, além da seleção por tema, pessoa ou evento, ainda traz uma escolha feita pelo autor no sentido de “os mais importantes”, “os de maior interesse”, os “de maior relevo” (...).

Este instrumento de pesquisa é geralmente produzido em ocasiões especiais, como exposições de documentos, eventos e datas comemorativas.

O índice é formado por descritores dos documentos e permitem agilizar a localização e consulta das unidades documentais classificadas conforme algum critério. O DBTA (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.107) o define como uma “relação sistemática de nomes de pessoas, lugares, assuntos ou datas contidos em documentos ou em instrumentos de pesquisa, acompanhados das referências para sua localização.”

Através de seus termos e palavras-chave, o índice complementa o entendimento dos catálogos e inventários, principalmente nos casos em que esses dois instrumentos citados referem-se a conjuntos documentais extensos.

Sendo assim, o arquivista, principalmente aquele atuante em arquivos permanentes, deve ter um conhecimento mais aprofundado sobre as possibilidades da descrição nos diferentes níveis, que tem como resultado a elaboração de instrumentos de pesquisa. Os instrumentos tanto orientam e facilitam o entendimento do pesquisador em relação a matéria-prima de seu trabalho, como permitem divulgar o conteúdo, os serviços e o potencial dos arquivos perante a sociedade.

Neste subcapítulo foram especificados os principais instrumentos de pesquisa que podem ser produzidos no âmbito dos arquivos. A seguir, serão abordadas as normas de

descrição arquivística, elucidando a importância de sua utilização, primeiras iniciativas e produções da área.

5.2 NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Pela necessidade de padronização na estrutura e conteúdo dos instrumentos de pesquisa, e ainda a criação de outras descrições, como de produtores de documentos, a partir da década de 1980 foram promovidas algumas iniciativas referentes ao processo de descrição arquivística. O Conselho Internacional de Arquivos - CIA e mais tarde, o CONARQ, constituíram grupos de profissionais responsáveis pela elaboração e publicação de normas de descrição arquivística.

O estudo de normas deve ser uma preocupação do arquivista, visto que assegura maior profissionalismo e disciplina ao trabalho em arquivos. Marion Beyea (ARQUIVO NACIONAL, 2007, p.35) afirma que “certas normas necessárias à prática arquivística, como as normas para descrição de documentos arquivísticos, por exemplo, deveriam ser, e o serão sempre, domínio de arquivistas.”

Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. Ao mesmo tempo em que, influem no tratamento técnico realizado pelas entidades custodiadoras, as normas habilitam o pesquisador ao uso mais ágil de instrumentos de pesquisa que estruturam de maneira semelhante a informação. (CONARQ, 2006, p. 11).

A aplicação das normas de descrição deve ser considerada como uma diretriz ao trabalho do arquivista, tanto pela relevância do processo de descrição arquivística, como pela necessidade de criação de descrições padronizadas, desde o nível documental até outros elementos que o contextualizam. Tal adesão pode trazer muitas vantagens, como a demonstração do potencial de trabalho neste campo de ação, maior reconhecimento à área, incentivo ao pesquisador ao utilizar instrumentos de pesquisa, entre outras.

Michael Fox cita dois problemas que são gerados, quando criamos para cada instituição um próprio e específico conteúdo, exibição e indexação do acervo. O primeiro problema é quando “cada arquivo decide quais elementos de informação serão usados para

descrever seu acervo, como o conteúdo de cada elemento de informação será expresso e a seqüência na qual a informação é apresentada ao usuário.” (FOX, 2007, p.26) O segundo problema, a inconsistência da descrição para a pesquisa, “quando os nomes de pessoas, lugares, organizações e assuntos são registrados e indexados diferentemente de arquivo para arquivo, como podem os usuários esperar localizar materiais relacionados em instituições diferentes?” (FOX, 2007, p.27).

Sendo assim, em 1988, o Canadá propôs ao Conselho Internacional de Arquivos, a criação de normas internacionais para orientar o trabalho de descrição em arquivos. Aproximadamente um ano depois, alguns especialistas reuniram-se em Paris e criaram uma comissão cuja função era a elaboração dessas normas. A preocupação inicial da comissão foi definir os princípios quanto a descrição arquivística, e como consolidação do primeiro trabalho, em 1994, foi publicada a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - *ISAD(G)*, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos.

Em 1996, no Congresso Internacional de Arquivos de Pequim - China, a comissão tornou-se um comitê permanente na estrutura do CIA. Denominado Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CIA/CND) era formado por 16 membros, sendo que o Brasil estava representado por Vitor Manoel Marques da Fonseca. O Comitê, na época, teve como principal tarefa promover a revisão e publicação da segunda edição da *ISAD(G)*.

De forma complementar a primeira norma, ainda em 1996, foi publicada pelo CIA, a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias – *ISAAR (CPF)*. A finalidade da Norma era orientar a descrição do produtor, o que evidencia a importância do contexto de produção dos documentos.

Em 2004, após o Congresso do CIA ocorrido em Viena-Áustria, foi criado o Comitê de Boas Práticas e Normas-CBPN, antes denominado Seção Provisória de Boas Práticas e Normas para desenvolver normas de boas práticas em todas as áreas do trabalho em arquivos. Na primeira reunião do Comitê, decidiu-se focar nas questões identificadas pelo CND, o que resultou na criação de grupos de trabalhos para esboço de normas acerca das funções e das instituições que custodiam e prestam serviços aos usuários.

Como produto das pesquisas do CBPN, foi lançado em 2007, a Norma Internacional para Descrição de Funções – *ISDF* e em 2008, a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – *ISDIAH*. Ambas podem ser utilizadas em conjunto com as normas *ISAD (G)* e a *ISAAR (CPF)*, visando uma maior eficiência em um sistema de informação arquivística.

No Brasil, o processo de revisão da ISAD(G) representou o primeiro contato com as preocupações dos colegas dos outros países, o qual resultou em experiências e reflexões acerca da própria norma e em contribuições futuras no processo descritivo do país. Ainda como contribuição, em 2000, um grupo de trabalho do Arquivo Nacional publicou a versão brasileira da segunda edição da Norma ISAD(G), adotada pelo CND na Suécia em 1999, tendo sido posteriormente divulgada e discutida em eventos da área.

Em 2001, foi criada pelo CONARQ, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística¹⁹(CTNDA), através da Portaria nº56 de 30 de setembro de 2001, com a finalidade de elaborar normas nacionais para serem usadas em conformidade com as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF).

A CTNDA, inicialmente, buscou fornecer subsídios teóricos e metodológicos para as atividades de descrição desenvolvidas nas instituições arquivísticas do país. Assim, a primeira publicação da Câmara Técnica foi uma bibliografia²⁰ com 232 referências referentes a manuais e textos produzidos no exterior, a normas produzidas e aplicadas em arquivos brasileiros, entre outros materiais sobre descrição arquivística. Em 2006, o grupo de trabalho lançou a primeira norma com adaptação a realidade brasileira, a NOBRADE.

A seguir são especificadas as normas de descrição existentes, em âmbito internacional e nacional, publicadas pelo Arquivo Nacional.

5.2.1 Normas internacionais

5.2.1.1 ISAD(G)

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística (*ISAD(G)*) orienta com regras gerais a produção de descrições arquivísticas e deve ser usada como base para a criação de normas nacionais. Para Castanho et al (2001, p.70) surgiu para “somar, regularizar e generalizar uma das atividades arquivísticas responsáveis pelo acesso e uso dos documentos, a descrição”.

¹⁹ Atualmente a CTNDA encontra-se inativa, devido ao Decreto nº10.148 de 2 de dezembro de 2019, que estabeleceu novas diretrizes para a instituição de câmaras técnicas consultivas no âmbito do CONARQ.

²⁰ Obra intitulada “Descrição Arquivística: Referências Bibliográficas”. Disponível em < <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes> > Acesso em 13 de junho de 2021.

A primeira versão da *ISAD-G*, lançada em 1994 pelo CIA, já previa em seu prefácio um processo de revisão, no qual foi assumido pelo CND como uma tarefa prioritária. A revisão, intensificada entre os anos de 1998 a 2000, conforme o CIA (2000, p.3) foi “terminada na terceira reunião plenária do Comitê, em Estocolmo, Suécia, e oferecida para publicação no início do ano 2000, tendo em vista o XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha, Espanha, em setembro do mesmo ano”.

No Brasil, em 1998, através de um grupo de trabalho do Arquivo Nacional constituído pela Portaria nº06 de 26 de fevereiro de 1998, foi realizada a tradução e divulgação da *ISAD(G)* para que um maior número de brasileiros tivessem a oportunidade de conhecer a norma.

A *ISAD(G)* fornece diretrizes para a descrição de documentos, independente do suporte, e os objetivos de sua utilização são:

- a) Assegurar a criação de descrições consistentes, apropriadas e auto-explicativas; b) facilitar a recuperação e a troca de informação sobre documentos arquivísticos; c) possibilitar o compartilhamento de dados de autoridade; e d) tornar possível a integração de descrições de diferentes arquivos num sistema unificado de informação. (CIA, 2000, p.11).

A Norma obedece ao princípio de descrição multinível, ou seja, a descrição representa o fundo e/ou suas partes de forma estruturada. Para a estruturação de níveis, torna-se fundamental a aplicação do fundo de arquivo, conforme defendido pelo Princípio da Proveniência. Lopez (2002, p. 16) considera:

o sistema multinível permite descrever unidades ou conjuntos documentais sem o risco de perda de sua relação orgânica com o fundo do qual faz parte, desde que sua classificação obedeça ao princípio da proveniência. A estrutura dos campos e subcampos possibilita que somente as informações pertinentes à hierarquia dos documentos descritos sejam anotadas, não havendo ônus para a descrição no caso de descarte dos campos não essenciais.

Entretanto, a norma assume claramente que também pode ser aplicada na descrição de coleções, isto é, em conjunto de documentos reunidos artificialmente devido a características semelhantes ou por assunto.

A *ISAD(G)* compreende 26 elementos que servem como base de pontos de acesso para a recuperação da informação e compreendem: o nome do elemento; explicação da finalidade do elemento na descrição; regras gerais da aplicação do elemento; e exemplos de aplicação. Os elementos de informação estão agrupados em sete áreas, que são:

1. Área de identificação (destinada à informação essencial para identificar a unidade de descrição);
2. Área de contextualização (destinada à informação sobre a origem e custódia da unidade de descrição);
3. Área de conteúdo e estrutura (destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição);
4. Área de condições de acesso e de uso (destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade de descrição);
5. Área de fontes relacionadas (destinada à informação sobre fontes com uma relação importante com a unidade de descrição);
6. Área de notas (destinada à informação especializada ou a qualquer outra informação que não possa ser incluída em nenhuma das outras áreas);
7. Área de controle da descrição (destinada à informação sobre como, quando e por quem a descrição arquivística foi elaborada). (CIA, 2000, p.12-13)

Todos os 26 elementos podem ser utilizados, sendo que apenas seis elementos são essenciais para o intercâmbio de informações descritivas, e são: código de referência, título, produtor, data(s), dimensão da unidade de descrição e nível de descrição. A incorporação dos elementos não obrigatórios em descrições pode variar de acordo com a necessidade e natureza da unidade de descrição.

O foco da norma é o uso em arquivos permanentes, onde os documentos custodiados serão preservados e disponibilizados para a pesquisa. Ainda assim pode ser aplicada em arquivos correntes e intermediários, visto que os elementos de informação sobre os documentos referem-se a outras fases, como por exemplo criação, avaliação e arranjo.

Em casos de descrição de documentos especiais, como selos, registros sonoros ou mapas, a norma não tem condições de ser aplicada. A orientação é o uso da *ISAD (G)* em combinação com manuais que já existem sobre o assunto.

Em relação ao resultado final da descrição, isto é, a apresentação em instrumentos de pesquisa, como guias, inventários, catálogos, a norma não define formatos. Fica a critério do arquivista ou responsável pela descrição decidir, levando-se em conta o nível de classificação do conjunto documental que foi descrito e as necessidades e/ou exigências da instituição.

Pela importância do controle de autoridade como ponto de acesso e no contexto de produção dos documentos, a *ISAD (G)* anuncia a existência de outra norma a ser usada em conjunto, a *ISAAR (CPF)*, abordada a seguir.

5.2.1.2 *ISAAR(CPF)*

A Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades coletivas, Pessoas e Famílias (*ISAAR (CPF)*) tem a função de fornecer diretrizes a descrição de produtores de documentos, que podem ser entidades coletivas, famílias e pessoas. A norma define os elementos de informação que devem constituir um registro de autoridade arquivística e orienta o uso desses registros em um sistema descritivo.

A criação de registros de autoridade arquivística se dá pela importância de elucidar o contexto da produção dos documentos e tornar possível sua associação com outros produtores, documentos e/ou recursos. A Norma permite controlar a forma do nome e identificação do produtor do documento indicada num ponto de acesso relacionado a uma unidade de descrição arquivística, além de possibilitar:

– O acesso a arquivos e documentos baseado no fornecimento de descrições do contexto da produção dos documentos associadas a descrições desses mesmos documentos, com frequência diversos e fisicamente dispersos; – aos usuários a compreensão do contexto subjacente à produção e ao uso dos arquivos e documentos, de forma que possam melhor interpretar seus sentidos e significados; – a identificação precisa dos produtores de documentos, incorporando descrições dos relacionamentos entre diferentes entidades, especialmente documentando a mudança administrativa em entidades coletivas ou mudanças pessoais de circunstâncias em indivíduos e famílias; e – o intercâmbio dessas descrições entre instituições, sistemas e/ou redes. (CIA; 2004,p.12)

A Norma apresenta 27 elementos de descrição disponíveis para o uso, sendo quatro essências, que são: tipo de entidade; forma(s) autorizada(s) do nome; datas de existência; e identificador do registro de autoridade. Os elementos estão organizados em quatro áreas, que são:

- 1 Área de Identificação (onde a informação visa identificar especificamente a entidade que está sendo descrita e são definidos pontos de acesso normalizados para o registro);
- 2 Área de Descrição (onde se registra informação pertinente sobre a natureza, contexto e atividades da entidade que está sendo descrita);
- 3 Área de Relacionamentos (onde relações com outras entidades coletivas, pessoas e/ou famílias são registradas e descritas);
- 4 Área de Controle (onde o registro de autoridade é especificamente identificado e é registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição foi criado e mantido). (CIA, 2004, p.15).

A norma contém ainda, outra área que permite associar registros de autoridade com outros materiais arquivísticos e recursos, como “material arquivístico (fundo, série, etc), descrição arquivística, instrumento de pesquisa, monografia, artigo de periódico, web site, fotografia, coleção museológica, documentário, gravação de história oral. (CIA, 2004, p.33).

A área é formada por quatro elementos de descrição que descrevem a identificação do recurso, o tipo, a natureza e datas dos relacionamentos.

Os registros de autoridade podem ser citados na Norma *ISAD(G)*, nos elementos Nome(s) do(s) produtor(es) e História administrativa/Biografia, ou em normas nacionais existentes. Por essa razão, o CIA aconselha que as duas normas sejam usadas conjuntamente em um sistema de descrição arquivística, para que registros de autoridade sejam associados a descrições de documentos e vice-versa.

Atualmente, a ISAAR(CPF) encontra-se na sua segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição em Canberra, na Austrália, em outubro de 2003, e publicada em 2004, oito anos após a publicação da primeira versão. No Brasil, com o apoio do Arquivo Nacional, a segunda versão²¹ foi traduzida por Vitor Manoel Marques da Fonseca, então membro do Comitê internacional.

5.2.1.3 *ISDF*

O reconhecimento da importância das funções no contexto de produção dos documentos incentivou o CBPN, a formar um grupo responsável pela elaboração de uma norma para a descrição de funções. O grupo foi estabelecido na reunião da Seção Provisória de Normas Profissionais e Boas Práticas em Berna, Suíça, em junho de 2005, e após a realização de algumas reuniões, em 2007 foi divulgada uma versão final da norma.

A Norma Internacional para Descrição de Funções (*ISDF*) dá diretrizes para a preparação de descrições de funções de entidades coletivas associadas à produção e manutenção de arquivos. As funções podem servir como um apoio para a implementação de outras funções arquivísticas, como a classificação, arranjo e a avaliação de documentos, e é de extrema importância na explicação da proveniência de documentos.

Arquivos são gerados quando pessoas ou organizações desempenham funções e realizam atividades. Não é irracional, de fato é até extremamente útil, considerar as funções por si só como entidades propriamente ditas – entidades que requerem descrições separadas, com ligações tanto para os documentos que documentam o exercício da função quanto para os produtores de documentos que a desempenham. (ARQUIVO NACIONAL, 2007, p. 87).

²¹ Disponível em <https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isaar_cpf.pdf> Acesso em: 14 de julho de 2021.

A *ISDF* contém 23 elementos de descrição que podem ser utilizados, sendo os seguintes obrigatórios: tipo, forma(s) autorizada(s) do nome, identificação da descrição da função. Os elementos estão organizados em quatro áreas de descrição:

- 1 Área de identificação (onde a informação visa identificar especificamente a função e define um ponto de acesso normalizado);
- 2 Área de descrição (onde se registra informação sobre a natureza e contexto da função);
- 3 Área de relacionamentos (onde relações com outras funções são registradas e descritas);
- 4 Área de controle (onde a descrição de uma função é especificamente identificada, e registrada a informação sobre como, quando e por qual instituição arquivística a descrição foi criada e mantida). (*ISDF*, 2008, p.14)

A norma, de forma complementar, apresenta em um outro capítulo uma área, formada por três elementos, que tem por objetivo identificar a associação entre descrições de funções e registros de autoridade e/ou a descrições de documentos arquivísticos. Por esse motivo, aconselha-se a aplicação, primeiramente, da norma *ISAD(G)* (no caso do Brasil, a *NOBRADE*) e da norma *ISAAR(CPF)*.

5.2.1.4 *ISDIAH*

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (*ISDIAH*) foi apresentada em 2008 no Congresso do CIA em Kuala Lumpur, após dois anos de pesquisas e esforços de um grupo de trabalho do CBPN. A Norma orienta a descrição de instituições com acervo arquivístico e sua inserção em um sistema de descrição arquivística, permitindo:

- a) o fornecimento de orientação prática na identificação e contato com instituições com acervos arquivísticos e no acesso ao acervo e aos serviços disponíveis; b) a elaboração de diretórios de instituições com acervo arquivístico e/ou listas de autoridade; c) o estabelecimento de conexões com listas de autoridade de bibliotecas e museus e/ou o desenvolvimento de diretórios comuns de diretórios comuns de instituições de patrimônio cultural nos níveis regional, nacional e internacional; e d) a produção de estatísticas de instituições com acervo arquivístico, nos níveis regional, nacional e internacional. (*CIA*, 2009, p. 11).

Os campos de descrição que formam a *ISDIAH* oferecem informações referentes aos conjuntos documentais arquivísticos e outros materiais, ao contexto geográfico e cultural no qual foram gerados, a história da instituição, localização e serviços oferecidos pela instituição.

No total, compreende 31 elementos, sendo três deles de uso obrigatório: : Identificador; Forma(s) autorizada(s) do nome; e Endereço(s). Os elementos estão agrupados em seis áreas:

- 1 Área de identificação (onde a informação visa identificar, especificamente, a instituição com acervo arquivístico e definir pontos de acesso normalizados);
- 2 Área de contato (onde é fornecida informação sobre como contatar a instituição com acervo arquivístico);
- 3 Área de descrição(onde é fornecida informação relevante acerca da história, estrutura atual e política de entrada de documentos da instituição com acervo arquivístico);
- 4 Área de acesso (onde é fornecida informação sobre o acesso à instituição com acervo arquivístico: horário de funcionamento, quaisquer restrições de acesso etc.);
- 5 Área de serviços (onde é fornecida informação relevante sobre os serviços técnicos oferecidos pela instituição com acervo arquivístico);
- 6 Área de controle (onde é especificamente identificada a descrição da instituição com acervo arquivístico e é registrada informação sobre como, quando e por qual instituição foi criada e mantida). (CIA, 2009, p.14).

A norma recomenda que cada país defina um identificador único para cada instituição com acervo arquivístico, que consiste em um código numérico ou alfanumérico específico que identifica a instituição de acordo com as normas nacionais e internacionais. No âmbito nacional, o código recebe a denominação de Código de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos (CODEARQ) e é fornecido pelo CONARQ, com a condição da instituição preencher um formulário eletrônico e permitir o acesso ao seu acervo.

Ainda, a *ISDIAH* permite associar as descrições das instituições que custodiam arquivos a descrições multinível segundo a *ISAD(G)* e a descrições conformes à *ISAAR (CPF)* de entidades coletivas, famílias e pessoas como produtoras de material arquivístico. A área complementar intitulada “Relacionando descrições de instituições com acervo arquivístico a materiais arquivísticos e seus produtores”, contempla quatro elementos de descrição que registram o título do material e seu código de referência, informações sobre o histórico do relacionamento e constituição do material, as datas do relacionamento, forma autorizada do nome e identificador do registro de autoridade relacionado.

5.2.2 A Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), publicada pelo Arquivo Nacional em 2006, foi elaborada com base nas Normas *ISAD(G)* e *ISAAR(CPF)*, porém adaptada a realidade brasileira. O objetivo da Norma é fornecer diretrizes para a descrição

arquivística visando facilitar a troca de informações em âmbito nacional e internacional. Sua adoção e utilização é recomendada a todos os órgãos e entidades integrantes do SINAR através da Resolução nº 28 do CONARQ, de 17 de fevereiro de 2009.

A NOBRADE adota os princípios básicos da ISAD(G), que estabelece uma hierarquia das descrições através de quatro regras fundamentais que devem ser seguidas, são elas: descrição do geral para o particular, com a intenção de representar o contexto e espelhar a estrutura do fundo e de suas partes; informação relevante para o nível de descrição, com o fim de registrar o conteúdo da unidade de descrição; relação entre descrições, com vistas a distinguir a posição da unidade dentro do conjunto; e não repetição da informação, que tem por objetivo evitar registrar informações já mencionadas em outro nível de descrição hierarquicamente relacionado.

Os seis principais níveis considerados pela NOBRADE são: acervo da entidade custodiadora (nível 0); fundo ou coleção (nível 1); seção (nível 2); série (nível 3); dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). Apresenta ainda outros níveis intermediários: acervo da subunidade custodiadora (0,5); a subseção (2,5) e a subsérie (nível 3,5). O nível 0,5 é utilizado nos casos em que a entidade conta com subunidade(s) administrativa(s) em endereço distinto. O nível 1, pode indicar tanto um Fundo documental como uma coleção, pois para fins de utilização, os dois conjuntos são tratados pela Norma como equivalentes.

Não é obrigatório que todos os níveis sejam implementados, porém, nos casos de nível de descrição 5, se faz necessário a existência do nível 4. Logo, itens documentais devem ser descritos como parte integrantes de dossiês/ processos. O CONARQ (2006, p.11) esclarece que “como a definição dos níveis se dá a partir de uma estrutura hierárquica, deve-se entender o item documental como um nível e não como um documento, assim como um dossiê/processo pode ser constituído de um único documento”.

A NOBRADE contempla em sua estrutura 28 elementos, sendo que apenas sete são de uso obrigatório, que são: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso (somente para descrições em níveis 0 e 1). Os elementos estão distribuídos nas 8 áreas a seguir:

- (1) Área de identificação, onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição;
- (2) Área de contextualização, onde se registra informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição;
- (3) Área de conteúdo e estrutura, onde se registra informação sobre o assunto e a organização da unidade de descrição;
- (4) Área de condições de acesso e uso, onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição;

- (5) Área de fontes relacionadas, onde se registra informação sobre outras fontes que têm importante relação com a unidade de descrição;
- (6) Área de notas, onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores;
- (7) Área de controle da descrição, onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada;
- (8) Área de pontos de acesso e descrição de assuntos, onde se registra os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. (CONARQ, 2006, p.19).

Assim, em relação à *ISAD(G)*, a NOBRADE apresenta de forma inovadora a área 8 denominada “Área de pontos de acesso e descrição de assuntos” que contém o único elemento de descrição: “Pontos de acesso e indexação de assuntos”. Seu principal objetivo consiste em “registrar os procedimentos para recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição, por meio da geração e elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle do vocabulário adotado.” (CONARQ, 2006, p.59). O elemento permite a identificação de outros pontos de acesso, além dos obrigatórios, que serão objetos de indexação.

Em relação a essa nova área, a Norma especifica vários procedimentos e exige um estudo e cuidado por parte da entidade custodiadora quanto a política de recuperação das informações e de indexação de assuntos, que “deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos.” (CONARQ, 2006, p. 59).

Outro elemento de descrição criado pela NOBRADE, devido a constatação de sua relevância na descrição de arquivos brasileiros, é denominado “Notas sobre conservação”, e encontra-se inserido na Área de notas. O elemento, inexistente na *ISAD (G)*, serve para registrar informações sobre o estado de conservação da unidade de descrição, acusando ações de conservação ou restauração que foram ou deverão ser implementadas. Auxilia em diagnósticos sobre a conservação dos arquivos e no registro dos históricos de procedimentos técnicos realizados na unidade.

A NOBRADE pode ser “aplicada à descrição de qualquer documento, independentemente de seu suporte ou gênero” (CONARQ, 2006, p.19), O descritor obrigatório denominado Dimensão e Suporte, da Área de Identificação, reforça essa ideia ao indicar os procedimentos que devem ser seguidos no registro de informações acerca da dimensão e do suporte da unidade de descrição. Tal registro pode ocorrer por gênero documental, como bibliográfico, cartográfico, eletrônico, filmográfico, iconográfico,

micrográfico, sonoro, textual e tridimensional, e certas espécies documentais, conforme citados pela Norma:

Gênero bibliográfico: folheto(s), livro(s), monografia(s), obra(s) rara(s), periódico(s), periódico(s) raro(s) e tese(s); Gênero cartográfico: atlas, carta(s) aeronáutica(s), cartograma(s), desenho(s) técnico(s), diagrama(s), fotografia(s) aérea(s), fotoíndice(s), mapa(s), mosaico(s) aéreo(s), perfil(is) e planta(s); Gênero eletrônico; Gênero filmográfico: filme(s) cinematográfico(s), fita(s) videomagnética(s), filme(s) cinematográfico(s) negativo(s); Gênero iconográfico: caricatura(s), cartaz(es), cartão(ões)- postal(is), charge(s), cópia(s) por contato, desenho(s), diapositivo(s), fotografia(s), gravura(s), ilustração(ões), negativo(s) fotográfico(s) e pintura(s); Gênero micrográfico: cartão(ões)-janela, cartucho(s), jaqueta(s), microficha(s), rolo(s) 16mm e rolo(s) 35mm; Gênero sonoro: disco(s) e fita(s) audiomagnética(s); Gênero tridimensional: descrição livre, podendo-se recorrer a tesouros especializados. (CONARQ, 2006, p.27-28)

Logo, ao determinar que os documentos textuais devem ser mensurados em metros lineares e especificar os demais gêneros que devem ser quantificados por espécie ou tipo e por item, a NOBRADE amplia e confirma as possibilidades de interpretação quanto a sua aplicação. Os exemplos citados pela Norma, nos níveis mais específicos (nível 4 e 5), reforçam esse entendimento.

Em relação a descrição do quantitativo, ainda, deve ocorrer preferencialmente por espécie ou tipo, e somente nos casos em que não forem possíveis, a indicação deve ser feita por gênero. E informações mais específicas para determinados gêneros de documentos podem ser acrescentadas, se necessário.

A apresentação final dos instrumentos de pesquisa fica a critério dos profissionais e das instituições responsáveis pelo trabalho de descrição. A Norma serve para padronizar e estruturar a informação de forma semelhante e busca interferir o mínimo possível no aspecto final, com a exigência apenas dos elementos de descrição obrigatórios.

Esta seção abordou a função arquivística de descrição de documentos, com a finalidade de ampliar o entendimento em relação a conceitos, objetivos e ao processo de planejamento e execução da descrição. Em seguida, foram especificados os tipos de instrumentos de pesquisa que podem ser produzidos como resultado da descrição de acordo com o nível de descrição pretendido; e as normas de descrição recomendadas para o uso em arquivos produzidas tanto no âmbito nacional como internacional.

6 A FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS

Este capítulo apresenta a história administrativa da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE), segunda entidade educacional de ensino superior estabelecida no Município de Rio Grande e responsável pela disseminação do ensino das Ciências Econômicas, no final da década de 1950. Na sequência, apresenta-se um resumo histórico da Universidade Federal do Rio Grande, instituição na qual a FCPE foi agregada posteriormente; e da Coordenação de Arquivo Geral e do Núcleo de Memória Eng^o Francisco Martins Bastos, lugares de memórias da FURG, no qual foram localizados os registros fotográficos da FCPE.

Para uma melhor compreensão do estabelecimento da Faculdade na época, torna-se necessário abordar os aspectos históricos e as transformações enfrentadas pelo Município de Rio Grande. Considerado o mais antigo do Rio Grande do Sul e de colonização portuguesa, Rio Grande está localizado no litoral sul do Estado, entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico.

A economia do Município se concentra na maior parte na atividade portuária, sendo um dos grandes responsáveis pela exportação de grãos e importação de contêineres e fertilizantes do país. A expansão do comércio marítimo se intensificou no início do século XX, após a inauguração dos Molhes da Barra em 1915, com o escoamento de produtos da pecuária e da zona colonial, e junto com o desenvolvimento do setor industrial, conforme explica Torres (1999, p.39), a seguir:

Rio Grande foi denominada nas primeiras décadas do século XX como a “cidade dos chaminés” devido a concentração de indústrias e à grande número de operários. Cerca de trinta fábricas atuavam, destacando-se: Frigorífico Swift²², Companhia União Fabril, Companhia Ítalo-Brasileira, Fábrica de charutos Pooch, Fábrica de cerveja e gazosa Anselmi&Schmitt, Fábrica de fósforos Perez, Fábrica de calçados.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, Rio Grande enfrentou um momento de instabilidade econômica do Município, provocado pelo fechamento de grandes empresas e o consequente aumento do desemprego. Oliveira (2015,p.2) afirma que a crise

²² A Companhia Swift do Brasil S.A. foi fundada nos Estados Unidos, implantando seu parque industrial no Rio Grande, junto ao Porto Novo, em 1918. Quando em funcionamento, poderia empregar até 2.000 pessoas sendo a maior empresa da cidade naquele período. Fonte: Catálogo – Biblioteca do IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=447048>> Acesso em: 10 set.2021.

ocorreu principalmente pelo fechamento das indústrias Cia. Swift – Frigorífico- e a Cia. Ítalo-Brasileira de Fiação e Tecelagem - Indústria Têxtil.

Além disso, a ausência de instituições de ensino superior no Município, ocasionava a evasão de muitos estudantes a outras localidades em busca de qualificação. “Essa força jovem, concluídos os cursos, raramente retornava à sua cidade de origem para participar do processo histórico, cultural e socioeconômico da mesma.” (FURG, 2015, p.11)

Assim, em 8 de julho de 1953, foi criada a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), entidade privada sem fins lucrativos, com caráter técnico educativo, formada por um grupo de empreendedores do Município, que tinham como objetivo implementar os cursos de ensino superior e técnico no Município. Liderado pelo Engenheiro Francisco Martins Bastos, obteve adesões importantes, como da Prefeitura Municipal, Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, empresas do pólo pesqueiro local, do porto marítimo, da refinaria de petróleo, do comércio, e de pessoas físicas interessadas no desenvolvimento e capacitação de recursos humanos necessários ao complexo industrial e comercial da cidade.²³

A primeira instituição de ensino superior criada em Rio Grande foi a Escola de Engenharia Industrial (EEI), que teve a FCRG como entidade mantenedora, conforme era exigido pelo Ministério da Educação e Cultura. O principal incentivo para sua criação, foi o elevado número de profissionais da área de engenharia, oriundos do parque industrial. No qual, muitos professores que atuaram na Escola eram funcionários da antiga Refinaria de Petróleo Ipiranga.²⁴

A EEI teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº37.378, de 24 de maio de 1955, reconhecida em 18 de julho de 1959 pelo Decreto nº46.459 e federalizada pela Lei nº3.893, de 2 de maio de 1961, como estabelecimento isolado. Inicialmente as atividades eram realizadas na Biblioteca Rio-Grandense e as aulas práticas nas indústrias, mais tarde passou para um prédio próprio, onde atualmente encontra-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Rio Grande.

Ainda na tentativa de fortalecer as mudanças provocadas pela consolidação da primeira instituição de ensino superior em Rio Grande e evitar que estudantes se direcionassem a outros centros urbanos a procura de cursos superiores, o poder público municipal com o apoio da FCRG planejou a criação da FCPE.

²³ Informações retiradas do site da Fundação Cidade do Rio Grande. Disponível em: <<http://www.fcrg.org.br/>>.

²⁴ A Ipiranga S/A. - Companhia Brasileira de Petróleo, atual Refinaria de Petróleo Riograndense, foi inaugurada no dia 07 de setembro de 1937, na cidade do Rio Grande (RS), dando início ao processo de refino de petróleo no país e originando assim as Empresas de Petróleo Ipiranga. “Ao final dos anos cinquenta, a Ipiranga, em boa parte da Região Sul do país era conhecida e reconhecida como uma empresa pioneira, que não deixou de vislumbrar pontos mais distantes do território brasileiro.” (AMARAL, 2011, p.124).

A FCPE, foi criada pela Lei Municipal nº 875, de 22 julho de 1955, na gestão do prefeito Sr. Frederico Ernesto Buchholz, com a previsão de ser mantida pela Prefeitura Municipal. Tinha como objetivo ministrar o ensino superior das Ciências Políticas e Econômicas, com o fim de formar profissionais nestas especialidades.

A FCPE teve seu funcionamento previsto a partir de 1956, entretanto, somente em 1958 ocorreu a autorização para o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas da FCPE do Rio Grande, através do Decreto Federal nº 43.563, de 24 de abril, assinado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

O ato de instalação ocorreu em 26 de agosto de 1958, no salão de festas da Escola de Belas Artes, presidido pelo então Prefeito Municipal Dr. Álvaro Ribeiro Pereira, e contou com a presença de várias autoridades locais. Ainda, na ocasião foram empossados os professores e o Diretor da Faculdade, o economista Roberto Coimbra Edom. A Fotografia 1, a seguir, registra a assembleia de instalação da FCPE.

Fotografia 1 – Assembleia de instalação da FCPE.



Fonte: Acervo NUME (FURG).

De acordo com a Ata nº2 do Conselho Técnico Administrativo, de 26 de julho de 1959, em reunião que tratou sobre a aula inaugural da Faculdade, consta a decisão de convidar o Professor Pery Pinto Diniz da Silva²⁵, na época Diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para proferir a aula inaugural, e que a mesma ocorreria no dia 10 de março. No mesmo dia previsto para a aula, ocorreria uma missa vespertina rezada por Dom Antônio Zattera, então bispo da Diocese de Pelotas.

A Faculdade tinha como fins:

I-Ministrar o ensino superior das ciências econômicas, com o fim de formar profissionais nestas especialidades; II- Desenvolver a alta cultura especializada no campo das ciências cujo ensino ministra; III – Contribuir para o progresso das pesquisas relativas aos problemas econômicos e administrativos do país; IV – Cooperar no domínio da educação moral, fundando-a no respeito à dignidade da pessoa humana e aos seus direitos essenciais; V – Promover e facilitar a prática de investigações originais no ramo econômico social. (RELATÓRIO DA INSPEÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE RIO GRANDE..., 1959)

A administração da FCPE era exercida pelo Diretor, pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação dos Professores, de acordo com as normas gerais estabelecidas em seu Regimento. O Conselho Técnico Administrativo, constituído no primeiro ano de funcionamento da Faculdade, era formado por Alice Lotufo, representante da Diretoria da Educação e Saúde, e pelos professores Carlos Horst, Fernando Eduardo Freire, Francisco Bianchini e Jorge Luiz Suzini.

O Diretor Roberto Edom, empossado na ocasião de instalação da Faculdade, e o secretário Edio de Oliveira Cardoso, foram os primeiros responsáveis por orientar os serviços administrativos nas seguintes seções: Gabinete do Diretor; Expediente e Arquivo, conforme registrado na Fotografia 2; Contabilidade e Tesouraria; Portaria; e Biblioteca. A Biblioteca contava com mais de 4.000 volumes nacionais e estrangeiros, e a Biblioteca Pública Municipal, era colocada à disposição da Faculdade.

²⁵ Bacharel em Direito, dirigiu a Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS de 1952 a 1964. Por muitos anos também se destacou como vice-reitor da Universidade, durante a gestão do reitor Eliseu Paglioli. O professor Pery Diniz da Silva foi um dos responsáveis pela criação do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE), no qual atuou como primeiro diretor; do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no qual também foi seu primeiro presidente; e pela implantação da Secretaria de Estado da Administração, tendo sido convidado pelo governador Brizola para ser seu primeiro secretário. Fonte: Corazza (2009).

Fotografia 2 – Arquivo da FCPE e do CTCFF



Fonte: Acervo CAG (FURG).

A FCPE contava com o Diretório Acadêmico Fernando Ferrari²⁶ (DAFF), constituído em 1959²⁷ como uma entidade civil com personalidade jurídica, com representação máxima da classe dos estudantes. Tinha como objetivo congregar os estudantes da Faculdade e cooperar com as demais entidades de classe estudantil, visando maior intercâmbio entre os estudantes.

O Diretório Acadêmico, através de seu Departamento de Divulgação e Propaganda, publicava artigos na imprensa local e distribuía folhetos em escolas de Rio Grande divulgando

²⁶ Denominação escolhida em homenagem ao economista e político Fernando Ferrari (1921-1963), nascido em São Pedro do Sul – RS. Bacharel em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em 1944. Foi o autor da “Lei do Economista”, a Lei nº1.411 de 13 de agosto de 1951; conselheiro federal do Conselho Federal de Economia, eleito na primeira reunião; e presidente do Conselho Regional de Economia da 4ª Região, que antes abrangia os estados do RS e SC; além de ter atuado no cenário político do país. Disponível em: <<http://www.cofecon.org.br/2021/06/14/14-de-junho-de-2021-centenario-de-fernando-ferrari/>> Acesso em: 3 set. 2021.

²⁷ Tinha na composição inicial os seguintes alunos e cargos: Oriente Guimarães Salomão Hias, como presidente; Eloy Ennes, como vice-presidente; Iolanda Dirce de Figueiredo, como secretária geral; José Duarte Ramos, 1º secretário; Leopoldo Cavallari Filho, 2º secretário; José Lipiarski, tesoureiro geral; Felício Leite, 1º tesoureiro; Flavio de Figueiredo, da Comissão Divulgação e Intercâmbio; Maria Alves Henriques, da Comissão Cultural Científica de Ensino; José Martins de Castro, da Comissão de Benefício e Previdência; Hélio Mirapalheta Gomes, da Comissão de Esportes; Vetonil Dias de Oliveira, da Comissão de Apostilas; e Wilson Santos Cardoso, da Comissão Social. Fonte: Acervo CAG (FURG).

o curso de ciências econômicas e o seu valor na resolução dos problemas sociais e econômicas do Município e do país. O Diretório também promovia outras ações como seminários, esportes, excursões e visitas a zonas industriais.

Os nomes encontrados nos mais variados registros documentais dos primeiros professores que atuaram na Faculdade foram: Aldo Lapolli²⁸; Atílio dos Santos Oliveira; Carlos Noll; Carlos Horst; Edison de Souza Mendonça; Emídio Figueiredo Araújo; Fuad Abdalla Nader²⁹; Francisco Bianchini; Fernando Eduardo Freire; Giovani Roque di Gesu; Hélio Benjamin Vieira³⁰; José Carvalho Freire; Jorge Luiz Susini; Mário Schröder Rodrigues; Miguel Glaser Ramos; Odenath Pereira Ferreira; Odilon Gomes de Oliveira; e Roberto Coimbra Edom.

O corpo docente da Faculdade é constituído de professores, muitos dos quais, com experiência do magistério. Outros desenvolvem atividades que os ligam intimamente a cadeira que foram indicados para lecionar. Ocupam cargos que revelam pelas suas atividades, conhecimentos de assuntos que interessam ao exercício da cátedra. (RELATÓRIO DA INSPEÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE RIO GRANDE..., 1959, [s.p.]

O Curso de Ciências Econômicas, único curso mantido pela Faculdade, era regido pela legislação federal de ensino superior e pelo regimento interno da FCPE. O curso tinha previsão de duração de quatro anos, e funcionava no turno da noite, afim de facilitar o acesso a uma grande parcela de estudantes que trabalhavam durante o dia.

Os programas das disciplinas ministradas no Curso eram organizados e aprovados pelo Conselho Técnico Administrativo, e as disciplinas agrupadas, para fins didáticos e de pesquisa, nos seguintes departamentos: Departamento de Matemática e Estatística; Departamento de Economia e Finanças; Departamento de Contabilidade e Administração; e Departamento de Direito.

A seguir, a distribuição do corpo docente em suas respectivas cadeiras, de acordo com o Relatório de Inspeção da FCPE referente ao primeiro período de funcionamento, em 1959:

²⁸ Aldo Lapolli concluiu o Curso Técnico em Contabilidade e o Curso de Ciências Econômicas – Bacharelado em 1952, ambos vinculados a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, da então Universidade do Rio Grande do Sul. Atuou como professor no Curso de Ciências Econômicas da FCPE do Rio Grande, na disciplina “Moeda e Crédito”; e no CTCFF, com posse em 03/03/1966, lecionou as disciplinas “Elementos de Administração”, “Administração de pessoal e material” e “Elementos de Economia” do CTA e “Educação Moral e Cívica” do CGC. Foi diretor da FCPE a partir de 1960, onde colaborou significativamente no processo de reconhecimento do Curso de Economia, finalizado em 1967. Em 1972, seu nome aparece em alguns registros como Diretor do CTCFF.

²⁹ Graduou-se em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, tendo sido professor da Escola Técnica de Comércio São Francisco e na Escola de Engenharia Industrial, ambas localizadas na cidade do Rio Grande. Fonte: Teixeira; Tambara (2013).

³⁰ Hélio Benjamin Vieira era agrônomo graduado pela Escola de Agronomia e Veterinária da URGs, tendo atuado na Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande. Fonte: Teixeira; Tambara (2013)

PRIMEIRO ANO:

Dr. Hélio Benjamin Vieira – Complementos de Matemática;
Dr. Miguel Glaser Ramos – Economia Política;
Dr. José Carvalho Freire – Valor e Formação de preços;
Dr. Giovani Roque di Gesu – Contabilidade Geral;
Dr. Odenath Pereira Ferreira – Instituições de Direito Público.

SEGUNDO ANO:

Dr. Mario Schroeder Rodrigues – Estrutura das Organizações Econômicas;
Dr. José Carvalho Freire – Valor e Formação de preços;
Dr. Fuad Abdalla Nader – Moeda e Crédito;
Dr. Roberto Coimbra Edom – Geografia Econômica;
Dr. Carlos Horst – Estrutura e Análise de Balanços;
Dr. Fernando Eduardo Freire – Instituições de Direito Privado.

TERCEIRO ANO:

Dr. Francisco Bianchini – Repartição da Renda Social;
Dr. Fuad Abdalla Nader – Comércio Internacional e Câmbio;
Dr. Carlos Moll – Estatística Metodológica;
Dr. Odilon Gomes de Oliveira – História Econômica e Geral do Brasil;
Dr. Carlos Horst – Ciência das Finanças;
Dr. Mario Schroeder Rodrigues – Ciência da Administração.

QUARTO ANO:

Dr. Carlos Moll – Evolução da Conjuntura Econômica;
Dr. Giovani Roque di Gesu – Política Financeira;
Dr. Miguel Glaser Ramos – História das Doutrinas Econômicas;
Dr. Atílio dos Santos Oliveira – Estudo Comparado das Doutrinas Econômicas;
Dr. Roberto Coimbra Edom – Estatística Econômica;
Dr. Jorge Luiz Susini – Princípios de Sociologia Aplicados à Economia.

O primeiro período letivo de aulas iniciou em 1959, e contou com treze alunos matriculados, aprovados no primeiro Concurso de Habilitação para preenchimento de vagas da turma do curso de Economia. Os discentes da primeira turma foram: Eloy Ennes, Flávio de Figueiredo, Felício Leite, Hélio Mirapalheta Gomes, Iolanda Dirce de Figueiredo, José Duarte Ramos, José Martins de Castro, José Lipiarski, Leopoldo Cavallari Filho, Maria Alves Henriques³¹, Oriente Guimarães Salomão Hias, Vetonil Dias de Oliveira e Wilson Santos Cardoso.³²

Para facilitar o ingresso de alunos, entre o período de 3 de agosto a 22 de dezembro de 1959, foi promovido um Curso preparatório ao Concurso de Habilitação para o ano de 1960. No Curso foram ministradas as disciplinas de português e matemática, pelos Professores Edison de Souza Mendonça e Wilson Santana, e contou com a presença de nove alunos.

Após a realização do Concurso de Habilitação em fevereiro de 1960, quatro nomes aparecem como aprovados e matriculados, todos participantes do curso preparatório organizado pela Faculdade, que foram: Eugênio Lopes, Eurípedes Falcão Vieira³³, Humberto Giovani Guadagnini e José Augusto Neves Nicola. Entre os meses de abril a dezembro de 1960, foi realizado outro curso preparatório para o concurso de habilitação à 1ª série do Curso da Faculdade do ano seguinte.

A primeira sede da FCPE funcionou nas dependências da Escola de Belas Artes de Rio Grande³⁴, também mantida pela Prefeitura Municipal. O prédio da Escola, registrado na Fotografia 3, foi construído em 1921, inicialmente para o Clube Beneficente de Senhoras,

³¹ Maria Alves Henriques formou-se em 1962 junto com a primeira turma do Curso em questão, tendo posteriormente sido contratada como professora da FCPE e da sua unidade subordinada, o Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Em virtude de sua Licenciatura em Matemática, conforme registros documentais, em 02/03/1967, assumiu a disciplina de “Matemática” no CGC do CTCFF e no dia 22/05/1967, tomou posse como assistente de direção neste estabelecimento. Ainda, em 02/03/1970, veio a ser contratada pela FCPE para atuar também como professora do CTA do CTCFF pelo prazo de um ano, com a disciplina de Matemática. Em 1972, foi nomeada Vice-Diretora da FCPE, cargo que ficou vago após o falecimento do Prof. Edison de Souza Mendonça. A ação foi amparada pela Portaria nº107 de 22 de agosto de 1972, assinada pelo Reitor substituto da URG, Engº Mário Alquati, visto que na época a Faculdade já se encontrava incorporada a Universidade.

³² Informações retiradas do Relatório de Inspeção da FCPE do 1º período do ano de 1959. Acervo Universidade Federal do Rio Grande (Coordenação de Arquivo Geral).

³³ Eurípedes Falcão Vieira concluiu o Curso de Ciências Econômicas da FCPE em 1963 e alguns anos depois, em 2 de dezembro de 1972, assumiu como Reitor da Universidade Federal do Rio Grande, atuando até o início do ano de 1977. Eurípedes Vieira também atuou como primeiro Secretário Municipal de Educação de Rio Grande, de 1969 à 1972, e concluiu graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (1966) e doutorado em Geografia pela Universidade del Salvador (2001). Atualmente, é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

³⁴ Originária do Conservatório de Música do Rio Grande, fundado em 1922 com patrocínio do Centro de Cultura Artística do Rio Grande do Sul e que em 1954, foi elevado à categoria de Escola de Belas Artes, conforme lei municipal de 3 de junho de 1954. Em 1965, através da Lei nº1687 de 09 de novembro, passou a ser denominada “Escola de Belas Artes Professor Heitor Figueira de Lemos”, em homenagem e reconhecimento a atuação do professor em importantes órgãos e setores da atividade pública do Município de Rio Grande. Fonte: < <http://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/>> Acesso em:10 set. 2021.

tendo sofrido mais tarde algumas modificações em sua fachada. A localização do prédio fica na Rua Carlos Gomes, nº583.

Fotografia 3 – Prédio da antiga Escola de Belas Artes de Rio Grande



Fonte: Acervo NUME (FURG).

Possui esta escola, à disposição da Faculdade, quatro salas excelentes de aulas, todas elas recebendo luz direta e mais as salas destinadas à Direção, à Administração; possuindo também um amplo auditório para conferências e reuniões do corpo docente e discente da Faculdade. Quanto as instalações, nesta parte foram tomadas as medidas que garantissem a saúde dos alunos e a segurança do edifício. A localização e construção do edifício permite receber luz pelas quatro faces. A iluminação elétrica é fornecida pela usina local, quanto a sua distribuição nas salas de aulas é intensa. As instalações de higiene, estão em ótimo estado de conservação e irrepreensíveis quanto à limpeza. (RELATÓRIO DA INSPEÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE RIO GRANDE..., 1959, p.3)

A partir do ano de 1964, a FCPE passou a funcionar em prédio próprio, localizado na Rua Luiz Loréa nº261³⁵, onde permaneceu até o ano de 1972. O novo local mais amplo para o

³⁵ De acordo com Caetano (2016, p.55): “ Na data de 02 de dezembro de 1963, a Prefeitura Municipal de Rio Grande adquiriu de Ricardo Theodósio Gonçalves e outros o prédio localizado na Rua Luiz Loréa, 261, conforme consta nas folhas 266 do livro nº3-AJ e sob número de ordem 36.983 do Cartório do Registro de Imóveis do Município do Rio Grande”.

funcionamento da Faculdade, recebeu algumas adaptações e permitiu melhorias no mobiliário e no espaço físico. Atualmente, o prédio abriga o Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ) da Faculdade de Direito da FURG.

Em 1962, na gestão do Prefeito Horácio Ubatuba de Faria, a FCPE foi instituída como órgão autárquico erigida como personalidade de direito público e com autonomia financeira, didática e técnico-administrativa, através da Lei nº 1439, de 23 de outubro. De acordo com o artigo 2º, que teve nova redação dada pela Lei Municipal nº1718, de 10 de maio de 1966³⁶, “a autarquia terá por objetivo o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento das ciências políticas e econômicas para a formação de profissionais de nível universitário nesse ramo, bem como, instituir e manter cursos de grau médio” (RIO GRANDE, 1966).

Em 1967, o Curso de Economia da FCPE teve seu reconhecimento através do Decreto Federal nº 61401, de 22 de setembro, publicado no Diário Oficial de 25 de setembro de 1967. Caetano (2016) em sua obra relata de forma cronológica e com base em registros documentais, os esforços para o reconhecimento do Curso junto ao Ministério da Educação e Cultura, como a viagem do Diretor da Faculdade Sr. Aldo Lapolli ao Rio de Janeiro para tratar do assunto, e a adequação a uma proposta de alteração curricular sugerida pelo professor encarregado de analisar o processo de reconhecimento. Para o autor, o desfecho positivo foi o resultado de “uma batalha que durou seis anos de intensa luta para ver coroada de êxito o trabalho da municipalidade, professores e alunos.” (2016, p.88)

Vinculado a FCPE, em 1966 foi criado o Colégio Técnico Comercial Fernando Freire³⁷, que tinha como finalidade ministrar cursos de nível médio, “correspondente ao 1º e 2º ciclo do Ensino Técnico Comercial, a adolescentes e adultos de ambos os sexos” (REGIMENTO DO COLÉGIO TÉCNICO COMERCIAL “FERNANDO FREIRE”, 1966, p.1). Pode ser considerada uma iniciativa de apoio ao desenvolvimento comercial e industrial de Rio Grande e de ampliação dos diversos ramos de atividades sociais e culturais. Nesse sentido, o economista Aldo Lapolli, diretor do CTCFF, discorre:

³⁶ De acordo com essa Lei, o regulamento da FCPE foi aprovado pelo Decreto Municipal nº 2.204, em 12 de dezembro de 1962.

³⁷ Em um primeiro momento, foi intitulado “Instituto Técnico Fernando Freire”, tendo sido posteriormente alterado pela Resolução nº008 de 15 de junho de 1966, da Congregação de Professores da FCPE. Ainda, a denominação foi escolhida, em homenagem ao administrador e político brasileiro Luís Fernando de Oliveira Freire. Conhecido como Fernando Freire, formou-se em administração pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e elegeu-se como deputado federal em 1962, exercendo o mandato de 1963-1967. Biografia completa disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-de-oliveira-freire>> Acesso em: 8 set.2021.

Porto marítimo do Estado e cidade essencialmente industrial e grandemente comercial, Rio Grande cada vez mais carece de sua maior elite dotada de cultura mais elevada, capacitada para os problemas de ordem política e econômica que tais atividades apresentam e oferecem à argúcia dos peritos e dos técnicos. É importante destacar as vantagens de ordem social que decorrerão destes cursos, facilitando à juventude àvida de conhecimentos, geralmente oriunda das classes proletária e média, o acesso a um curso de nível médio, contribuindo, a um tempo, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura e para o melhor entendimento entre os diferentes elementos que integram a nacionalidade.” Ofício nº143/1965, Rio Grande, 12 de novembro de 1965 de Aldo Lapolli ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação em POA.

Não havia no Município de Rio Grande, nem nas cidades vizinhas, um Curso Técnico de Administração, a existência veio então a preencher essa lacuna. Somado a necessidade da existência de um curso ginásio comercial para aquelas crianças que concluíam o curso primário, oriundas de famílias de baixa renda, o que representaria a oportunidade de uma vez concluído, maior chance de um emprego no Comércio. Com essa realidade, somado a intenção de difundir a cultura em geral, planejou-se a institucionalização do CTCFF.

Assim, a Lei Municipal nº 737, de 26 de julho de 1966, assinada pelo Interventor Federal do Município General Armando Cattani, determinou a criação do CTCFF e de acordo com seu artigo 2º, o Colégio passaria a funcionar “sob a orientação didática, administrativa e financeira da FCPE de Rio Grande, órgão autárquico do Município”. (RIO GRANDE, 1966).

Teve a autorização para o seu funcionamento previsto no Parecer nº211/1966, processo CEE nº13/1966 da Comissão de Ensino Médio Superior do Conselho de Estadual de Educação (CEE), no qual consta a aprovação por unanimidade em sessão plenária em 15 de julho de 1966, por José Carlos Nunes, então presidente do CEE. A Portaria nº29208, de 6 de dezembro de 1966, determina a autorização para o funcionamento do CTCFF, pelo Secretário do Estado dos Negócios da Educação e Cultura, com os cursos comerciais de grau ginásial e colegial.

Os objetivos do CTCFF eram proporcionar aos alunos iniciação técnica e formação profissional, que permitiam ao educando integrar-se na comunidade e participar de trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos. Para atingir plenamente seus objetivos e proporcionar uma educação integral, o Colégio Técnico tinha os seguintes princípios:

- a) Orientação ética e espiritualista, visando a solidariedade humana ao fim última da vida;
- b) Formação democrática, pela adoção dos princípios fundamentais e do mecanismo do regime democrático, proporcionando oportunidades de vivência daqueles princípios, como significação da própria liberdade e respeito à liberdade de

outros e as diferenças individuais, atitude científica, interesse pela verdade, responsabilidade, consciência de direitos e deveres, exercício da cidadania, importância do princípio majoritário, espírito de iniciativa, hábito de colaboração, participação consciente e ajustada à própria comunidade, visando o bem comum, compreensão dos problemas nacionais e internacionais; c) Instrução de nível secundário, em prosseguimento à escola primária, de acordo com o currículo previsto em condições ambientais sadias, capaz de proporcionar formação cultural, humanística, estética e científica e preparação física; d) Integração com o meio social e o ajustamento individual; e) Intercâmbio entre todos os serviços da escola, mantendo clima de compreensão, colaboração e solidariedade entre direção, corpos docentes e discente e fiscal administrativo. ((REGIMENTO DO COLÉGIO TÉCNICO COMERCIAL “FERNANDO FREIRE”, 1966, p.1-2)

Assim, o CTCFF manteve o Curso Técnico de Administração (CTA), com duração de três anos em período noturno, que inicialmente definiu uma turma única de 30 alunos; e o Curso Ginásio-Comercial (CGC), com duração de quatro anos, em período diurno em dois turnos, no qual o primeiro ano de funcionamento contou com duas turmas e lotação máxima de 30 alunos em cada.

As atividades escolares ocorriam nas dependências da Escola de Belas Artes, instituição mantida pela Prefeitura Municipal de Rio Grande conforme mencionado anteriormente, sendo que as reuniões festivas dos alunos, palestras, conferências e atos solenes da Congregação dos Professores eram realizadas em seu auditório.

Conforme o regimento do CTCFF, as funções administrativas da unidade eram distribuídas nos seguintes setores: Administração Geral e Serviços administrativos. A administração geral ficava a cargo de um diretor, designado pelo Diretor da FCPE como cargo de confiança, dois assistentes do diretor, também designados pelo Diretor da Faculdade, e uma Congregação de Professores.

Os Serviços Administrativos, abrangiam os setores de Secretaria, Tesouraria, Auxiliares de Disciplina, Serviço de conservação e Limpeza, Serviço de vigilância, Serviço de protocolo e Informação, e Portaria. A Secretaria, registrada na Fotografia 4, abrangia os serviços de expediente, arquivo e “fichário”, e escrituração escolar.

Fotografia 4 – Secretaria do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire



Fonte: Acervo CAG (FURG).

O advogado Jorge Luiz Susini, atuou como seu primeiro diretor, e em 3 de março de 1966, tomaram posse: Irene Carmen de Almeida Carvalho, como secretária; Alvaro Ribeiro, como assistente do CTA; Leon Contelle Filho³⁸, como assistente do CGC; Sérgio Paulo Bastos Duarte, tesoureiro; Nara Maria Teixeira de Souza, bibliotecária; e Roberto Crézimo da Silva, como auxiliar de Secretaria.

O Curso Técnico de Administração tinha em seu currículo as seguintes disciplinas: 1º ANO: Princípios de Administração e Organização; Português; Matemática; Princípios de Economia; História; Ciências Físicas e Biológicas; Inglês; Contabilidade Geral e Aplicada; Educação Moral e Cívica; 2º ANO: Organização de empresas; Matemática; Ciências Sociais; Inglês; Direito Usual; Princípios de Técnica Comercial; Português; Educação Moral e Cívica; 3º ANO: Estatística; Organização de Empresas; Administração de Pessoal e Material; Matemática; Organização de Serviço Público; Legislação Aplicada; Técnica de Liderança; Geografia; Educação Moral e Cívica; e Português.

³⁸ Substituído em 18 de julho do mesmo ano por Gazil Brasil Machado.

O currículo do Curso Ginásio-Comercial previa as seguintes disciplinas: 1ªSÉRIE: Desenho; Educação Física; Educação Cívica; Geografia; História; Iniciação à ciência; Matemática; Português; 2ªSÉRIE: Educação Física; Educação Artística; Geografia; História; Iniciação à ciência; Inglês; Matemática; Português; 3ªSÉRIE: Português; Matemática; Ciências Físicas e Biológica; Prática de Comércio; Prática de Escritório; Geografia; Educação Física; Educação Artística; Inglês; 4ªSÉRIE: Português; Matemática; Prática de Comércio; Prática de Escritório; Organização Social e Política; Educação Física; Artes Industrial e Artes femininas.

Atuaram no CTCFF como professores: Aldo Lapolli, Alvaro Ribeiro, Arlete Santos Fogaça, Auzenda Maria Cruz Sequeira, Brasílio Cezimbra Ruiz; Célia Maria Campello Susini, Celso Herculano Meneghini, Ebe Elta Assumpção Troina; Elvio Romero Palma Zenobini; Ernani Pedro do Valle Zogbi, Fernando Paulo Cunha, Francisco Wilson Thompson Mello, Gazil Brasil Machado, Giovani Roque di Gesu, Hilda Maria Alves Fogaça, Hugo Ribeiro Bastos, Ibrahim Athayde do Amaral, Irene Carmen de Almeida Carvalho, Ivo Mansan, Jayme Gomes Monteiro, Jorge Luiz Susini, Juarez Tajés, Leon Coutelle Filho, Luiz Carlos dos Santos, Maria Alves Henriques, Maria de Lourdes Ores, Marlene Antonietta Barbosa de Mello, Miguel Glasser Ramos, Neloy Atayde da Costa, Neuza de Mello Mascarenhas, Nívia Maria da Silva Leão, Oswaldo Cruz Felizzola, Pythagoras Gonçalves, Roberto Coimbra Edon, Ronaldo Gomes de Almeida, Sandra Gonçalves Perez, Syria Amaral da Silveira, Therezinha de Jesus Figueiredo, Vera Hansmann Medeiros, Wander Lopes Valente, Rejane Karan Zogbi, Renato Antônio Rabuske e Norton Mattos Gianuca.

O Colégio contou com o Grêmio dos Estudantes Técnicos de Administração (GETA), fundado em 12 de maio de 1966, no qual demonstra a organização dos estudantes na época, em busca de um canal de união, representividade e comunicação dos alunos com a direção, professores e comunidade. A primeira diretoria do GETA, teve como presidente, Homero Palma Zenobini, e vice-presidente, Silvestre Pereira. Atas de reuniões do GETA encontram-se preservadas junto ao acervo documental da FCPE e CTCFF.

No final da década de 1960, devido a mudança no sistema educacional do país ocasionado pela Reforma Universitária³⁹, as instituições com cursos superiores de Rio Grande, que antes funcionavam de forma independente e isolada, foram organizadas e

³⁹ A Reforma Universitária de 1968, também chamada de reforma universitária da ditadura militar, foi um movimento que trouxe alterações no sistema educacional brasileiro de nível superior, incluindo uma série de leis, nas décadas de 1960 e 1970. A reforma também substituiu o sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros.

incorporadas à Universidade de Rio Grande (URG), atualmente Universidade Federal do Rio Grande.

Assim, o Decreto-Lei nº774, de 20 de agosto de 1969, que autoriza o funcionamento da URG, determina em seu artigo 3º, a constituição da FCPE do Rio Grande junto à estrutura da Universidade, bem como de outras unidades de ensino superior do Município. Também altera a denominação de “Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande” para “Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas”.

A Lei nº 1828, de 19 de junho de 1967, em seu conteúdo já previa a incorporação da FCPE e do CTCFF à Universidade criada no Município e extinção da autarquia. Nessa junção, o CTCFF só contava com o CTA em sua estrutura, não sendo incluído o CGC⁴⁰, que deveria passar a jurisdição do Departamento de Educação e Saúde. A extinção oficial da FCPE, foi dada pelo Decreto Municipal nº 2414, de 31 de março de 1970.

O modelo estrutural tradicional permaneceu na URG até o ano de 1972, visto que a partir de 1973, a antiga Faculdade passou a integrar o Centro de Ciências Humanas e Sociais, um dos cinco centros criados pela Universidade em decorrência de uma grande mudança em sua estrutura. Mais detalhes da história e incorporação à FURG, serão apresentados no subcapítulo a seguir.

6.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

A partir das primeiras iniciativas, outras unidades de ensino superior foram sendo criadas em Rio Grande, como a Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande e a Faculdade de Medicina de Rio Grande.

A Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua foi criada com o objetivo de instalar uma Escola de Direito em Rio Grande, e era mantida financeiramente pela Mitra Diocesana de Pelotas. Teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto nº47.738, em 2 de fevereiro de 1960 e “contava com a colaboração de professores do município, da União Sul Brasileira de Ensino e da Biblioteca Rio-Grandense: aquela fornecendo as instalações para o funcionamento e esta colocando seu acervo à disposição da clientela.”(FURG, 2015, p.12).

⁴⁰ O Curso Ginásial Comercial funcionava anexo ao CTCFF, e foi oficialmente desmembrado através do Decreto Municipal nº 2414, de 31 de março de 1970. Recebeu a denominação de “Ginásio Comercial Rio Grande”, no Decreto Municipal nº 2418, de 17 de abril de 1970.

Em 14 de junho de 1965, através do Decreto nº56.461, foi reconhecida a Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua, como pertencente à Universidade Católica de Pelotas.

A Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, foi criada pelo Decreto nº 49.963 de 19 de janeiro de 1961 com a finalidade de ministrar o ensino superior dos cursos de Filosofia e Pedagogia. A Faculdade também vinculada à Universidade Católica de Pelotas (UCP), foi reconhecida através do Decreto 61.617, de 3 de novembro de 1961. Para o funcionamento das atividades foram cedidas salas da Escola Normal Santa Joana d’Arc, e após 1972, transferiu-se para o prédio no qual funciona atualmente o IFRS – Campus Rio Grande.

A Faculdade de Medicina de Rio Grande, teve sua criação planejada por uma comissão constituída por médicos sócios da Sociedade de Medicina do Rio Grande no final da década de 1950, com destaque para os esforços do Engenheiro Francisco Martins Bastos. Porém o funcionamento da Faculdade, foi autorizado somente em 11 de março de 1966, através do parecer nº 170, doc. 04 do Conselho Federal de Educação. As aulas práticas ocorriam nas dependências da Santa Casa do Rio Grande, local que abrigava também os professores que vinham de outras cidades.

Assim, na década de 1950 e 1960, foram instaladas as primeiras instituições com cursos superiores em Rio Grande que atuavam de forma independente e isolada. Entretanto a Reforma Universitária no sistema educacional do país, “preconizava a aglutinação dessas unidades menores e independentes em complexos maiores, organizados em torno de objetivos comuns” (FURG, 2015, p.12). Esse novo cenário foi respaldado pela Lei nº5.540, de 28 de novembro de 1968⁴¹, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e deu outras providências.

Surge, então a Universidade do Rio Grande, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pelo Decreto- Lei nº774, de 20 de agosto de 1969. O artigo 3º do referido Decreto-Lei determina:

Art. 3º A Universidade do Rio Grande será constituída das seguintes unidades, reconhecidas: I - Escola de Engenharia Industrial do Rio Grande (federal); II - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (municipal); III - Faculdade de Direito “Clóvis Beviláqua”; IV - Faculdade Católica de Filosofia do Rio Grande. (BRASIL, 1969)

A URG tinha como fins a realização e o desenvolvimento da educação superior e da pesquisa, e a divulgação científica, tecnológica, cultural e artística. O primeiro Estatuto da

⁴¹ Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-norma-actualizada-pl.html>> Acesso em: 30 mar.2021

URG foi aprovado em 21 de outubro de 1969, através do Decreto nº 65.462, e como primeiro e efetivo Reitor foi nomeado o Prof. Adolpho Gundlach Pradel.

A Universidade teve muitos acontecimentos que marcaram sua história como a criação do Curso de Oceanologia em 1970, pioneiro no Brasil em nível de graduação; em 1971, a Faculdade de Medicina foi reconhecida através do Decreto nº 68.306, de 2 de março, e passou a integrar o complexo universitário; e ainda em 1971, a Prefeitura Municipal concedeu 250 hectares a Universidade para a construção do novo campus universitário, onde atualmente encontra-se o Campus Carreiros.

Ainda em 1972, o modelo estrutural tradicional formado pelas Faculdades ainda estava presente na Universidade, conforme registros documentais da época. Entretanto, a partir de 1973, ocorreu uma grande mudança na estrutura através da criação de cinco centros: Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Centro de Letras e Artes, Centro de Ciências do Mar e Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Em 1977, os Centros dão espaço aos Departamentos, ligados diretamente à Sub-Reitoria de Ensino e Pesquisa. Na ocasião, o Centro de Ciências Humanas e Sociais foi transformado em Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (DCEAC)⁴², sendo transferido para o Campus Carreiros da FURG, em 1981.

A URG passa à condição de Fundação Pública em 1987, com seu funcionamento custeado por recursos da União Federal. Nesse mesmo ano, o Conselho Universitário definiu a filosofia e política da Universidade, determinando como vocação institucional o Ecossistema Costeiro, no qual passou a orientar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 1999, conforme Portaria nº 783/99 – MEC, é aprovado o novo Estatuto, passando a denominar-se Fundação Universidade Federal do Rio Grande e em 2008, após nova mudança do Estatuto, para Universidade Federal do Rio Grande. Outras alterações ocorreram na estrutura acadêmica, com a transformação dos Departamentos em Unidades Acadêmicas, e na estrutura administrativa, com a criação de novas Pró-Reitorias.

Dessa forma, a FURG é uma entidade educacional de natureza fundacional pública, gratuita, integrante da Administração Federal Indireta, destinada à promoção do ensino

⁴² Em 2010, com a nova reestruturação estatutária da FURG, o antigo DCEAC recebeu a denominação de “Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis- ICEAC”, destacando-se nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de gestão e ciências sociais aplicadas.

superior e médio de educação profissional, da pesquisa e da extensão, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

De acordo com o Estatuto da FURG, aprovado pela Resolução nº 031/2007 do CONSUN de 23/11/2007, e reconhecido pela Portaria MEC nº 301, de 16 de abril de 2008, são fins específicos da Universidade:

I- gerar, transmitir e disseminar o conhecimento, com padrões elevados de qualidade e equidade; II- formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, ampliando o acesso da população à educação; III- valorizar o ser humano, a cultura e o saber; IV- promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social, artístico e cultural; V- educar para a conservação e a preservação do meio-ambiente e do patrimônio histórico e cultural, o desenvolvimento auto-sustentável e a justiça social; 4 VI- estimular o conhecimento e a busca de soluções, em especial para os problemas locais, regionais e nacionais. (FURG, 2008, p.3-4)

Assim, a FURG, de acordo com seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI) 2011-2022⁴³, “tem suas ações pautadas no princípio básico da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, na formação de profissionais, na produção e socialização de conhecimentos e tecnologias.” (FURG, 2011, p.7). Destaca-se frente as demais universidades brasileiras, no que se refere as pesquisas e cursos relacionados à área dos ecossistemas costeiros e oceânicos, e encontra-se comprometida com o desenvolvimento local, regional, nacional e global.

O Regimento Geral da Universidade, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN), através da Resolução 015/09, de 26/06/2009, de acordo com seu art. 1º “disciplina os aspectos gerais de estrutura, organização e funcionamento dos diferentes órgãos e unidades, estabelecendo a dinâmica das atividades administrativas e acadêmicas da Instituição.” (FURG, 2009, p.2) O documento apresenta a nova reestruturação em Pró-Reitorias e em Unidades Acadêmicas, e os dois Conselhos Superiores, o CONSUN e o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração (COEPEA).

A FURG possui 61 cursos de graduação, em diversas áreas do conhecimento. Além disso, a universidade disponibiliza 18 cursos de especialização, 31 cursos de mestrado, 13 cursos de doutorado, 14 cursos de residência e cerca de 150 grupos de pesquisa certificados pelo CNPq. A população universitária é composta por mais de 9 mil alunos de graduação presencial, além de 300 alunos de graduação a distância e cerca de 2.500 alunos de pós-

⁴³ O atual Projeto Pedagógico Institucional 2011-2022 é orientador das ações da Universidade, articulado ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, consolidando assim o Planejamento Estratégico da FURG. Disponível em: <<https://pdi.furg.br/ppi>> Acesso em: 18 mar.2021.

graduação. Sobre os servidores, são cerca de 900 docentes e mais de 1.200 técnicos administrativos em educação.⁴⁴

Em Rio Grande, a Instituição desenvolve suas atividades no Câmpus Carreiros, situado há 8 quilômetros do centro da cidade, e na Unidade Saúde, com estrutura anexa ao Hospital Universitário Miguel Riet Corrêa, que sedia os cursos de Medicina e Enfermagem, além de diversos cursos de pós-graduação na área da saúde. A FURG conta também com outros três câmpus localizados nos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul.

No Campus Carreiros, sede da Universidade, localizado na Avenida Itália, km 8, s/n no Bairro Carreiros, estão em funcionamento a Reitoria, as unidades administrativas e as unidades acadêmicas (centros, faculdades e institutos) que trabalham de forma integrada, para consecução das atividades-fins da Instituição. Sua infraestrutura inclui mais de cem salas de aula, diversos laboratórios, restaurantes universitários, casas do estudante, centro de convivência e biblioteca central.⁴⁵

6.1.1 A Coordenação de Arquivo Geral (CAG)

A FURG, desde a década de 1980, promoveu algumas tentativas referentes a implementação de uma unidade de Arquivo, com a intenção de gerir, custodiar e preservar os documentos de arquivo da Universidade. Nesse sentido, duas iniciativas evidenciam essa preocupação da Universidade e de seus funcionários: a criação do setor de microfilmagem de documentos e do “Arquivo Retrospectivo” da FURG.

O projeto de microfilmagem dos documentos foi promovido pelo Centro de Processamento de Dados (CPD), atual Centro de Gestão de Tecnologia de Informação (CGTI) da FURG, visando principalmente diminuir o volume dos documentos e trazer economia de espaço físico. O Arquivo Retrospectivo foi criado através do ato executivo n° 005/83, de 08 de abril de 1983, e tinha a Biblioteca Central como unidade responsável pela implementação e organização do arquivo.

De acordo com Santos, Schwarzbald e Viero (2014, p.85), o arquivo retrospectivo “tinha como principal função a transferência, o recolhimento e a custódia da documentação

⁴⁴ Informações retiradas do site da FURG. Disponível em: <<https://www.furg.br/>> Acesso em: 18 mar.2021.

⁴⁵ Informações retiradas do site da FURG. Disponível em: <<https://www.furg.br/>> Acesso em: 23 mar.2021.

mas, por falta de pessoal técnico especializado e infraestrutura, acabou sendo desativado, permanecendo ainda a necessidade do mesmo na instituição.” Na época, para orientar a transferência e o recolhimento ao arquivo retrospectivo, foi criada a “Norma para arquivamento de documento”, através da Resolução nº030, de 29 de agosto de 1983.

Em 2005, através da Portaria nº1337 de 24 de agosto, foi criada a Comissão Permanente de Gestão de Arquivos da FURG, com a finalidade de propor a criação e a estruturação do Arquivo Central da Universidade, prestar assessoria e orientação técnica a respeito do tema e a adoção de medidas por parte da Reitoria, com o propósito de manter sempre atualizada a legislação interna sobre arquivamento de documentos.

Em 2008, a Comissão teve sua composição alterada através da Portaria nº112, de 29 de janeiro, além de um acréscimo em suas atribuições, o de se adequar a Legislação Federal, CONARQ e SIGA MEC. Apesar dos esforços da Comissão, outras ações foram necessárias para consolidar o processo de gestão dos acervos arquivísticos da instituição.

Em 2007, a FURG aderiu ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que concretizou uma política pública educacional de nível superior, instituída pelo Governo Federal por meio do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. As políticas públicas de investimento e desenvolvimento institucional implementadas na época, possibilitaram uma expansão significativa nas estruturas acadêmicas e de gestão da Universidade.

Nesse cenário, foi proposto em 2008 a criação do curso de graduação em Arquivologia com a finalidade de consolidar a área de Ciência da Informação na FURG e a conseqüente e necessária contratação de docentes e de arquivistas para compor o quadro de servidores da instituição.

A partir da entrada da primeira Arquivista na instituição em 2008 e mais duas profissionais em 2009, junto com outras ações promovidas, possibilitaram a implementação da unidade de Arquivo, responsável pela gestão dos documentos de arquivo da Universidade. A primeira sede do Arquivo funcionou de forma provisória em uma sala do prédio do Pavilhão Central no antigo Campus Cidade, atual Campus Rio Grande do IFRS.

A criação do Arquivo Geral ocorreu oficialmente em 4 de novembro de 2010, através da Portaria nº. 2.109⁴⁶ da Reitoria, que altera a denominação das Unidades que constituem a FURG e apresenta em seu anexo o Arquivo Geral como unidade subordinada à Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAD). As atividades e dinâmica de funcionamento

⁴⁶ Disponível em: <<https://conselhos.furg.br/portarias>> Acesso em: 16 fev.2020.

do Arquivo Geral são regulamentadas pelo COEPEA em conformidade com o Art. 87 do Regimento Interno da Reitoria, sendo algumas delas:

“Implementar, executar, supervisionar e dar apoio às diversas unidades na execução da política arquivística de gestão documental na FURG através do Sistema de Arquivos (SIARQ/FURG) em consonância com a legislação federal vigente; Implementar e acompanhar rotinas de trabalho desenvolvidas no âmbito da gestão arquivística de documentos, visando à padronização dos procedimentos técnicos relativos às atividades de produção, classificação, registro, tramitação, arquivamento, preservação, empréstimo, consulta, expedição, avaliação, transferência e recolhimento ou eliminação de documentos de arquivo (independente da forma ou suporte adotado) e ao acesso às informações neles contidas; Custodiar os documentos em fase intermediária e permanente transferidos e/ou recolhidos ao Arquivo Geral, supervisionando o acesso; Estimular, promover, gerenciar e orientar as ações de conservação preventiva e interventiva dos documentos integrantes do patrimônio arquivístico da FURG, em qualquer uma das fases do seu ciclo de vida; Elaborar os instrumentos descritivos do acervo documental do Arquivo Geral visando sua divulgação e atendimento aos consulentes (...)” (FURG, 2010)

Em 5 de dezembro de 2012, o Arquivo Geral passou a ser Coordenação, recebendo a denominação de Coordenação de Arquivo Geral (CAG). Assim, a CAG tem a finalidade de implementar e auxiliar às diversas unidades na execução da política arquivística através do Sistema de Arquivos (SIARQ/FURG), responsabilizando-se pela normatização dos procedimentos técnicos aplicados aos arquivos da FURG.

Em 2013, foi concluído a construção de um prédio próprio do Arquivo, projetado pela Arquiteta Paula Wrague Moura, e adaptado as necessidades de guarda e conservação do acervo documental. O prédio está localizado próximo a segunda rótula após a entrada principal do Campus Carreiros da FURG e possui dois andares com área total de 1.219m².

Em 2014 houve a mudança para o novo prédio, que abriga também dependências do Protocolo, unidade subordinada à Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA), e da Secretaria de Transparência, Integridade e Controle Social (SITC), unidade subordinada à Reitoria. O prédio teve sua cerimônia de inauguração ocorrida em 14 de dezembro de 2015. A Fotografia 5, registra a imagem de todo o prédio.

Fotografia 5 – Prédio da CAG, SITC e Protocolo



Fonte: Site FURG-PROPLAD (2021).

Atualmente, a CAG conta com as seguintes dependências: duas salas destinadas a guarda dos acervos de guarda intermediária e permanente com mais de 310 m²; a Sala de chegada; a Sala de Processamento Técnico; Sala de Eliminação de documentos; a Sala de Treinamento; a Secretaria/ Administração do Arquivo; e a Sala de Pesquisas, onde o usuário poderá consultar o acervo em mesas individuais ou coletivas com mobiliário e equipamentos adequados, com acesso a internet.

No segundo andar, em uma área de pouco mais de 146 m², atualmente se encontra uma Sala que serve de apoio as atividades de avaliação documental e o Laboratório de Conservação e Restauo, que conta com uma técnica em restauro.

A CAG oferece serviços de pesquisa através de consultas em fontes arquivísticas a todos os cidadãos que necessitam comprovar seus direitos e aos pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento que encontram no Arquivo fontes para a produção de trabalhos.

O acesso de alguns acervos também pode ser realizado pela internet, através do sistema AtoM, no site institucional da FURG. Atualmente, encontram-se na plataforma 242 atas de reunião do CONSUN no período de 1970 a 1995, contendo a descrição conforme a NOBRADE e seus respectivos representantes digitais. Este trabalho foi desenvolvido pela arquivista Elisângela Gorete Fantinel, servidora lotada no Curso de Arquivologia da FURG, durante a realização de sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da UFSM.

E ainda a plataforma contém a descrição de 590 portarias do Gabinete de Reitoria, do período de 1969 a 1974, trabalho realizado em 2018 pela então acadêmica do Curso de Arquivologia da FURG, Luzia dos Santos Troina, com supervisão da autora deste trabalho, durante a realização do estágio supervisionado do Curso.

A CAG também oferece visitas técnicas com o objetivo de proporcionar conhecimento sobre as atividades de gestão, tratamento técnico, pesquisa, preservação, restauração e acesso aos documentos por ele custodiado. Alunos de escolas, de universidades e o público em geral podem conhecer a Instituição por meio dessas visitas, que de acordo com as normas da unidade, devem ser agendadas com qualquer membro da equipe com antecedência mínima de 48 horas.

Ainda, a unidade atende diretamente turmas de graduação do Curso de Arquivologia da FURG, através da realização de estágios supervisionados, projetos de extensão e pesquisa e no desenvolvimento de disciplinas práticas, no qual as aulas são ministradas no próprio Arquivo com o apoio dos profissionais Arquivistas.

A CAG conta com a atuação de seis arquivistas e uma técnica em restauração, além de voluntários e bolsistas, acadêmicos do curso de Arquivologia da FURG. Em 2020, como consequência das medidas de prevenção e enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus (Covid-19), as atividades da unidade foram desenvolvidas preferencialmente por *home office*, conforme Portaria nº1961 de 17 de novembro de 2020 da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração⁴⁷ (PROPLAD). Atualmente, as atividades presenciais estão sendo retomadas de forma gradual e segura, conforme nova Portaria nº 2140 de 18 de outubro de 2021, que revoga a anterior.

A Comissão Permanente de Avaliação de Documentos da Universidade Federal do Rio Grande (CPAD/FURG), foi criada pela Portaria Nº 2.715, de 12 de novembro de 2009 da PROPLAD, em conformidade com o Art. 87 do Regimento Interno da Reitoria. A Instrução Normativa nº 3/2018⁴⁸ da PROPLAD/CAG, dispõe sobre a finalidade, atribuições, composição e nomeação da CPAD/FURG.

⁴⁷Atualiza a Portaria nº550/ 2020 da PROPLAD que trata do funcionamento e da forma de realização de suas atividades durante o período de excepcionalidade proposto no Plano de Contingência da FURG para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19) e na Portaria nº553/2020, do Gabinete da Reitoria, que o regulamenta. Disponível em: <<https://proplad.furg.br/>> Acesso em 22 de jul.2021.

⁴⁸ Disponível em: <<https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad>> Acesso em 16 fev.2020.

A CPAD tem como finalidade promover a análise, a avaliação e a seleção dos documentos produzidos e/ou recebidos na FURG, tendo em vista a preservação dos documentos de guarda permanente e a eliminação dos documentos destituídos de valor secundário. Entre outras competências, a Comissão deve observar às normativas estabelecidas pelo Arquivo Nacional e analisar e encaminhar as listagens de eliminação elaboradas pela Coordenação de Arquivo Geral da FURG para aprovação do titular do órgão ou entidade produtora ou acumuladora do arquivo., conforme legislação arquivística federal vigente. A CPAD tem autoridade para solicitar apoio técnico a servidores da FURG e/ou de outras instituições, ou ainda a especialistas em áreas que julgar necessárias.

A composição da Comissão teve sua primeira alteração em 2012, através da Portaria nº 002 de 02 de janeiro; em 2015, pela Portaria nº 1285, de 27 de maio; em 2018, na Portaria nº647, de 21 de março; e em 2018, com a Portaria nº 3510, de 26 de novembro. O contato com a CPAD/ FURG pode ocorrer através do e-mail cpad@furg.br.

Assim, a eliminação de documentos nos órgãos da FURG ocorre após concluído o processo de avaliação conduzido pela CPAD/FURG e é efetivada quando cumpridos os procedimentos estabelecidos no artigo 1º da Resolução CONARQ nº40, de 9 de dezembro de 2014, alterada pela Resolução nº 44 de 14 de fevereiro de 2020. No âmbito da Universidade, a Instrução Normativa nº5/2018, da PROPLAD/CAG, dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos arquivísticos intermediários da FURG.

Os documentos a serem eliminados são registrados na Listagem de Eliminação de Documentos pela CPAD/ FURG, que deve ser submetida para aprovação do titular do órgão ou entidade produtora ou acumuladora do arquivo. Este novo procedimento está amparado na Resolução CONARQ nº44/2020 (artigo 2º) e na Lei nº8.159/1991 (artigo 9º).

Como resultado dos trabalhos da CPAD/FURG é apresentado o Edital de Ciência de Eliminação de documentos, publicado no Diário Oficial da União com a intenção de dar ciência a toda a comunidade dos documentos a serem eliminados, fornecendo o prazo de 30 dias para possíveis manifestações.⁴⁹ Após decorrido o prazo, efetua-se a eliminação dos suportes de registro das informações de documentos públicos sem valor para guarda permanente e elabora-se o Termo de Eliminação de Documentos, que tem por objetivo registrar as informações relativas ao processo de eliminação e sua conclusão. Uma cópia do Termo é encaminhada ao Arquivo Nacional para ciência de que a eliminação foi efetivada. Os

⁴⁹ A resolução nº5 do CONARQ, de 30 de setembro de 1996, dispõe sobre a publicação de editais para Eliminação de Documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br>> Acesso em 11 de fev.2021.

Editais de ciência de eliminação de documentos da FURG e seus respectivos termos de eliminação de documentos encontram-se divulgados no site da instituição, na seção PROPLAD/ Arquivo Geral.⁵⁰

6.1.2 O Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME)

O Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME) foi criado a partir de um projeto de extensão desenvolvido em 1994, em comemoração aos 25 anos de fundação da FURG. Inicialmente o projeto denominado “Núcleo de Memória da URG”, que pretendia resgatar a memória da Instituição, passou a denominação atual em homenagem ao engenheiro Francisco Martins Bastos, funcionário da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., que destacou-se como primeiro presidente da FCRG e apoiador da criação da EEI.

Entretanto, no mesmo ano de sua criação, as atividades do Núcleo de Memória foram pausadas e só retornaram em 1999, com a reativação do órgão, na época ligado a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE). No ano seguinte, o NUME foi inaugurado em sala do antigo Campus Cidade da FURG, onde atualmente funciona o Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Campus Rio Grande.

O NUME atua como um museu histórico universitário, que tem como missão resgatar, preservar e divulgar a história da FURG. Suas atividades tem como base três princípios, que são “o resgate e a valorização da história da FURG; a integração de vários segmentos da FURG em torno do empreendimento e a contribuição para o desenvolvimento e a expansão da Universidade.” (FURG, 2015, p. 62).

Em 28 de outubro de 2009, ocorreu a inauguração de novas instalações do Núcleo no Pavilhão Central do antigo Campus Cidade, como parte das comemorações dos 40 anos da FURG. A ação, apoiada pelo Presidente do Núcleo na época, professor Oswaldo José de Paula Barbosa, foi divulgada em conjunto com a inauguração da Exposição Fotográfica 40 anos/ FURG, organizada pela unidade e pela educadora Célia Pereira, também como parte das comemorações.⁵¹

Em dezembro de 2018, a unidade iniciou a mudança de sede para ocupar uma das dependências do Centro Integrado de Desenvolvimento do Ecossistema Costeiro do Extremo

⁵⁰ Disponível em <<https://proplad.furg.br/cpad-furg/eliminacao>> Acesso em 11 de fev.2021.

⁵¹ Informações retiradas do site da FURG. Disponível em: <<https://www.furg.br/>> Acesso em 17 de ago.2021.

Sul (CIDEC/SUL), localizado no campus Carreiros da FURG. Atualmente, o NUME integra a estrutura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) e tem como presidente o professor de Direito, Sr. Péricles Antonio Fernandes Gonçalves.

O acervo do NUME é constituído por objetos e artefatos que servem como testemunhos da história da FURG e das primeiras instituições de ensino superior da cidade de Rio Grande. De acordo com Teixeira (2014, p.147) “reúne uma diversidade de composições materiais, como, por exemplo: troféus, medalhas, fotografias, bandeiras, uniformes, flâmulas e uma coruja taxidermizada, símbolo da Faculdade Católica de Filosofia.”

Em relação as atividades promovidas pelo NUME ao longo dos anos de seu funcionamento, destacam-se: visitas guiada no Museu; cursos de capacitação e extensão; exposição fotográfica; concursos e solenidades de entrega de premiação aos participantes; palestras e mesas redonda de discussões de museus, programação comemorativa a semana nacional de museus, entre outras.

Esta seção apresentou a origem, constituição e história da segunda entidade educacional de ensino superior estabelecida no Município de Rio Grande, a FCPE. Na sequência, apresentou-se um resumo histórico da FURG, instituição na qual a FCPE foi agregada posteriormente; e da CAG e do NUME, lugares de memórias da FURG, no qual foram localizados os registros fotográficos da FCPE. A abordagem, garantiu subsídios para compreender o contexto de formação do acervo documental e fotográfico da Faculdade, discutidos no próximo capítulo.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 CONTEXTO DE FORMAÇÃO E DE CONTEÚDO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO DA FCPE

A FCPE tinha como finalidade principal a formação de profissionais capacitados em solucionar problemas de ordem política e econômica. Sua criação pelo poder público municipal visou conter a evasão de estudantes a outros centros urbanos no final da década de 1950, ao possibilitar o acesso a um curso de nível superior e posteriormente em cursos de nível médio e técnico, além da participação no crescimento intelectual e social da região.

Caetano e Weiduschadt (2016), em estudo sobre a FCPE e suas contribuições ao Município, relatam as alterações ocorridas na planta urbana da cidade e o processo de formação da cultura escolar no cotidiano de Rio Grande. Para os autores a presença da instituição “atendia a um ideário do espírito capitalista das autoridades e personalidades locais [...] e poderia aumentar as possibilidades de progresso no local, ainda mais, atreladas a outras formações de instituição superior” (2016, p.68).

A constituição e atuação histórica da FCPE, assim como o cenário no qual se consolidou como uma instituição de ensino superior reconhecida, já foi abordada detalhadamente no capítulo 5 da presente dissertação. Nesta seção, apresenta-se o contexto de formação e de conteúdo do acervo documental e do acervo fotográfico da FCPE, garantindo subsídios para uma interpretação e descrição consiste aos pesquisadores.

Durante o desenvolvimento das funções e atividades da FCPE, bem como de sua subunidade vinculada, a instituição de ensino foi responsável pela produção e recebimento de documentos que refletem a história da unidade de ensino e constituem o Fundo da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FFCPE).

O FFCPE é considerado um Fundo fechado, pois caracteriza-se pela impossibilidade de retomada das atividades do órgão, apenas ocorrência de possíveis acréscimos de documentos. Os outros fundos fechados custodiados pela FURG são: Escola de Engenharia Industrial; Faculdade de Direito Clóvis Beviláqua; Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande; e a Faculdade de Medicina de Rio Grande. Os fundos fechados foram descritos por Santos (2012) e apresentados no Guia de Fundos do Arquivo Geral da FURG. Logo, a descrição do FFCPE – Nível 1 (ANEXO B), extraído do Guia, já foi realizada por Santos.

O Fundo da FCPE é formado por documentos relativos à criação, administração e funcionamento da instituição de ensino, produzidas no decorrer de suas atividades-meio e atividade-fim, e que comprovam a trajetória acadêmica dos alunos desde a sua entrada, período de permanência até a conclusão do curso realizado.

Ainda, como uma subdivisão do Fundo, apresenta os documentos pertencentes ao CTCFF, pelo fato do Colégio se caracterizar como uma unidade administrativa com competência específica integrada à FCPE, sob orientação didática, administrativa e financeira desta última. Sendo assim, apresenta a Seção CTCFF, em respeito ao vínculo e relação de subordinação com a Faculdade.

O período de produção do acervo analisado, em sua totalidade, tem início no ano de criação da FCPE, mas se concentra em maior quantidade a partir do seu funcionamento em 1959, e se estende até 1972, ano que perdurou suas atividades. O Fundo totaliza 3,36 metros lineares de documentos, em sua maioria textuais, acondicionados em 24 caixas arquivo e armazenados em um Arquivo deslizante, composto por estantes e prateleiras distribuídos em 12 módulos, conforme mostram as fotografias 6 e 7. O fundo encontra-se custodiado na Seção de Arquivo Permanente da CAG da FURG, localizado no Campus Carreiros.

Fotografia 6 - Arquivo deslizante da Seção de Arquivo Permanente da CAG/FURG.



Fotografia 7 - Armazenamento das caixas-arquivo do Fundo FCPE na CAG/UFSM.



Fonte: A autora, 2021.

O Fundo da FCPE (nível 1) é formado por três séries documentais que constituem o FFCPE: Administração Geral; Ensino Superior e Administração de Atividades Acessórias. A série (nível 3) Administração Geral contempla documentos referentes às atividades relacionadas à administração da Faculdade, que viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados. De forma mais específica, os documentos tratam dos direitos e obrigações dos funcionários e outros assuntos de gestão de pessoal; de aquisição, inventário e controle de bens imóveis e de outros assuntos de gestão de bens patrimoniais e de serviços essenciais; e de gestão orçamentária e financeira.

A série Ensino Superior incluem-se documentos referentes à concepção, organização e funcionamento do Curso de Ciências Econômicas, como projeto pedagógico do curso e processo de reconhecimento; planejamento e organização curricular, como estrutura do currículo e reformulação, e programas didáticos das disciplinas; colação de grau e formatura; vida acadêmica dos alunos do curso, como edital de Concurso de Habilitação (ingresso) e registro de frequência e assentamentos individuais dos alunos; mobilidade acadêmica e advertências.

A série Administração de Atividades Acessórias⁵² contempla documentos referentes ao desenvolvimento de atividades complementares, normalmente, vinculadas às atividades-meio, mas que não são essenciais para o funcionamento e cumprimento das competências finalísticas do órgão e entidade. Mais especificamente, a série compreende eventos promovidos e realizados pela Faculdade, como conferências, homenagens e comemorações, bem como visitas técnicas a Instituição.

Logo, alguns assuntos/ tipos documentais encontrados nas séries são: atas de reuniões do Conselho Técnico Administrativo e da Congregação; diários de classes; quadros de controle de frequência; processo de reconhecimento do Curso; relatório de atividades; relatório de concursos de habilitação; regulamentação interna; proposta orçamentária; reestruturação e alteração salarial; reformulação curricular; entre outros.

A Seção CTCFF (nível 2) contempla a série (nível 3) Administração Geral, referente às atividades relacionadas à administração interna do Colégio, que viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados. Os documentos da série tratam de assuntos de gestão de pessoal; de aquisição, inventário e controle de bens imóveis e de outros assuntos de gestão de bens patrimoniais e de serviços essenciais; e de gestão orçamentária e financeira. Alguns tipos documentais encontrados são: regimento do CTCFF, processo de autorização de funcionamento, processo de reconhecimento do Colégio, atas de reuniões, contratos de trabalho, termos de posse, livro-ponto de funcionários, entre outros.

A outra série Educação Básica e Profissional, incluem-se documentos referentes à concepção, organização e funcionamento do Curso Técnico Administrativo e do Colégio Ginásio-Comercial; planejamento e organização curricular; planejamento da atividade escolar; vida escolar dos alunos (ingresso, matrícula, frequência) e dossiês dos alunos, entre outros. Apresentam diários de classe, programas didáticos das disciplinas, notas mensais e finais, controle de frequência, atas de exames, termos de colação de grau, assentamentos individuais de alunos formados e passivos, entre outros tipos documentais/ assuntos.

Como parte dos documentos de gênero iconográfico do FFCPE, encontram-se as fotografias, que são utilizadas como fontes de pesquisa sobre a história e memória da Instituição. As imagens fotográficas servem como informação das atividades administrativas e de ensino praticadas pela Faculdade durante o período de seu funcionamento.

⁵² Foi alterada a nomenclatura dos descritores de “assuntos diversos” para “ administração de atividades transitórias”, conforme o novo Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, aprovados pela Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Junto ao Fundo documental, foram localizadas 56 fotografias da FCPE, que registram as mais variadas categorias de assuntos como: ato de instalação da Faculdade; banca de processos seletivos; salas de aulas; primeiro prédio sede da Instituição; prédio do CTCFF e de suas dependências (secretaria, biblioteca, auditório, bar da escola); e eventos acadêmicos como formaturas, aula inaugural, conferências e palestras com presenças ilustres.

O levantamento do acervo fotográfico da FCPE permitiu a identificação da relação hierárquica das fotografias com os demais níveis do Fundo já estabelecidos na Instituição, apresentadas no Quadro de Arranjo do Fundo FCPE (APÊNDICE A). Cada fotografia foi associada como parte integrante de um dossiê/ processo⁵³, formado por documentos textuais e/ou fotográficos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto) ou oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial. Os dossiês definidos e seus respectivos níveis, são:

- FUNDO FCPE; Série: Administração Geral; **Dossiê: Instalação da FCPE:** contém fotografia referente a Assembléia de instalação, ocorrida em 26 de agosto de 1958, no salão de festas da Escola de Belas Artes de Rio Grande, com a presença de autoridades locais;
- FUNDO FCPE; Série: Administração Geral; **Dossiê: Sede e dependências:** compreende fotografias que retratam os locais de funcionamento da FCPE e suas dependências, num primeiro momento a Escola de Belas Artes de Rio Grande, e a partir de 1964, partes internas do prédio próprio adquirido pela Prefeitura para as atividades da Instituição;
- FUNDO FCPE; Série: Ensino Superior; **Dossiê: Ingresso – Concurso de Habilitação:** contém fotografia referente a banca examinadora do primeiro Concurso de Habilitação para ingresso e preenchimento de vagas na primeira turma do Curso de Economia;
- FUNDO FCPE; Série: Ensino Superior; **Dossiê: Colação de grau/ Formaturas:** composto por fotografias que registram as solenidades de colação de grau, bem como imagens individuais dos bacharéis recém-formados da primeira turma do Curso de Economia;
- FUNDO FCPE; Série: Administração de Atividades Acessórias; **Dossiê: Gestão de eventos:** contempla fotografias que registram eventos promovidos pela FCPE como palestras, conferências, homenagens e confraternizações de alunos, professores e/ou funcionários;

⁵³ A associação de cada fotografia com seu respectivo dossiê/ processo foi indicada através do código de referência adotado pela Instituição no elemento de descrição “Unidades de descrição relacionadas”, compreendido na Área de Fontes, do Catálogo de Fotografias da FCPE.

- FUNDO FCPE; Seção CTCFF; Série: Administração Geral; **Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio:** contém fotografias que retratam as dependências do Colégio localizadas na parte interna da Escola de Belas Artes de Rio Grande e destinadas à administração (secretaria, arquivo), área de direção, área pedagógica, área de circulação, área higiênica-sanitária, área social (auditório), área de educação física e recreação;
- FUNDO FCPE; Seção CTCFF; Série: Educação Básica e Profissional; **Dossiê Formados do CTA:** contém fotografias dos egressos formados do Curso Técnico de Administração que foram exigidos no ato da matrícula e encontram-se junto aos assentamentos individuais que refletem a passagem de cada acadêmico pela instituição;
- FUNDO FCPE; Seção CTCFF; Série: Educação Básica e Profissional; **Dossiê Passivos do CTA:** contém fotografias dos acadêmicos desligados do Curso Técnico de Administração, junto aos assentamentos individuais que refletem a passagem de cada acadêmico pela instituição, exigidas quando ativos no processo da matrícula.

As fotografias custodiadas pela CAG já se encontram higienizadas, sendo que 6 fotografias se encontram acondicionadas em envelopes de papel neutro, conforme mostra a Fotografia 8, e 50 fotografias completam o dossiê de reconhecimento do CTCFF.

Fotografia 8 – Fotografia acondicionada em invólucro de papel neutro em formato de cruz



Fonte: A autora, 2021.

A CAG não realiza empréstimos de fotografias originais aos usuários, assim como de qualquer outro documento do acervo. A consulta é realizada apenas no local, em sala própria

para este fim (Sala de Pesquisas), mediante agendamento e observação as Normas para Acesso e Uso dos Documentos⁵⁴ adotadas pela unidade, referentes à conduta do pesquisador, ao uso e reprodução de documentos e a consulta em geral. Além do atendimento presencial, em casos especiais, a unidade realiza o atendimento por telefone e e-mail.

Em relação ao uso e divulgação de imagens, a orientação da CAG é que seu uso tenha fins estritamente pessoal, acadêmico e/ou científico, e que o usuário assine um Termo de responsabilidade para uso e reprodução de documentos da CAG/ FURG (ANEXO A), disponibilizado pela equipe técnica. No termo, reforça-se o compromisso de crédito.

As fotografias que fazem parte do acervo da FCPE, custodiadas pelo NUME, foram reunidas a partir de uma consulta *online* do “Registro Digital do Acervo do NUME”, documento utilizado para orientar os usuários a respeito do conteúdo do acervo e disponibilizado pela equipe técnica à pesquisadora. O Registro está dividido em quatro categorias, que são: Coleção Iconográfica, compostas por fotografias, cartões-postais, pintura sobre tela, papel e madeira, desenhos, gravuras, artes gráficas (rótulos comerciais, cartazes, propagandas e impressos em geral); selos postais e estampas; Coleção Textual, formada por variadas tipologias documentais como correspondência, documentos pessoais, produção intelectual (discursos, conferências, artigos, originais de livros), recortes de jornais, memorandos, ofícios, portarias, resoluções, correspondências, fichas financeiras, folha de frequência, projetos, relatórios, boletins administrativos, nos mais variados suportes; Coleção de Objetos, formado por máquinas, mobiliário, roupas, utensílios, artigos de enfeite, placas e outros; e Coleção de Digital, formada por CDs, fitas VHS, pendrives e outros tipos de suportes.⁵⁵

Em relação ao acervo fotográfico custodiado pelo NUME, estima-se que a Instituição possua mais de 7.000 fotografias⁵⁶ que refletem as mais variadas situações como por exemplo: obras de construção de prédios das unidades administrativas e acadêmicas, cerimônias de inauguração dos prédios, registro das dependências e salas de aula, formaturas

⁵⁴ A Instrução Normativa nº4/2018 da PROPLAD/CAG, dispõe sobre as normas de acesso e uso dos documentos de arquivo custodiados pela Coordenação de Arquivo Geral para usuários externos. Disponível em: <<https://conselhos.furg.br/instrucoes-normativas/proplad>> Acesso em 16 fev.2020.

⁵⁵ Informações retiradas do próprio “Registro Digital do Acervo do NUME”, disponibilizado pela instituição em pesquisa solicitada pela autora do trabalho.

⁵⁶ Mensuração apurada até o ano de 2019, de acordo com o servidor lotado no NUME Jeison Luiz Ferreira Vieira, em entrevista informal realizada pela autora em 03/11/2019 no NUME.

de diferentes cursos, outros eventos como conferências e palestras promovidos no âmbito da Universidade, entre outros.

O registro digital acerca das imagens fotográficas apresenta informações básicas do conteúdo das imagens e um código criado pela própria unidade para identificar as fotografias, bem como a data de ocorrência dos registros. Na pesquisa, foram identificadas 32 fotografias pertencentes a FCPE, sendo posteriormente solicitado o acesso às imagens.

A solicitação da pesquisa no acervo ocorreu por e-mail, em 6 de abril de 2021, com a identificação da solicitante e dos motivos da pesquisa, e uma semana depois, com o envio dos códigos das imagens selecionadas. As fotografias foram enviadas em formato TIFF por e-mail à pesquisadora, pela nova servidora lotada no NUME, Sra. Roberta, que foi o segundo contato da unidade. As imagens seguiram o mesmo arranjo adotado para as demais fotografias do acervo que encontram-se na CAG.

Viero (2017), em sua Tese de Doutorado já referenciada, analisa os lugares de memória da FURG, especificamente o Museu NUME e a CAG. A reflexão de Viero (2017) tem como referência o acervo universitário da FURG, e considera que a CAG, que tem como missão salvaguardar a documentação arquivística da Universidade, contém uma parte da sua documentação custodiada pelo Museu. No capítulo, são discutidos os acordos entre os dois lugares, que embora ainda não estejam implementadas em nível institucional, representam um primeiro movimento na direção de uma política de memória na Instituição.

Importante ressaltar, que embora seja uma questão relevante na gestão de acervos e preservação da memória institucional, o assunto não será aprofundado pois não se trata do foco e objetivo desta dissertação. Cabe apenas esclarecer, que em tempo oportuno⁵⁷, as fotografias que hoje encontram-se no NUME e foram identificadas como pertencentes ao Fundo da FCPE serão recolhidos à CAG, conforme acordo entre as unidades e em obediência ao Princípio da Proveniência. Todavia, a viabilidade da ação poderá ser discutida novamente, caso ocorra algum impedimento ou falta de concordância por parte de possíveis novos servidores ou dirigentes.

Dessa forma, a preservação e o tratamento adequado desses arquivos fotográficos possibilita ampliar as fontes informacionais dos usuários, atendendo satisfatoriamente as necessidades e expectativas dos usuários da Universidade, que possuem ou já tiveram algum

⁵⁷ No momento, as unidades administrativas da FURG priorizam a realização de trabalho remoto, conforme proposto pelo Plano de no Plano de Contingência da FURG para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus (Covid-19), atualizado em 21 de maio de 2021. Disponível em <<https://www.furg.br/arquivos/Coronavirus/plano-contingencia-furg-atualizado-21-05-21.pdf>> Acesso em 18 ago. 2020.

vínculo com a FURG ou com as antigas Faculdades, como docentes, técnico-administrativos em educação, e estudantes; egressos dos cursos superiores; e pesquisadores em geral.

Nesta seção, abordou-se o contexto de formação e de conteúdo do acervo documental e do acervo fotográfico da FCPE. A seguir, apresenta-se uma análise da descrição das fotografias e de seus elementos essenciais, bem como dos elementos obrigatórios e complementares da NOBRADE selecionados para a descrição do referido acervo.

7.2 A DESCRIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS DA FCPE CONFORME A NOBRADE

A partir dos estudos referentes a descrição arquivística, como conceito, características e objetivos, e em um segundo momento, as normas existentes em nível nacional e internacional, torna-se necessário analisar os aspectos da descrição em fotografias e identificar quais são os seus elementos essenciais. De forma específica, nesta seção são discutidos os elementos obrigatórios e complementares da NOBRADE selecionados para a descrição do acervo fotográfico da FCPE.

Manini (2009, p.12) ao pesquisar sobre a análise documentária da imagem, explica que seu objetivo é “elaborar representações condensadas daquilo que aparece em determinado documento e expressar o seu conteúdo de forma a facilitar a recuperação de suas informações.” Em sua obra propõe uma fase anterior a essa representação, ao apontar a fotografia como uma narrativa, passível de uma leitura que visa melhorar a recuperação de informações imagéticas em unidades de informação. A abordagem seria mais próxima da imagem: “a leitura de fotografias e sua análise documentária, processos que resultam na tradução do icônico para o verbal e na elaboração de resumos/descrições e no levantamento de descritores ou de palavras-chave” (MANINI, 2009, p.9).

Assim, inicialmente, o profissional arquivista deve aprofundar seu olhar na narrativa da fotografia, contextualizando a imagem. Um questionamento a ser feito, por exemplo, é “Quando foi produzida a imagem ⇔ histórico de sua produção e variações de sua recepção ao longo do tempo?”. (MANINI, 2009, p.13). A intenção é se atentar na mensagem da imagem e entregar o que de melhor e mais útil importa ao pesquisador.

Quando se parte para a leitura dos aspectos informacionais, geralmente o olhar ocidental percorre a imagem de cima para baixo, da esquerda para a direita; outras vezes a atenção recai sobre um ponto mais sedutor[...]. Nesta varredura de cima a

baixo e de um lado a outro – e tentando adivinhar alguns *insights* que a polissemia oferece – vai-se reconhecendo, ou não, lugares, pessoas e objetos. Se tais locais, indivíduos e coisas são reconhecidos e nomeados é porque são relacionados com o conhecimento enciclopédico do receptor, que já busca sentidos e significados para a imagem. (MANINI, 2009, p. 5)

Essa nova reconstrução que irá permitir o acesso aos documentos, sendo essencial, o conhecimento prévio do contexto histórico e de criação da instituição, da política da instituição e das necessidades de informação dos usuários, visando a criação de uma descrição consistente aos pesquisadores e eficiente recuperação e acesso as imagens fotográficas.

Dando continuidade a esse processo, a NOBRADE, já abordada em outro subcapítulo desta dissertação, constitui-se como uma referência na descrição de documentos seja qual for o suporte ou gênero, o que torna sua aplicação adequada em fotografias.

Uma orientação compreendida pela Norma é que toda fotografia, na qualidade de um item documental, esteja associada e descrita como parte integrante de um dossiê/ processo (nível 4). Essa observação foi respeitada nesta pesquisa, com vistas a retratar o contexto e as partes constituintes do fundo (estrutura hierárquica).

Além da presença dos elementos de descrição obrigatórios citados na NOBRADE, outros elementos podem constar na descrição do item documental, conforme as necessidades de complementação das informações fornecidas aos usuários. A seguir, são especificados os elementos obrigatórios e alguns complementares sugeridos pela Norma e incluídos na descrição das fotografias do acervo trabalhado.

A primeira área da Norma, a **Área de identificação** compreende cinco elementos de descrição obrigatórios, e tem como objetivo registrar informação essencial da unidade de descrição. Filippi, Lima e Carvalho (2002, p. 55) no manual “*Como tratar coleções de fotografias*”, consideram que “a identificação do documento fotográfico aglutina aquelas características mais imediatas para o seu reconhecimento: denominação, legenda, autoria(s), data, agente, título, número de série, etc”, que podem ser constatadas na primeira área da Norma.

O primeiro elemento de descrição obrigatório, “**Código de referência**”, constitui um dos principais pontos de acesso à unidade de descrição. Este elemento é formado pelo código do país, da instituição e da unidade de descrição. O código do país e da instituição, devem estar presentes em qualquer nível descrito e são estabelecidos pelo CONARQ, através do preenchimento de um formulário eletrônico denominado Cadastro de Entidade Custodiadora

de Acervos Arquivísticos. Esta ação está amparada pela Resolução nº 28, de 17 de fevereiro de 2009⁵⁸.

Já o código específico para cada fundo (ou coleção) são definidos, em conjunto, pela própria instituição e pelo autor da descrição e a terceira parte, corresponde a especificidade da unidade de descrição. Os cuidados dispensados na definição do código de cada unidade documental, em relação ao número máximo e mínimo de caracteres e sua consistência, visam facilitar a identificação, controle e recuperação da informação.

Sendo assim, o código de referência de cada fotografia do Fundo FCPE é formado pelo código do país e o CODEARQ obtido pela FURG, em março de 2012, junto ao Arquivo Nacional.⁵⁹ Já o código específico foi definido pela própria autora da descrição, formado por cinco caracteres (letras), cuja primeira letra representa o Fundo e as quatro seguintes consiste na sigla da instituição produtora e em seguida, os dois caracteres AF indicam se tratar do acervo fotográfico, seguido de numeração simples para cada imagem.

Para o “**Título**”, outro elemento de descrição obrigatório, a recomendação é que seja registrado de maneira concisa com elementos de informação presentes na unidade que está sendo descrita, porém sem termos coincidentes com o nome do nível.

Não poucas vezes, a fotografia traz uma legenda que nomeia o motivo fotografado (nomes de ruas, personagens, expedições, elementos naturais como rios, montanhas, praias, ou mesmo panorâmicas). Se a imagem não apresenta nenhuma identificação e, ao documentalista, é possível reconhecer um ou alguns de seus motivos, ele deve inserir essa informação de modo que fique claro que se trata de uma atribuição. (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p 55).

No nível de descrição do item documental (nível 5), assim como no nível de dossiê/processo, a Norma Brasileira, explica que “o título pode incluir tipologia, indicação de responsabilidade (como autor, destinatário, emissor, requerente, requerido, outorgante, outorgado, e/ou interveniente, etc) e assunto”. (CONARQ, 2006, p.22). Na indicação da

⁵⁸ A Resolução nº28, de 17 de fevereiro de 2009 dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos - CODEARQ. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-28-de-17-de-fevereiro-de-2009>> Acesso em: 12 dez. 2020.

⁵⁹ Cadastro nacional da FURG como entidade custodiadora de acervo arquivístico disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/consulta-as-entidades-custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-cadastradas/entidades-custodiadoras-no-estado-do-rio-grande-do-sul/universidade-federal-do-rio-grande-furg>> Acesso em: 28 nov.2021.

autoria de fotografias, Filippi, Lima e Carvalho (2002, p.55) aconselham seguir um registro padronizado, no qual ainda “pode ser desdobrado em outros como nome artístico (o nome do fotógrafo tal como se apresenta na peça fotográfica em questão, podendo conter, portanto, abreviaturas, marcas com iniciais ou pseudônimos) e agente (nome do estúdio)”.

Dessa forma, o título da fotografia foi atribuído de forma objetiva, resumida e relacionada ao seu assunto, como exemplos: Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas; Formatura do Curso de Ciências Econômicas; Conferência promovida pela FCPE; e Sala de aula. Evitou-se, sempre que possível, citar o nome do produtor do acervo neste elemento, para evitar redundância de informação no nível descrito.

O subelemento denominado “**Autor**” foi criado para identificar a autoria das imagens, pois de acordo com as referências mencionadas, foi entendido como adequado mantê-lo junto ao Título, porém em campo específico. Nos casos em que não foi possível identificar o autor ou o estúdio fotográfico responsável pela imagem, foi feito o registro “Não identificado”.

Foram identificadas quinze fotografias como sendo de autoria do fotógrafo Cauby, devido a assinatura estampada em alto relevo próximas as laterais inferiores das imagens. O fotógrafo é reconhecido por documentar a história de Rio Grande no final da metade do século XIX, sendo que algumas de suas produções integram o acervo da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini de Rio Grande.

Cauby Masseron Giacobbo, foi o segundo dos sete filhos de Francisco Giacobbo e Maria Amélia, tendo iniciado sua trajetória influenciado pelo pai, fotógrafo que percorria o interior do Estado realizando retratos de famílias e proprietário do Atelier de Fotografia e Pintura, estúdio montado junto a residência da família, em Rio Grande. Seu irmão, o jornalista e advogado Luiz Giacobbo, recorda:

Em dado momento, meu pai resolveu tentar a sorte fora de Rio Grande. Do que me recordo é que ele foi primeiro para Cruz Alta, e, posteriormente, para Porto Alegre. A saída foi meu irmão mais velho, o Cauby, que já entendia do negócio fotográfico, assumir o estúdio. Para tanto, ele precisou interromper seus estudos no Colégio São Francisco, quando estava completando o Propedêutico. Cauby ficou sendo o guardião da família, morando no estúdio. (2016, p.18-19)

Em 29 de setembro de 1966, há registro de abertura da própria empresa de Cauby, o “Studio Cauby”, localizada na Rua General Bacelar, nº287. Anos depois, já aposentado de seu Atelier, Cauby casou-se com Maria Célia Braga, com quem teve oito filhos e mudou-se para Porto Alegre. Faleceu em 1990, visto que no dia 3 de novembro deste ano, recebeu uma homenagem do seu irmão Luiz Giacobbo no Jornal do Comércio, por ocasião da sua morte.

Já o elemento de descrição “**Data(s)**” deve indicar, obrigatoriamente, a data crônica de produção da unidade de descrição. A NOBRADE define seu padrão de apresentação e registro na descrição, e orienta em diferentes situações, como em casos de incertezas e desconhecimento de data(s). Sendo assim, o campo foi preenchido com a data de produção da fotografia, indicada entre parênteses, e nos casos da falta da informação utilizou-se pontos de interrogação.

Ainda, outras datas crônicas podem ser acrescentadas se relevantes, como data(s) de acumulação ou data(s) assunto. A data tópica é outra opção de registro para informar o local de produção da unidade de descrição. Nos níveis de descrição 4 e 5, CONARQ (2006, p.24) explica que deve se levar em consideração “a nomenclatura de época, seguido, quando for o caso, de outras informações importantes para a identificação da localidade, como município, departamento, província, estado, país, etc”.

No elemento obrigatório “**Nível de descrição**” indica-se o nível da unidade de descrição em relação às demais. A Norma considera seis principais níveis e três níveis intermediários, já mencionados em outra seção A descrição de item documental equivale ao nível 5, e foi indicada numérica e nominalmente.

O elemento obrigatório “**Dimensão e suporte**” identifica as dimensões físicas ou lógicas e o suporte da unidade de descrição. No gênero iconográfico, a quantificação é por espécie ou tipo, e quando não for possível, por itens. Logo, no instrumento produzido, este elemento identifica a espécie, quantifica por item, e indica a cor e as medidas largura e altura em centímetros da fotografia descrita.

Este campo tem importante utilidade pois permite registrar informações específicas, como por exemplo, imagens fotográficas em molduras, onde indica-se as medidas da imagem com e sem moldura. CONARQ (2002, p.27) explica que “o registro normalizado das dimensões permite obter somatórios, propiciando políticas e ações de reprodução, de conservação e de organização de acervos”. Ainda sobre os dados técnicos do material do documento, considera-se que:

Informações como cor, dimensão, material, técnica e inscrições fornecem um meio imediato de reconhecimento do documento e são importantes para aspectos práticos das atividades de curadoria, como cálculos de embalagem, armários, suportes e vitrinas de exposição, vistorias e diagnósticos do estado de conservação, etc. (FILLIPPI, LIMA E CARVALHO, 2002, p. 57).

A segunda área apresentada pela NOBRADE, a **Área de contextualização**, contém o elemento obrigatório “**Nome(s) dos produtor(es)**”, que registra a forma normalizada do nome do produtor da unidade de descrição, que pode ser entidade coletiva, pessoa e/ou família. CONARQ (2006, p.30) informa que “constitui elemento especial para relacionamento entre a descrição de material arquivístico e o registro do produtor como autoridade arquivística, conforme prescrito pela norma *ISAAR (CPF)*”. Vale ressaltar que o produtor não é necessariamente o autor dos documentos, mencionado junto ao elemento Título, nos níveis de descrição 4 e 5.

Assim, neste elemento indica-se a FCPE do Rio Grande como instituição produtora dos documentos fotográficos. Como sugestão de trabalhos futuros, aconselha-se a criação do registro de autoridade arquivística, de acordo com a *ISAAR (CPF)*, com o objetivo de fornecer informações precisas e estruturadas sobre a instituição e um enfoque maior no contexto de produção de documentos, fundamental na área arquivística.

O sétimo e último elemento de descrição obrigatório da Norma, “Condições de acesso”, incluído na Área de condições de Acesso e Uso, tem como objetivo “fornecer informação sobre as condições de acesso à unidade de descrição e, existindo restrições, em que estatuto legal ou outros regulamentos se baseiam.” (CONARQ, 2006, p. 44). Neste campo, pode ser informado restrições transitórias, como empréstimo para exposições, procedimentos de restauração, preferência a um acesso específico (acesso *on-line*, por exemplo), necessidade de vinculação acadêmica do usuário, etc. Entretanto, este elemento é obrigatório apenas nos níveis 0 e 1, por este motivo, não foi incluído na descrição das fotografias (item documental).

Em relação aos elementos opcionais e complementares, no qual a Norma faz referência em nível mais específico e estão incluídos na descrição das fotografias do acervo da FCPE, há o elemento “**Procedência**” da Área de Contextualização, que identifica a origem imediata de aquisição ou transferência da unidade de descrição. Geralmente utilizado em níveis mais gerais, porém também pode ser aplicado nos níveis 4 e 5, dependendo da história de integração da unidade ao fundo ou coleção.

Assim, este elemento indica aquelas fotografias que atualmente se encontram no NUME e possibilita registrar futuramente o procedimento e a data do recolhimento das imagens à CAG. Também permite registrar casos de doação, identificando o nome da pessoa que realizou a ação e o período, quando conhecido. Essas informações são relevantes para o controle de entrada de documentos e contextualizam o ingresso da unidade de descrição na entidade custodiadora.

Em relação ao elemento “**Âmbito e conteúdo**”, compreendido na **Área de conteúdo e estrutura**, a NOBRADE recomenda que “nos níveis de descrição mais específicos, se necessário, registre informações complementares ao Título, como por exemplo, a estrutura informativa do documento” (CONARQ, 2006, p. 39). Por isso, foram registrados: o principal assunto, data, local, nome(s) da(s) pessoa(s) presente(s) na fotografia e respectivo(s) cargo(s)/função(ões). Algumas descrições também incluem informações complementares ao contexto histórico e geográfico da unidade e a vida e trajetória dos docentes, acadêmicos e/ou personalidades que aparecem nas imagens. Este elemento permite ao usuário constatar a presença ou não de informações interessantes à sua pesquisa.

Outro elemento inserido na descrição das fotografias, “**Características físicas e requisitos técnicos**”, da **Área de condições de acesso e uso**, é usado para identificar características físicas da unidade de descrição que dificultem o seu uso. O campo permitiu informar rasgos, descascamentos, dobras, manchas, esmaecimento da imagem e furos encontrados na superfície das fotografias do acervo, assim como marcas personalizadas de fotógrafos e estúdios e suas características.

O elemento de descrição denominado “**Unidades de descrição relacionadas**”, compreendido na **Área de fontes relacionadas**, permite relacionar outras unidades de descrição por proveniência ou assunto, através do código de referência da unidade. Em um catálogo seletivo, Filippi, Lima e Carvalho, esclarecem que “um campo específico para outras referências no acervo possibilita àquele que consulta o catálogo uma visão mais ampla e integrada dos temas que pretende levantar” (2002, p.58). Aqui deve-se estar atento, pois alguns pontos de acesso podem associar as unidades de descrição naturalmente, dispensando em certos casos a referência do relacionamento. No instrumento da FCPE, foram identificados os códigos de referências das unidades de descrição na qual a fotografia está relacionada e vinculada por proveniência.

O segundo elemento de descrição da Área de fontes relacionadas, denominado “**Nota sobre publicação**”, permite registrar as referências bibliográficas de publicações sobre uso e reprodução da unidade de descrição. Possibilita referenciar catálogos de exposições ou sites da internet nos quais a fotografia esteja reproduzida. Este elemento tem semelhanças com o descritor denominado “circulação” por Filippi, Lima e Carvalho (2002, p. 58), que explicam:

Pode estar indicado todo tipo de uso como participação em exposições, catálogos, inventários, obras de referência, teses, artigos, livros, CD-Rom, vídeos, filmes, matérias jornalísticas, etc. Esse campo espelha a notoriedade e a versatilidade nas formas de exploração científica e cultural do documento.

Sendo assim, este elemento foi incluído no instrumento, no qual foram indicadas a dissertação de Mestrado e os documentos pertencentes ao Fundo da FCPE que usam ou reproduzam a fotografia descrita, de acordo com a NBR 6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, procedimento estipulado pela NOBRADE.

Em relação a **Área de controle da descrição**, o elemento “**Nota do Arquivista**”, registra a autoria do trabalho e as fontes primárias e secundárias (documentos arquivísticos, sites, dicionários, livros) que foram consultadas para enriquecer a elaboração do conteúdo e âmbito histórico das fotografias da FCPE.

Filippi, Lima e Carvalho (2002, p.61), que em sua obra utilizam a nomenclatura “catalogação” e “ficha catalográfica” para se referir a descrição de fotografias em arquivos e seu instrumento, inferem que a “catalogação é um trabalho de equipe, por isso, seus autores devem ser devidamente identificados, para que seja possível visualizar o crescimento da pesquisa ao longo da trajetória do documento na instituição”. Assim, os autores mencionados, já apontavam a necessidade de indicar o nome da pessoa ou grupo envolvido no trabalho e ainda, orientavam o registro da bibliografia utilizada:

Não são raras as vezes em que recorremos a livros, teses, artigos e catálogos ou mesmo a documentos da própria coleção como cartas, diários e artigos de jornal para preencher de forma conveniente uma ficha catalográfica. Essas fontes nos ajudam a identificar uma imagem, atribuir uma legenda, recuperar o nome completo de um fotógrafo, só para citar alguns exemplos. Para que os dados levantados tenham confiabilidade e possam ser checados, caso haja qualquer dúvida, essas fontes devem estar citadas na ficha catalográfica, em um campo específico para esse fim, a bibliografia. (FILIPPI; LIMA; CARVALHO, 2002, p. 61)

Ainda na **Área de controle da descrição**, o instrumento contém os seguintes elementos: “**Regras ou convenções**”, que indica as normas seguidas na preparação da descrição, inclusive a própria NOBRADE; e “**Data(s) da(s) descrição(ões)**”, que registra a data em que a descrição foi preparada, podendo servir também para registrar data da revisão da mesma, quando e se ocorrer.

Por último, a **Área de pontos de acesso e indexação de assuntos**, compreende o elemento “**Pontos de acesso e indexação de assuntos**”, que permite que a entidade custodiadora identifique e registre outros pontos de acesso além dos elementos obrigatórios que serão objetos de indexação.

Na indexação dos assuntos presentes nos elementos Título, nos níveis de descrição 4 e 5, História administrativa/ biografia (2.1), Âmbito e conteúdo (3.1) e outros ainda, considerados estratégicos pela entidade custodiadora, devem ser observados o assunto tópico, área geográfica, nomes de entidades, eventos e períodos, seguindo-se as regras internacional e nacionalmente adotadas para formas autorizadas. (CONARQ, 2006, p. 60).

A NOBRADE conceitua e define os objetivos dos pontos de acesso e indexação de assunto, e ainda orienta os procedimentos de criação dos mesmos, garantindo a eficiência na recuperação da informação. Para Manini (2009, p. 12), o levantamento de termos para indexação, é o “momento que o profissional da informação realiza a tarefa mais importante em termos de análise de conteúdo: é a hora de reunir as palavras que farão com que o usuário se interesse – ou não – pelo documento”.

Nesse mesmo sentido, Fillippi, Lima e Carvalho orientam sobre os descritores, que “identificam os motivos da imagem e formam um vocabulário controlado. Cada motivo, estando indexado, pode servir como opção de acesso à imagem”. (2002, p. 58). Logo, aconselha-se também a criação de um vocabulário controlado para padronizar os termos de indexação de pontos de acesso, que ainda não foi elaborado por motivo do tempo de término desta dissertação.

Nesta seção, abordou-se a descrição das fotografias e seus elementos essenciais, bem como os elementos obrigatórios e complementares da NOBRADE selecionados para a descrição do referido acervo. A seguir, apresenta-se o ‘Catálogo Seletivo de Fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande 1958-1972’, instrumento de pesquisa resultante da descrição das fotografias do Fundo da FCPE, produto final da presente dissertação.

7.3 O CATALOGO, PRODUTO DA PESQUISA

Esta seção apresenta o produto resultante desta pesquisa, o catálogo de fotografias, através da identificação do conteúdo e estrutura do instrumento de pesquisa, com algumas considerações sobre o assunto.

O catálogo seletivo contém uma seleção de documentos de um ou mais fundos, reunidos conforme um assunto, lugar ou período de tempo, no qual cada unidade documental é descrita minuciosamente. Em outras palavras “descreve e ressalta os documentos mais

específicos ou de grande importância para a instituição ou pessoa do qual pertence” (OLIVEIRA et al, 2006, p.45).

Neste instrumento de pesquisa, aconselha-se incluir uma introdução com informações gerais que contextualizem o documento no interior do Fundo, séries e demais níveis, por exemplo. Também podem constar considerações que justifiquem a importância da elaboração deste tipo de instrumento.

O “Catálogo Seletivo de Fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande 1958-1972” (APÊNDICE B) contém a descrição de 56 fotografias que foram produzidas durante o período de existência e de funcionamento da instituição, sendo a primeira imagem do conjunto datada de 26 agosto de 1958 em ocasião da assembléia de instalação da Faculdade. O Catálogo ressalta 33 imagens fotográficas localizadas na CAG e 23 imagens custodiadas pelo NUME, entendidas como relevantes para a história da instituição, no qual cada unidade documental foi descrita minuciosamente.

O Catálogo está estruturado nos seguintes capítulos: a Apresentação, com informações gerais sobre o instrumento de pesquisa; o Contexto Histórico e de Constituição da FCPE, no qual aborda-se a constituição e história da FCPE, bem como o cenário no qual se consolidou como uma instituição de ensino superior; O Patrimônio Documental e Fotográfico da FCPE, que contém informações sobre a formação e conteúdo do acervo documental e fotográfico; as Regras e Convenções Utilizadas, com a identificação da norma utilizada como base para a descrição das fotografias e comentário sobre cada elemento escolhido; a Descrição das Fotografias, que apresenta a descrição das 56 fotografias; e para finalizar, as Referências utilizadas no catálogo.

A descrição das fotografias da FCPE, consideradas como item documental (nível 5) nesta pesquisa, teve como base a NOBRADE, recomendada pela literatura para que seja utilizada em âmbito nacional e adequada a descrição de qualquer documento, não importando seu suporte ou gênero.

Para a descrição do nível item documental são utilizadas as seguintes áreas da Norma: de identificação, de contextualização, de conteúdo e estrutura, de condições de acesso e uso, de fontes relacionadas, de controle da descrição e de pontos de acesso e indexação de assuntos. As áreas compreendem 15 elementos de descrição, sendo seis obrigatórios e nove opcionais necessários a complementação das informações.

Os elementos definidos pela NOBRADE como obrigatórios e incluídos na descrição de cada fotografia são: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; e nome(s) do(s) produtor(es). Os elementos opcionais selecionados são: Procedência;

Âmbito e conteúdo; Características físicas e requisitos técnicos; Unidades de descrição relacionadas; Nota sobre publicação; Nota do Arquivista; Regras ou Convenções; Data da descrição; e Pontos de acesso e indexação de assuntos. Cada elemento descritivo já teve sua importância e aplicação detalhada na seção anterior desta dissertação, e no Catálogo, conforme mencionado, consta no capítulo Regras e Convenções Utilizadas.

Como procedimento do sistema de arranjo em nível mais específico, as fotografias da FCPE foram associadas a dossiês ou processos que reúnem documentos relacionados entre si por assunto ou oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa, cuja referência foi indicada no elemento “Unidades de descrição relacionadas” do instrumento.

Assim, as 56 fotografias descritas estão organizadas e vinculadas às seguintes categorias de assuntos: 1 fotografia referente a Assembléia de **Instalação** da FCPE; 4 fotografias sobre a **sede e dependências** da Faculdade; 1 fotografia sobre o **concurso de habilitação para ingresso** no Curso de Ciências Econômicas; 18 fotografias referentes as solenidades **de colação de grau, formaturas e bacharéis recém-formados** da primeira turma do Curso; 4 fotografias que retratam **palestras, conferências e confraternização** (gestão de eventos); e 28 fotografias sobre o **processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire** que retratam as dependências do Colégio destinadas à administração e direção e as áreas pedagógica, de circulação, social, de educação física e recreação.

Dando continuidade a este trabalho, pretende-se divulgar o Catálogo, proporcionando o acesso e assegurando a difusão do acervo fotográfico da FCPE do Rio Grande e sua relevância para a comunidade. A divulgação da descrição deverá ocorrer no site institucional da FURG, no site da PROPLAD, e na rede social (*Facebook*) da CAG. Também será disponibilizado cópia impressa à Coordenação de Arquivo Geral, e outras digitais em formato *word* e PDF.

Como sugestão, o trabalho de descrição realizado nas imagens fotográficas poderá ser acrescentado futuramente na plataforma institucional de acesso – o Atom, disponível no portal institucional, site da FURG, de modo a facilitar e ampliar o acesso. Esta ação deve ocorrer após atualização da versão do software e em conjunto com os demais instrumentos de descrição já existentes no âmbito da CAG.

Neste capítulo, apresentou-se os resultados alcançados na pesquisa. No próximo capítulo, por fim, apresenta-se a conclusão, com as considerações finais sobre a pesquisa.

8 CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão no referencial teórico na área com vistas a atingir o objetivo geral e colaborar para uma melhor compreensão do tema, especialmente nas temáticas sobre patrimônio, fotografia e descrição arquivística. Em seguida e de acordo com a literatura arquivística, foram realizadas as atividades práticas propostas, as quais foram apresentadas e analisadas como resultados da dissertação.

Para cumprir o primeiro objetivo específico do trabalho, que era investigar o contexto histórico e de formação do patrimônio documental e fotográfico da FCPE, foi necessário realizar primeiramente uma pesquisa sobre a criação e história da FCPE, bem como de sua unidade vinculada didática, administrativa e financeiramente, o CTCFF.

Assim, a pesquisa ocorreu em fontes primárias que constituem o Fundo Documental da FCPE e em referenciais bibliográficos, que permitiram compreender a constituição e atuação histórica da Faculdade e o cenário no qual se consolidou como uma instituição de ensino superior reconhecida. Em seguida, realizou-se o diagnóstico e levantamento de informações gerais a respeito do acervo documental e fotográfico da FCPE, o que possibilitou a análise da formação e de conteúdo do acervo.

As ações realizadas garantiram subsídios para uma interpretação e descrição das fotografias da FCPE consistente aos pesquisadores, segundo objetivo específico proposto. Através do estudo sobre a descrição arquivística e normas utilizadas em arquivos a posterior análise dos elementos essenciais na descrição de fotografias, foram definidos 15 elementos de descrição da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, incluídos os obrigatórios e distribuídos em sete áreas, para a descrição das fotografias da FCPE.

O terceiro objetivo específico que era elaborar um catálogo seletivo de fotografias, com vistas a preservação e divulgação da memória institucional, foi concretizado com o “Catálogo Seletivo de Fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande 1958-1972”, produto final da presente dissertação.

No catálogo, além da descrição de 56 fotografias do Fundo FCPE, considerou-se como adequado incluir uma introdução com informações referentes a história administrativa e conteúdo documental da FCPE, bem como sobre a estrutura e importância do instrumento de pesquisa. Verifica-se que esta recomendação, esta de acordo com a literatura da área que

recomenda que a unidade de descrição esteja contextualizada no interior do conjunto documental (fundo, séries e demais níveis).

Ao término desta pesquisa observou-se a evolução do campo arquivístico em relação a padronização da descrição, internacionalmente sistematizada na década de 1990, e na década posterior, nacionalmente. As normas oferecem uma uniformidade e consistência em seus conteúdos, além de ser uma base segura e eficiente na produção de instrumentos de pesquisa, evitando ações inúteis originada por improvisos e presença de dados desnecessários.

Além disso, a estrutura e a capacidade de compreensão oferecida pelas normas aos profissionais que a empregam garantem a qualidade na produção e implementação de instrumentos de descrição, sendo possível sua adaptação de acordo com a realidade do elemento descrito. Por essa razão, as normas não oferecem o instrumento pronto para a publicação, e sim uma estrutura, formada por áreas e elementos de descrição, com as informações julgadas necessárias para atingir a finalidade de cada norma.

Na elaboração do instrumento de pesquisa, o Catálogo Seletivo de Fotografias da FCPE, constatou-se que as áreas e elementos de descrição selecionados foram suficientes para registrar informações das imagens fotográficas relevantes à identificação e divulgação aos pesquisadores e usuários em potencial.

Em campo específico, indicou-se a forma autorizada do nome do produtor dos documentos, assim aconselha-se elaborar futuramente o Registro de Autoridade Arquivística da FCPE baseado na Norma *ISAAR (CPF)*. A descrição separada do produtor demonstraria com eficácia a relação dos documentos com a instituição produtora e contribuiria aos trabalhos de descrição no âmbito da FURG.

Logo, conclui-se que a produção e utilização do Catálogo, beneficia a Instituição custodiadora da seguinte forma: maior qualidade e caráter profissional ao trabalho; contribuição ao trabalho de descrição arquivística na Instituição, com procedimentos padronizados, seguros e metodológicos; controle interno do acervo fotográfico da FCPE, como procedência e características físicas da unidade de descrição; preservação dos documentos originais, ao evitar buscas desnecessárias e reproduções; difusão do acervo; incentivo a pesquisa; acesso a descrição das imagens fotográficas via *internet* através da disponibilidade do Catálogo no *site* da FURG; e possibilidade de satisfazer prováveis necessidades e expectativas dos usuários.

Em relação a este último item, fica como sugestão a realização de pesquisa de opinião aplicada aos usuários e pesquisadores que investigue a qualidade e desempenho do Catálogo de fotografias produzido. Cabe ressaltar que a atividade não foi realizada por motivo do

tempo de término desta dissertação, mas é notável que possui grande valor estratégico no conhecimento e avaliação das necessidades e satisfação dos usuários do arquivo.

As fotografias, utilizadas como fonte documentais, servem como informação das atividades administrativas e de ensino praticadas pela FCPE durante o período de seu funcionamento. Além disso, as lembranças e histórias evocadas com o auxílio dos documentos textuais produzidos na época, permitiram enriquecer a pesquisa histórica referente aos personagens e fatos retratados nas imagens.

Dessa forma, essas fotografias ao materializam os momentos históricos e sociais praticados pela Faculdade, contribuem tanto para a memória individual e as recordações dos momentos vivenciados pelo grupo e indivíduos que passaram pela instituição de ensino, como para a preservação da memória institucional e história de uma das Faculdades que deram origem a FURG.

Assim, o desenvolvimento das atividades propostas e os resultados obtidos nesta pesquisa permitiram promover a descrição arquivística nas fotografias contribuindo para a preservação, acesso e difusão do patrimônio fotográfico da FCPE do Rio Grande e sua relevância para a comunidade universitária e rio-grandina.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. **A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 34-48.

AMARAL, Thiago Farias. **Origem e evolução da atividade industrial no Município do Rio Grande no contexto econômico do Estado do Rio Grande do Sul: Do final do século XIX aos meados da década de 1960.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Acervo:** Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 25 jul.2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Portaria nº 92, de 23 de setembro de 2011.** Aprovar o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior. Arquivo Nacional. Disponível em:<http://siga.arquivonacional.gov.br/images/codigos_tabelas/portaria_an_n92_23_09_2011.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. **Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020.** Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-47-de-14-de-fevereiro-de-2020>> Acesso em: 09 fev.2021.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo/Conselho Nacional deArquivos** — Rio de Janeiro: O Conselho, 2005. 20p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos.** São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo. 2002.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Universidade e arquivos: perfil, história e convergência.** *Transinformação*, Campinas, v.1, n.3, set./dez. 1989, p.15-28. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1679/1650>>. Acesso em 30 jul. 2019.

BEZERRA, Juliana; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial : histórico, conceitos e processos**. Brasília, DF : Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. 63 p. : il. ; 28 cm.

BORTHEIRY, Aída Luz Meirelles. **Memória FURG – NUME**: Fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os Arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2008.

BOTTINO, Mariza. **Arquivo universitário**: sonho ou realidade? In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). *Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa*. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, p. 23-35, 2012.

BRITO, Luciana Souza de; RODRIGUES, Mateus de Moura. **A fotografia digital como técnica de reprodução de documentos**: Abordagens práticas no ensino de reprografia no Curso de Arquivologia da FURG. In: BRITO, Luciana de Souza. (Org.) *Ensaio teórico-práticos em Arquivologia*. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, p. 17-46, 2016.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos Do Brasil: promulgada em 16 de julho de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 13 abril de 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 jul. 2019.

BRASIL. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **2º Relatório sobre a implementação da Lei nº12.527**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/relatorio-2-anos-lai-web.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº774**, de 20 de agosto de 1969. Autoriza o funcionamento da Universidade do Rio Grande, RS, e dá outras providências. Disponível em : <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0774.htm> Acesso em: 30 de mar.2021

BRASIL. **Lei nº378**, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da educação e Saúde Pública. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 13 de abril de 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.456**, de 04 de julho de 1978. Dispõe sobre as atribuições do arquivista e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em 29 de jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm> Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº4.073**, de 03 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm> Acesso em: 08 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 4.915**, de 12 de dezembro de 2003. Cria o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da Administração Pública Federal e da outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2003/decreto-4915-12-dezembro-2003-497188-norma-pe.html>> Acesso em: 08 fev.2021.

BRASIL. **Decreto nº10.148**, de 2 de dezembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm> Acesso em: 08 fev.2021.

BRITO, Luciana Souza de; RODRIGUES, Mateus de Moura. **A fotografia digital como técnica de reprodução de documentos**: Abordagens práticas no ensino de reprografia no Curso de Arquivologia da FURG. In: BRITO, Luciana de Souza. (Org.) Ensaio teórico-práticos em Arquivologia. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, p. 17-46, 2016.

CAETANO, Ademir Cavalheiro. **Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS**: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969). Pelotas: UFPEL, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3631365> Acesso em: 29 mar.2021.

CAETANO, Ademir Cavalheiro; Weiduschadt, Patrícia. **Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, RS**: ensino superior e alterações do cotidiano da cidade do Rio Grande. In: Revista Brasileira de Ensino Superior–REBES , 2(3): 67-78, jul.-set. 2016 - ISSN 2447-3944. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1346>> Acesso em 22 dez.2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Dicionário de terminologia arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.

CAMARGO, Eliete Regina Rabaioli. **Difusão de acervos fotográficos**: O patrimônio documental de instituições de Santa Maria - RS. Santa Maria: UFSM, 2017. Dissertação

(Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/13984>> Acesso em: 1 ago. 2020.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Bibliotecas/** Norma Cianflone Cassares e Cláudia Moi. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 80 p. (Projeto Como fazer, 5).

CASTANHO, Denise Molon; et al. **Uma política de arranjo documental para a Universidade Federal de Santa Maria.** Santa Maria: UFSM, CCSH, Departamento de Documentação, Curso de Arquivologia, 2001.

CIA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF):** norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias: segunda edição. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_Guidelines_ISAAR_Second-edition_PT.pdf> Acesso em: 25 nov. 2020.

CIA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G):** norma geral internacional de descrição arquivística. Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isad_g_2001.pdf> Acesso em: 10 ago. 2019.

CIA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDF:** Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: <https://www.ica.org/sites/default/files/CBPS_2007_Guidelines_ISDF_First-edition_PT.pdf> Acesso em 25 nov. 2020.

CIA. CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISDIAH:** Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico/Conselho Internacional de Arquivos; tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. - Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Disponível em: <https://www.academia.org.br/sites/default/files/conteudo/norma_internacional_para_descricao_de_instituicoes_com_acervo_arquivistico.pdf> Acesso em: 29 nov.2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: <<http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **Resolução Nº 41, de 9 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. Disponível em: <<http://conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/283-resolucao-n-41,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>> Acesso em: 07 ago. 2019.

CONSTANTE, Sonia Elisabete. **Narrativa jornalística e memória institucional: A Universidade de Santa Maria no Jornal A Razão.** Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Santa Maria, POSCOM, Santa Maria, RS, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/16369>>. Acesso em: 29 jul.2020.

CORAZZA, Gentil (Org.). **História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 288 p. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/fce/institucional/>> Acesso em: 13 set.2021.

DICIONÁRIO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros – Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura,1996.

EDMONDSON, Ray. **Memória do mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental.** Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ENARQUIFES. Encontro Nacional de Arquivistas das IFES, 1. 2009. A atuação dos arquivistas nas IFES: desafios e perspectivas de cooperação. Goiânia. **Carta de resoluções.** Goiânia: UFG, 2009. 26 p. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/91/o/CARTA-I_ENARQUIFES.pdf> Acesso em: 14 set. 2021.

ENARQUIFES. Encontro Nacional de Arquivistas das IFES, 2. 2011. Políticas arquivísticas nas IFES: das práticas à construção de novos rumos. João Pessoa. **Anais...João Pessoa:** UFPB, 2011. 65 p. Disponível em: <<http://www.arquivogeral.ufcg.edu.br/arquivos/2%20Enarquifes.pdf>> Acesso em: 14 set.2021.

ENARQUIFES. Encontro Nacional de Arquivistas das IFES, 3. 2013. Os Arquivos das IFES e a Missão Institucional". **Programação.** Disponível em: <<https://iiienarquifes.blogspot.com/>> Acesso em: 15 set.2021.

ENARQUIFES. Encontro Nacional de Arquivistas das IFES, 5. 2017. Arquivologia em transição: os desafios contemporâneos dos arquivistas das IFES. **Programação.** Disponível em: <<https://arquifes.org/5-enarquifes/>> Acesso em: 16 set. 2021.

FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. **Regimento do Colégio Técnico Comercial “Fernando Freire”.** 1966. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1959.

FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. **Relatório de Inspeção da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Rio Grande - 1º Período do Ano de 1959.** Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1959.

FANTINEL, Elisângela Gorete. **Arquivo Universitário: Preservação e acesso ao patrimônio documental arquivístico da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias.** São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto como fazer, 4).

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, n.1-2, v.20, p. 23-30, jan./dez. 2007. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/68/68>>. Acesso em 06 jul. 2019.

GIACOBBO, Luiz Arthur M. **Meu tempo, minha vida.** KBR Editora Digital Ltda, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Editora: Revista dos Tribunais Ltda, 1990. Tradução de: La mémoire collective 2^a ed. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf> Acesso em: 24 jul. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial: reflexões e práticas** – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. (Caderno temático ; 2).

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006).** In: IX ENANCIB – Diversidade cultural e políticas de informação. São Paulo – USP, 2008. Anais... Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30774-32938-1-PB.pdf>> Acesso em: 09 fev. 2021.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al]. Campinas: SP Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>> Acesso em: 23 jul. 2020.

LOPES, Luís Carlos. **A informação e os arquivos: teorias e práticas.** Niterói: EDUFF; São Carlos (SP): EDUFS-Car, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: Elaboração de instrumentos de pesquisa.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

MANINI, Miriam Paula. **A fotografia como registro e como documento de arquivo.** p.1-42, Brasília, 2007. Disponível em:

<https://www.academia.edu/24771680/A_fotografia_como_registro_e_como_documento_de_arquivo> Acesso em: 10 ago. 2020.

MANINI, Miriam Paula. **Aspectos informacionais do tratamento de documentos fotográficos tradicionais e digitais.** In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 10., 2009, João Pessoa. Anais...João Pessoa: UFPB, 2009. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/82>> Acesso em: 9 de dez. 2020.

MANINI, Miriam Paula. **Preservação de documentos especiais.** In: RIC: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Brasília, v. 9, n. 2, p. 528-563, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/RIC/article/view/2427>> Acesso em: 20 jul. 2020.

NASCIMENTO, Maiara de Arruda. **Arranjo e descrição do Acervo Documental Memória Acadêmica: Vestígios da ditadura civil-militar na UFSM.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, 2017. Disponível em <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/14399>> Acesso em 30 ago.2021.

OLIVEIRA, Ângela Aparecida de; RODRIGUES, Alécia Silva; RODRIGUES, Alex Silva; SOUSA; Ana Paula de Moura. **Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico.** Rio de Janeiro, v.2, n.2, p 38-51, ago/dez. 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **O fechamento da Swift na cidade do Rio Grande/Rs (1960): O pior revellion de todos os tempos.** In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 27-31 de julho de 2015, Florianópolis- SC. Anais... ANPUH. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/site/anaiscomplementares#php2go_top> Acesso em: 8 de abril de 2021.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. **Memória Individual e Memória Coletiva.** In: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, pp.339-348. Janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/memoria-individual-e-coletiva>> Acesso em: 14 de jul. 2020.

PAES, M.L. **Arquivo: Teoria e prática.** 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREZ, Carlos Blaya. Difusão dos arquivos fotográficos. In: **Caderno de Arquivologia 2**, Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Documentação, Curso de Arquivologia, N. 2. Santa Maria: UFSM, 2005, p. 07-22.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O mundo da imagem: território da história cultural.** In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; ROSSINI, Miriam de Souza; SANTOS, Nádía Maria Weber (Orgs.). Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural. Porto Alegre, RS: Asterisco, 2008. p. 99-122.

RIO GRANDE. **Lei Municipal nº 737, de 26 de julho de 1966.** Institui o Colégio Técnico Comercial “Fernando Freire”.1966. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral.

RIO GRANDE. **Lei Municipal nº1718, de 10 de maio de 1966.** Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº1439, de 23 de outubro de 1962. Disponível em: <<https://camara-municipal-de-rio-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/533107/lei-1718-66>> Acesso em: 29 de mar.2021.

SANTOS, Andrea. Gonçalves; SCHWARZBOLD, Karin Christine.; VIERO, Tatiane Vedoin. **Patrimônio documental da FURG:** consolidação da memória institucional. In: Revista Ciência em Extensão - UNESP, v.10, n.1, p. 83-97, 2014. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex> Acesso em 18 fev. 2020.

SALA, Dalton. **Mário de Andrade e o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional.** In: Revista Inst. Est. Bras., SP, 31: 19-26, 1990.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos:** princípios e técnicas. 6 ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

SCHILLING, Getúlio. **A arte fotográfica e o teatro em Santa Maria.** Santa Maria: Pallotti, 2005.

SCHVAMBACH, Janaína. **A fotografia como fonte de pesquisa e sua ficção documental.** In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira. (Org.). Fotografia e Memória. 01ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2009, v. , p. 153-161. Disponível em: <<https://www.unochapeco.edu.br/en/arquitetura/downloads/a-fotografia-como-fonte-de-pesquisa-e-sua-ficcao-documental>> Acesso em: 5 ago. 2020.

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. **A fotografia como fonte histórica e documento arquivístico: a evidência e o registro.** In: Luciana de Souza Brito. (Org.) Ensaios teórico-práticos em Arquivologia. Rio Grande, RS: Ed. da FURG, p. 75-96, 2016.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa de. **O arquivista e as políticas públicas de arquivo.** In: Congresso Nacional de Arquivologia, 2., 2006, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: ABARQ/UnB, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/1026>> Acesso em: 10 fev.2020.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **O processo de modernização museal do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME):** trilhando um caminho para a preservação.In: Revista Museologia e Patrimônio Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 7 n.1, p 145-154, 2014. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/issue/view/19>> Acesso em 18 ago 2021.

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo; TAMBARA, Elomar Callegaro. **O regime de cátedra no ensino superior:** os primeiros professores da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 51, p. 54–63, 2013. DOI:10.20396/rho.v13i51.8640263. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640263>> Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, Rita Barreto de Sales. **Memória Individual e Memória Coletiva**. In: Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 13, pp.339-348. Janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/memoria-individual-e-coletiva>> Acesso em: 14 de jul. 2020.

TORRES, Luiz Henrique. **História & educação patrimonial da cidade do Rio Grande**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2 ed. 2005, 224 p. Disponível em: <<https://alexandraaguirreucb.files.wordpress.com/2018/04/traquina.pdf>>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. (FURG). **Catálogo Geral da Universidade Federal do Rio Grande**. 2015. Disponível em: <https://acessoainformacao.furg.br/images/catalogos/catalogo_2015.pdf> Acesso em: 22 mar.2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. **Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande**. 2008. Disponível em: <<http://www.conselhos.furg.br/estatuto/estatuto.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (FURG). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2022**. 2019. Disponível em: <https://pdi.furg.br/images/PDI_2019-2022_-_21052019.pdf> Acesso em: 01 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. (FURG). **PROPLAD – Site**. Disponível em: <<https://proplad.furg.br/arquivo>> Acesso em: 28 de jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. (FURG). **Regimento Geral da Universidade Federal do Rio Grande**. 2009. Disponível em: <<https://sistemas.furg.br/sistemas/paginaFURG/arquivos/menu/000000209.pdf>> Acesso em: 18 mar.2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG (FURG). **Regimento Interno da Reitoria**. 2010. Disponível em: <<https://conselhos.furg.br/regimentos/regimento-reitoria>> Acesso em: 16 fev.2020.

VENÂNCIO, Renato. **Arquivos universitários no Brasil: esboço de uma cronologia**. In: VENÂNCIO, Renato; NASCIMENTO, Adalson (Org.). **Universidades & Arquivos: gestão, ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, p. 37-57, 2012.

VIEIRA, César Bastos de Mattos. Contribuição à metodologia de Boris Kossoy. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural - Escrita, circulação, leituras e recepções, 2014, São Paulo. **Anais...**São Paulo: Universidade de São Paulo – USP, 2014. Disponível em: <<http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Cesar%20Bastos%20de%20Mattos%20Vieira.pdf>> Acesso em: 2 ago. 2020.

VIERO, Tatiane Vedoin. **A constituição do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NUME (1994-2014)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/listaTrabalhoConclusao.jsf>> Acesso em 16 ago.2021.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA USO E REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DA CAG/ FURG

Eu, _____,
(nome da pessoa legalmente qualificada para assinar o termo) portador
 (a) do CPF nº _____, na qualidade de
 () pessoa física () representante legal do (a)

(razão social)

CNPJ nº _____ domiciliado(a) à _____

(no caso de pessoa física, preencher com endereço completo - rua, número, bairro, cidade e CEP - e telefone residenciais, no caso de representante legal de pessoa jurídica, informar o endereço completo e telefones da empresa ou órgão representado).

Declaro:

- a) Estar ciente que o uso e reprodução tem finalidade pessoal, acadêmica e/ou científica, sendo expressamente proibido comercializar essas imagens, em qualquer hipótese ou para quaisquer pessoas ou instituições;
- b) Utilizar as reproduções do acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG cujas referências vão relacionadas ao final para única e exclusiva reprodução em:

_____;

- c) Estar de acordo em mencionar o crédito à Coordenação de Arquivo Geral da FURG por ocasião da sua utilização na forma: “**Acervo da Coordenação de Arquivo Geral da FURG - Brasil**”;

- d) Assumir o compromisso de não utilizar as imagens em outros trabalhos, edições, tiragens e publicações que não os especificados na presente solicitação e não repassar a terceiros as reproduções que me forem cedidas.

Relação dos documentos reproduzidos: _____

Rio Grande/RS, _____ de _____ de 202__.

 Assinatura do requerente

Autorizado em __/_____/____.

 Assinatura do responsável – Equipe Técnica

ANEXO B- DESCRIÇÃO DO FUNDO FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS (NÍVEL 1)

Código de referência: BR RSFURG FCPE

Título: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas – FCPE (Fundo)

Data(s) baliza: 1956-1972

Dimensão e suporte: Documentos textuais e documentos iconográficos não mensurados.

Nome do produtor: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas

História administrativa: A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi criada pela Lei Municipal nº 875 de 22 de julho de 1955, na gestão do Dr. Alvaro Ribeiro Pereira e tendo sido idealizada na gestão do Presidente Frederico Ernesto Buchollz. Julgada apta para funcionamento pelo Decreto Municipal nº 1.803, de 11 de agosto de 1957, seu primeiro diretor foi Roberto Coimbra Edon. Através do Decreto Federal nº 43.563, de 24 de abril de 1958, conforme publicado no Diário Oficial da União – D.O.U. de 29 de abril do mesmo ano após o parecer do Conselho Federal de Cultura, que julgou apto seu funcionamento. Instalada pelo prefeito no prédio da Escola de Belas Artes, passou a funcionar no dia 16 de março de 1959, com aula inaugural realizada pelo Dr. Odenath Pereira Ferreira. Permanece no prédio até o ano de 1966 quando translada-se ao prédio localizado na rua Luiz Loréa nº 261 até o ano de 1972. Foi transformada em autarquia, na gestão do Dr. Horácio Ubatuba de Farias, no dia 23 de outubro de 1962, sendo na ocasião o Dr. Aldo Lapoli, diretor da instituição. O curso de Economia tem seu reconhecimento pelo Decreto nº 61.401 de 22 de setembro de 1967, conforme publicado no diário oficial de 25 de setembro do mesmo ano. Mantida pela Prefeitura municipal, passa a integrar a Universidade do Rio Grande – URG em março de 1970.

Procedência: Acumulação da própria instituição.

Âmbito e conteúdo: Documentos produzidos no decorrer das atividades-meio e fim da FCPE. Encontram-se também álbuns de fotografias com eventos, relatórios encaminhados para o reconhecimento do curso perante o Ministério da Educação e dossiês acadêmicos

Avaliação, eliminação e temporalidade: Documentos em fase permanente. Existem indícios de eliminação de documentos.

Sistema de arranjo: O fundo encontra-se organizado em: séries (Administração geral, Ensino superior e Assuntos diversos), dossiês e itens documentais.

Condições de acesso: Acesso e pesquisa no Arquivo mediante solicitação.

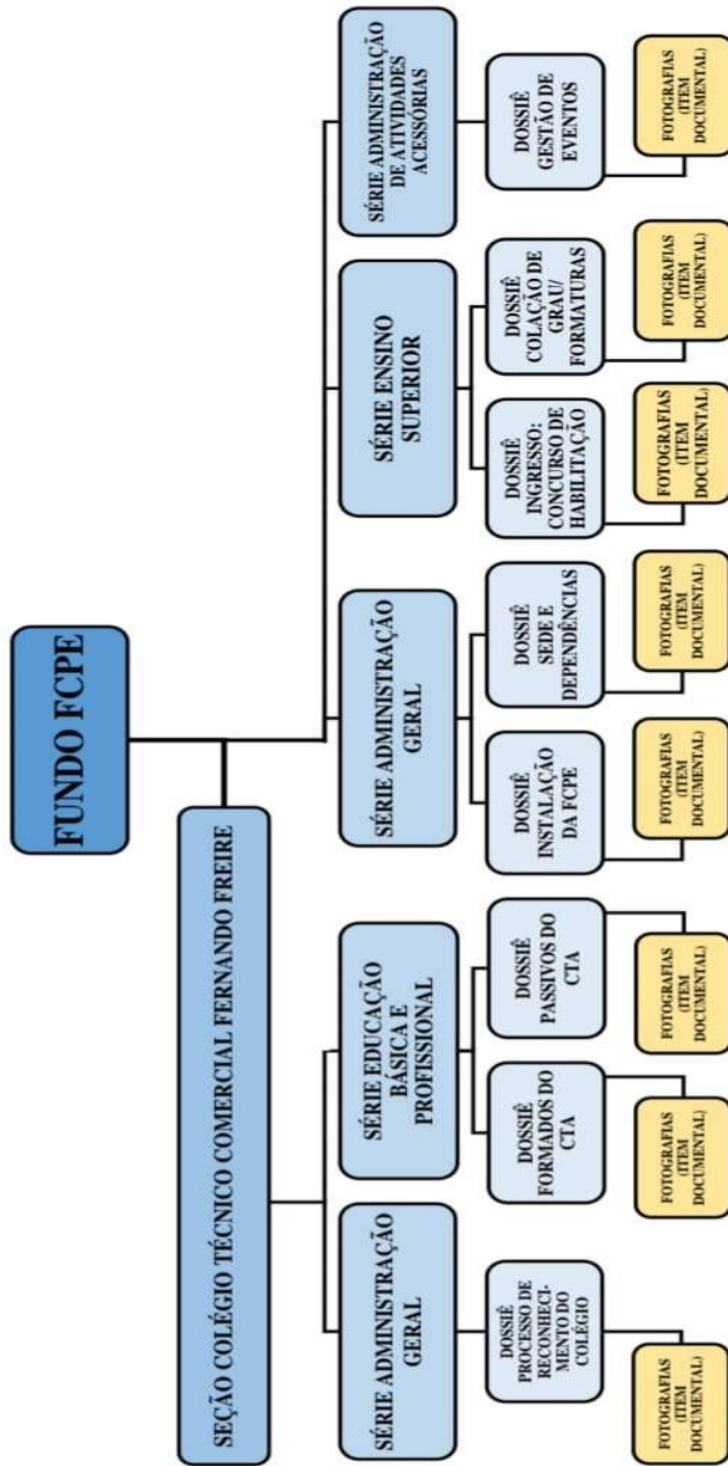
Idioma: Português.

Características e requisitos técnicos: Alguns documentos apresentam sujidade, furos, manchas, esmaecimento. Necessidade de pequenos reparos em alguns documentos.

Instrumentos de pesquisa: Não há.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUADRO DE ARRANJO DO FUNDO FCPE



**APÊNDICE B – CATÁLOGO SELETIVO DE FOTOGRAFIAS DA FACULDADE DE
CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DO RIO GRANDE 1958-1972**



INFORMAÇÕES GERAIS

Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Catálogo Seletivo de Fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande - 1958-1972

ADMINISTRAÇÃO FURG

Reitor

Danilo Giroldo Reitor

Vice-reitor

Renato Duro

Dias **Pró-**

Reitor

Diego D'Ávila da Rosa – Planejamento e Administração -

PROPLAD

ELABORAÇÃO DO INSTRUMENTO

Autoria

Greta Dotto Simões

Orientação

Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad

Capa e Diagramação

Filipe Silva Pffingstag

*Produto da pesquisa de Mestrado vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria.

*Ano de produção: 2022

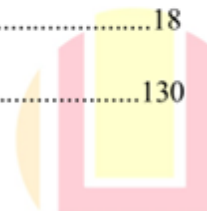
3



SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Contexto Histórico e de Constituição da FCPE.....	7
O Patrimônio Documental e Fotográfico da FCPE.....	14
Regras e Convenções Utilizadas.....	16
Descrição das Fotografias.....	18
Referências.....	130

4



APRESENTAÇÃO

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE), segunda unidade de ensino superior do Município de Rio Grande, foi criada pelo poder público municipal e abrigou o Curso de Ciências Econômicas e o Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. A Faculdade funcionou entre os anos de 1959 até 1972, sendo que em 1969 foi incorporada à FURG, devido a mudança ocasionada pela Reforma Universitária no país.

A FCPE, durante o desenvolvimento de suas atividades, foi responsável pela produção e formação de um importante acervo documental que constitui o Fundo Documental da instituição, custodiado pela Coordenação de Arquivo Geral da FURG. Como destaque, apresentam-se as fotografias que retratam as atividades administrativas e de ensino praticadas e servem como fonte de informação e preservação da identidade e da memória institucional.

O “Catálogo Seletivo de Fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande 1958-1972” contém a descrição de 56 fotografias produzidas durante o período de funcionamento da instituição, desde a data da assembleia de sua instalação em 26 de agosto de 1958 até o ano que perdurou as atividades, em 1972.

O Catálogo está estruturado nos seguintes capítulos: a Apresentação, com informações gerais sobre o instrumento de pesquisa; o Contexto Histórico e de Constituição da FCPE, no qual aborda-se a constituição e história da FCPE, bem como o cenário no qual se consolidou como uma instituição de ensino; O Patrimônio Documental e Fotográfico da FCPE, que contém informações sobre a formação e conteúdo do acervo; as Regras e Convenções Utilizadas, com a identificação da norma de descrição utilizada e comentário sobre cada elemento escolhido; a Descrição das Fotografias, que apresenta a descrição das 56 fotografias; e para finalizar, as Referências utilizadas no catálogo.

O instrumento de pesquisa foi produzido como resultado da dissertação “O patrimônio fotográfico da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande (1955-1972): Descrição arquivística e preservação da memória”, do Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da UFSM, sob a orientação da Profa. Dr.ª Gláucia Vieira Ramos Konrad.

A expectativa é que a descrição das imagens possibilite ao pesquisador ampliar sua visão em relação ao conteúdo e contexto de produção do acervo documental de uma das Faculdades que deram origem a FURG, bem como as potencialidades para a pesquisa histórica. A produção e divulgação do Catálogo visa contribuir para a preservação, acesso e difusão do acervo fotográfico da FCPE e sua relevância para a comunidade.

CONTEXTO HISTÓRICO E DE CONSTITUIÇÃO DA FCPE

O Município de Rio Grande, considerado o mais antigo do Rio Grande do Sul e de colonização portuguesa, está localizado no litoral sul do Estado, entre a Lagoa Mirim, a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico. Sua economia concentra-se na maior parte na atividade portuária, sendo um dos grandes responsáveis pela exportação de grãos e importação de contêineres e fertilizantes do país.

No final da década de 1950 e início da década de 1960, o Município enfrentou um momento de instabilidade econômica, provocado pelo fechamento de grandes empresas e o consequente aumento do desemprego. Esse cenário, associado a ausência de instituições de ensino superior no Município, ocasionava a evasão de muitos estudantes a outras localidades em busca de qualificação. “Essa força jovem, concluídos os cursos, raramente retornava à sua cidade de origem para participar do processo histórico, cultural e socioeconômico da mesma.” (FURG, 2015, p.11)

Assim, em 8 de julho de 1953, foi criada a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), entidade privada sem fins lucrativos, com caráter técnico educativo, formada por um grupo de empreendedores do Município, que tinham como objetivo implementar os cursos de ensino superior e técnico no Município. Liderado pelo Engenheiro Francisco Martins Bastos, obteve adesões importantes, como da Prefeitura Municipal, Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, empresas do pólo pesqueiro local, do porto marítimo, da refinaria de petróleo, do comércio, e de pessoas físicas interessadas no desenvolvimento e capacitação de recursos humanos necessários ao complexo industrial e comercial da cidade.¹

A primeira instituição de ensino superior criada em Rio Grande, em maio de 1955, foi a Escola de Engenharia Industrial (EEI), que teve a FCRG como entidade mantenedora, conforme era exigido pelo Ministério da Educação e Cultura. Em seguida, com o objetivo de fortalecer as mudanças provocadas pela consolidação da primeira instituição de ensino superior e evitar que estudantes se direcionassem a outros centros urbanos a procura de cursos superiores, o poder público municipal com o apoio da FCRG planejou a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (FCPE).

A FCPE, foi criada pela Lei Municipal nº 875, de 22 julho de 1955, na gestão do prefeito Sr. Frederico Ernesto Buchholz, com a previsão de ser mantida pela Prefeitura Municipal. Tinha como objetivo ministrar o ensino superior das Ciências Políticas e Econômicas, com o fim de formar profissionais nestas especialidades.

¹ Informações retiradas do site da Fundação Cidade do Rio Grande. Disponível em: <<http://www.fcrg.org.br/>>.

A FCPE teve seu funcionamento previsto a partir de 1956, entretanto, somente em 1958 ocorreu a autorização para o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas, através do Decreto Federal nº 43.563, de 24 de abril, assinado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek.

O ato de instalação ocorreu em 26 de agosto de 1958, no salão de festas da Escola de Belas Artes, presidido pelo então Prefeito Municipal Dr. Álvaro Ribeiro Pereira, e contou com a presença de várias autoridades locais. Ainda, na ocasião foram empossados os professores e o Diretor da Faculdade, o economista Roberto Coimbra Edom.

A Faculdade tinha como fins:

I-Ministrar o ensino superior das ciências econômicas, com o fim de formar profissionais nestas especialidades; II- Desenvolver a alta cultura especializada no campo das ciências cujo ensino ministra; III – Contribuir para o progresso das pesquisas relativas aos problemas econômicos e administrativos do país; IV – Cooperar no domínio da educação moral, fundando-a no respeito à dignidade da pessoa humana e aos seus direitos essenciais; V – Promover e facilitar a prática de investigações originais no ramo econômico social. (RELATÓRIO DA INSPEÇÃO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS DE RIO GRANDE..., 1959)

A administração da FCPE era exercida pelo Diretor, pelo Conselho Técnico Administrativo e pela Congregação dos Professores, de acordo com as normas gerais estabelecidas em seu Regimento. O Conselho Técnico Administrativo, constituído no primeiro ano de funcionamento da Faculdade, era formado por Alice Lotufo, representante da Diretoria da Educação e Saúde, e pelos professores Carlos Horst, Fernando Eduardo Freire, Francisco Bianchini e Jorge Luiz Suzini.

O Diretor Roberto Edom, empossado na ocasião de instalação da Faculdade, e o secretário Edio de Oliveira Cardoso, foram os primeiros responsáveis por orientar os serviços administrativos nas seguintes seções: Gabinete do Diretor; Expediente e Arquivo; Contabilidade e Tesouraria; Portaria; e Biblioteca. A Biblioteca contava com mais de 4.000 volumes nacionais e estrangeiros, e a Biblioteca Pública Municipal, era colocada à disposição da Faculdade.

A FCPE contava com o Diretório Acadêmico Fernando Ferrari (DAFF), constituído em 1959 como uma entidade civil com personalidade jurídica, com representação máxima da classe dos estudantes. Tinha como objetivo congregar os estudantes da Faculdade e cooperar com as demais entidades de classe estudantil, visando maior intercâmbio entre os estudantes.

O Diretório Acadêmico, através de seu Departamento de Divulgação e Propaganda, publicava artigos na imprensa local e distribuía folhetos em escolas de Rio Grande divulgando o curso de ciências econômicas e o seu valor na resolução dos problemas sociais e econômicas do Município e do país. O Diretório também promovia outras ações como seminários, esportes, excursões e visitas a zonas industriais.

O Curso de Ciências Econômicas, único curso mantido pela Faculdade, era regido pela legislação federal de ensino superior e pelo regimento interno da FCPE. O curso tinha previsão de duração de quatro anos, e funcionava no turno da noite, afim de facilitar o acesso a uma grande parcela de estudantes que trabalhavam durante o dia.

Os programas das disciplinas ministradas no Curso eram organizados e aprovados pelo Conselho Técnico Administrativo, e as disciplinas agrupadas, para fins didáticos e de pesquisa, nos seguintes departamentos: Departamento de Matemática e Estatística; Departamento de Economia e Finanças; Departamento de Contabilidade e Administração; e Departamento de Direito.

O primeiro período letivo de aulas iniciou em 1959, e contou com treze alunos matriculados, aprovados no primeiro Concurso de Habilitação para preenchimento de vagas da turma do curso de Economia. Os discentes da primeira turma foram: Eloy Ennes, Flávio de Figueiredo, Felício Leite, Hélio Mirapalheta Gomes, Iolanda Dirce de Figueiredo, José Duarte Ramos, José Martins de Castro, José Lipiarski, Leopoldo Cavallari Filho, Maria Alves Henriques, Oriente Guimarães Salomão Hias, Vetonil Dias de Oliveira e Wilson Santos Cardoso.

Para facilitar o ingresso de alunos, entre o período de 3 de agosto a 22 de dezembro de 1959, foi promovido um Curso preparatório ao Concurso de Habilitação para o ano de 1960. No Curso foram ministradas as disciplinas de português e matemática, pelos Professores Edison de Souza Mendonça e Wilson Santana, e contou com a presença de nove alunos.

Após a realização do Concurso de Habilitação em fevereiro de 1960, quatro nomes aparecem como aprovados e matriculados, todos participantes do curso preparatório organizado pela Faculdade, que foram: Eugênio Lopes, Eurípedes Falcão Vieira², Humberto Giovanni Guadagnini e José Augusto Neves Nicola. Entre os meses de abril a dezembro de 1960, foi realizado outro curso preparatório para o concurso de habilitação à 1ª série do Curso da Faculdade do ano seguinte.

² Eurípedes Falcão Vieira concluiu o Curso de Ciências Econômicas da FCPE em 1963 e alguns anos depois, em 2 de dezembro de 1972, assumiu como Reitor da FURG, atuando até o início do ano de 1977. Eurípedes Vieira também atuou como primeiro Secretário Municipal de Educação de Rio Grande, de 1969 à 1972, e concluiu graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (1966) e doutorado em Geografia pela Universidade del Salvador (2001). Atualmente, é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

A primeira sede da FCPE funcionou nas dependências da Escola de Belas Artes de Rio Grande³, também mantida pela Prefeitura Municipal. A partir do ano de 1964, passou a funcionar em prédio próprio localizado na Rua Luiz Loréa nº261, onde permaneceu até o ano de 1972. O novo local mais amplo para o funcionamento da Faculdade, recebeu algumas adaptações e permitiu melhorias no mobiliário e no espaço físico. Atualmente, o prédio abriga o Escritório Modelo de Assessoria Jurídica (EMAJ) da Faculdade de Direito da FURG.

Em 1962, na gestão do Prefeito Horácio Ubatuba de Faria, a FCPE foi instituída como órgão autárquico erigida como personalidade de direito público e com autonomia financeira, didática e técnico-administrativa, através da Lei nº 1439, de 23 de outubro. De acordo com o artigo 2º, que teve nova redação dada pela Lei Municipal nº1718, de 10 de maio de 1966⁴, “a autarquia terá por objetivo o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento das ciências políticas e econômicas para a formação de profissionais de nível universitário nesse ramo, bem como, instituir e manter cursos de grau médio” (RIO GRANDE, 1966).

Em 1967, o Curso de Economia da FCPE teve seu reconhecimento através do Decreto Federal nº 61401, de 22 de setembro, publicado no Diário Oficial de 25 de setembro de 1967. Caetano (2016) em sua obra relata de forma cronológica e com base em registros documentais, os esforços para o reconhecimento do Curso junto ao Ministério da Educação e Cultura, como a viagem do Diretor da Faculdade Sr. Aldo Lapolí ao Rio de Janeiro para tratar do assunto, e a adequação a uma proposta de alteração curricular sugerida pelo professor encarregado de analisar o processo de reconhecimento. Para o autor, o desfecho positivo foi o resultado de “uma batalha que durou seis anos de intensa luta para ver coroada de êxito o trabalho da municipalidade, professores e alunos.” (2016, p.88)

Vinculado a FCPE, em 1966 foi criado o Colégio Técnico Comercial Fernando Freire⁷, que tinha como finalidade ministrar cursos de nível médio, “correspondente ao 1º e 2º ciclo do Ensino Técnico Comercial, a adolescentes e adultos de ambos os sexos” (REGIMENTO DO COLÉGIO TÉCNICO COMERCIAL “FERNANDO FREIRE”, 1966, p.1). Foi considerada uma iniciativa de apoio ao desenvolvimento comercial e industrial de Rio Grande e de ampliação dos diversos ramos de atividades sociais e culturais.

³ Originária do Conservatório de Música do Rio Grande, fundado em 1922 e que em 1954, foi elevado à categoria de Escola de Belas Artes, conforme lei municipal de 3 de junho de 1954. Em 1965, através da Lei nº1687 de 09 de novembro, passou a ser denominada “Escola de Belas Artes Professor Heitor Figueira de Lemos”. Fonte: <<https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/>> Acesso em: 10 set. 2021.

⁴ De acordo com essa Lei, o regulamento da FCPE foi aprovado pelo Decreto Municipal nº 2.204, em 12 de dezembro de 1962.

⁷ A denominação foi escolhida, em homenagem ao administrador e político brasileiro Luis Fernando de Oliveira Freire, conhecido como Fernando Freire. Biografia completa disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/luis-fernando-de-oliveira-freire>> Acesso em: 8 set.2021.

Não havia no Município de Rio Grande, nem nas cidades vizinhas, um Curso Técnico de Administração, a existência veio então a preencher essa lacuna. Somado a necessidade da existência de um curso ginásio comercial para aquelas crianças que concluíam o curso primário, oriundas de famílias de baixa renda, o que representaria a oportunidade de uma vez concluído, maior chance de um emprego no Comércio. Com essa realidade, somado a intenção de difundir a cultura em geral, planejou-se a institucionalização do CTCFF.

Assim, a Lei Municipal nº 737, de 26 de julho de 1966, assinada pelo Interventor Federal do Município General Armando Cattani, determinou a criação do CTCFF e de acordo com seu artigo 2º, o Colégio passaria a funcionar “sob a orientação didática, administrativa e financeira da FCPE de Rio Grande, órgão autárquico do Município”. (RIO GRANDE, 1966).

Teve a autorização para o seu funcionamento previsto no Parecer nº211/1966, processo CEE nº13/1966 da Comissão de Ensino Médio

Superior do Conselho de Estadual de Educação (CEE), no qual consta a aprovação por unanimidade em sessão plenária em 15 de julho de 1966, por José Carlos Nunes, então presidente do CEE. A Portaria nº29208, de 6 de dezembro de 1966, determina a autorização para o funcionamento do CTCFF, pelo Secretário do Estado dos Negócios da Educação e Cultura, com os cursos comerciais de grau ginásio e colegial.

Os objetivos do CTCFF eram proporcionar aos alunos iniciação técnica e formação profissional, que permitiam ao educando integrar-se na comunidade e participar de trabalho produtivo ou prosseguir seus estudos. Para atingir plenamente seus objetivos e proporcionar uma educação integral, o Colégio Técnico tinha os seguintes princípios:

- a) Orientação ética e espiritualista, visando a solidariedade humana ao fim última da vida; b) Formação democrática, pela adoção dos princípios fundamentais e do mecanismo do regime democrático, proporcionando oportunidades de vivência daqueles princípios, como significação da própria liberdade e respeito à liberdade de outros e as diferenças individuais, atitude científica, interesse pela verdade, responsabilidade, consciência de direitos e deveres, exercício da cidadania, importância do princípio majoritário, espírito de iniciativa, hábito de colaboração, participação consciente e ajustada à própria comunidade, visando o bem comum, compreensão dos problemas nacionais e internacionais; c) Instrução de nível secundário, em prosseguimento à escola primária, de acordo com o currículo previsto em condições ambientais sadias, capaz de proporcionar formação cultural, humanística, estética e científica e preparação física; d) Integração com o meio social e o ajustamento individual; e e) Intercâmbio entre todos os serviços da escola, mantendo clima de compreensão, colaboração e solidariedade entre direção, corpos docentes e discente e fiscal administrativo. (REGIMENTO DO COLÉGIO TÉCNICO COMERCIAL “FERNANDO FREIRE”, 1966, p.1)

Assim, o CTCFF manteve o Curso Técnico de Administração (CTA), com duração de três anos em período noturno, e o Curso Ginásio-Comercial (CGC), em período diurno em dois turnos. As atividades escolares ocorriam nas dependências da Escola de Belas Artes, instituição mantida pela Prefeitura Municipal de Rio Grande conforme mencionado anteriormente, sendo que as reuniões festivas dos alunos, palestras, conferências e atos solenes da Congregação dos Professores eram realizadas em seu auditório.

Conforme o regimento do CTCFF, as funções administrativas da unidade eram distribuídas nos seguintes setores: da Administração Geral, que ficava a cargo de um diretor, dois assistentes do diretor e uma Congregação de Professores; e dos Serviços Administrativos, que abrangiam os setores de Secretaria, Tesouraria, Auxiliares de Disciplina, Serviço de conservação e Limpeza, Serviço de vigilância, Serviço de protocolo e Informação, e Portaria. A Secretaria abrangia os serviços de expediente, arquivo e "fichário", e escrituração escolar.

No final da década de 1960, devido a mudança no sistema educacional do país ocasionado pela Reforma Universitária⁶, as instituições com cursos superiores de Rio Grande, que antes funcionavam de forma independente e isolada, foram organizadas e incorporadas à Universidade de Rio Grande (URG), atualmente Universidade Federal do Rio Grande.

Assim, o Decreto-Lei nº774, de 20 de agosto de 1969, que autoriza o funcionamento da URG, determina em seu artigo 3º, a constituição da FCPE do Rio Grande junto à estrutura da Universidade, bem como de outras unidades de ensino superior do Município. Também altera a denominação de "Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande" para "Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas".

A Lei nº 1828, de 19 de junho de 1967, em seu conteúdo já previa a incorporação da FCPE e do CTCFF à Universidade criada no Município e extinção da autarquia. Nessa junção, o CTCFF só contava com o CTA em sua estrutura, não sendo incluído o CGC, que deveria passar a jurisdição do Departamento de Educação e Saúde. A extinção oficial da FCPE, foi dada pelo Decreto Municipal nº 2414, de 31 de março de 1970.

O modelo estrutural tradicional permaneceu na URG até o ano de 1972, visto que a partir de 1973, a antiga Faculdade passou a integrar o Centro de Ciências Humanas e Sociais, um dos cinco centros criados pela Universidade em decorrência de uma grande mudança em sua estrutura.

⁶ A Reforma Universitária de 1968, também chamada de reforma universitária da ditadura militar, foi um movimento que trouxe alterações no sistema educacional brasileiro de nível superior, incluindo uma série de leis, nas décadas de 1960 e 1970. A reforma também substituiu o sistema de cátedras pelo de departamentos, institutos e centros.

⁷ O Curso Ginásial Comercial funcionava anexo ao CTCFF, e foi oficialmente desmembrado através do Decreto Municipal nº 2414, de 31 de março de 1970. Recebeu a denominação de "Ginásio Comercial Rio Grande", no Decreto Municipal nº 2418, de 17 de abril de 1970.

O PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E FOTOGRÁFICO DA FCPE

Durante o desenvolvimento das funções e atividades da FCPE, bem como de sua subunidade vinculada, a instituição de ensino foi responsável pela produção e recebimento de documentos que refletem a história da unidade de ensino e constituem o Fundo Documental da FCPE.

O Fundo é formado por documentos relativos à criação, administração e funcionamento da FCPE, produzidas no decorrer de suas atividades-meio e atividade-fim, e que comprovam a trajetória acadêmica dos alunos desde a sua entrada, período de permanência até a conclusão do curso realizado.

Ainda, como uma subdivisão do Fundo, apresenta os documentos pertencentes ao CTCFF, pelo fato do Colégio se caracterizar como uma unidade administrativa com competência específica integrada à FCPE, sob orientação didática, administrativa e financeira desta última. Sendo assim, apresenta a Seção CTCFF, em respeito ao vínculo e relação de subordinação com a Faculdade.

O período de produção do acervo analisado, em sua totalidade, tem início no ano de criação da FCPE, mas se concentra em maior quantidade a partir do seu funcionamento em 1959, e se estende até 1972, ano que perdurou suas atividades. O Fundo totaliza 3,36 metros lineares de documentos, em sua maioria textuais, acondicionados em 24 caixas arquivo e armazenados em um Arquivo deslizante, composto por estantes e prateleiras distribuídos em 12 módulos. O fundo encontra-se custodiado no Arquivo Permanente da Coordenação de Arquivo Geral da FURG, localizado no Campus Carreiros.

O Fundo da FCPE (nível 1) é formado por três séries documentais que constituem o FFCPE: Administração Geral; Ensino Superior e Administração de Atividades Acessórias. A série (nível 3) Administração Geral contempla documentos referentes às atividades relacionadas à administração da Faculdade, que viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados.

A série Ensino Superior contempla documentos referentes à concepção, organização e funcionamento do Curso de Ciências Econômicas. Já a série Administração de Atividades Acessórias⁸ contém documentos referentes ao desenvolvimento de atividades complementares, normalmente, vinculadas às atividades-meio, mas que não são essenciais para o funcionamento e cumprimento das competências finalísticas do órgão e entidade.

⁸ Foi alterada a nomenclatura dos descritores de "assuntos diversos" para " administração de atividades transitórias", conforme o novo Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal, aprovados pela Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020, do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Seção CTCFF (nível 2) contempla a série (nível 3) Administração Geral, referente às atividades relacionadas à administração interna do Colégio, que viabilizam o seu funcionamento e o alcance dos objetivos para os quais foram criados. Na outra série Educação Básica e Profissional, incluem-se documentos referentes à concepção, organização e funcionamento do Curso Técnico Administrativo e do Colégio Ginásio-Comercial, inclusive aqueles referentes a vida escolar dos alunos.

Como parte dos documentos de gênero iconográfico do FFCPE, encontram-se as fotografias, que são utilizadas como fontes de pesquisa sobre a história e memória da Instituição. As imagens fotográficas servem como informação das atividades administrativas e de ensino praticadas pela Faculdade durante o período de seu funcionamento.

As fotografias localizadas junto ao Fundo registram as mais variadas categorias de assuntos como: ato de instalação da Faculdade; banca de processos seletivos; salas de aulas; primeiro prédio sede da Instituição; prédio do CTCFF e de suas dependências (secretaria, biblioteca, auditório, bar da escola); e eventos acadêmicos como formaturas, aula inaugural, conferências e palestras com presenças ilustres.

O acervo fotográfico encontra-se higienizado, com uma parcela acondicionada em envelopes de papel neutro, e outra conservada junto ao processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Ainda, cada fotografia descrita está associada como parte integrante de um dossiê/processo⁹, formado por documentos textuais e/ou fotográficos relacionados entre si por assunto (ação, evento, pessoa, lugar, projeto) ou oficialmente reunidos no decurso de uma ação administrativa ou judicial.

⁹ A associação de cada fotografia com seu respectivo dossiê/processo foi indicada através do código de referência adotado pela Instituição no elemento de descrição "Unidades de descrição relacionadas", compreendido na Área de Fontes, do Catálogo de Fotografias da FCPE.

REGRAS E CONVENÇÕES UTILIZADAS

Para a descrição das fotografias da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, consideradas como item documental (nível 5), foram escolhidos 15 elementos de descrição da Norma Brasileira de Descrição Arquivística, sendo seis obrigatórios e nove opcionais necessários a complementação das informações.

Código de referência: formado pelo código do país, da instituição e da unidade de descrição. O código BR RSFURG foi fornecido pelo Arquivo Nacional a FURG, através do Cadastro de Entidade Custodiadora de Acervos Arquivísticos. Já o código específico FFCPE AF refere-se ao Fundo Documental da FCPE e seu Acervo fotográfico, respectivamente, sendo seguido por uma numeração simples para cada imagem.

Título: atribuído de forma objetiva e resumida, contém os elementos de informação presentes na fotografia descrita. Em alguns casos, consta o subelemento "Autor" com a identificação do autor das imagens ou do estúdio fotográfico responsável pela imagem.

Data(s): identifica a data de produção da fotografia, sendo que nos casos de desconhecimento, incerteza ou falta da informação utilizou-se ponto(s) de interrogação.

Nível de descrição: indica a descrição de item documental, equivalente ao nível 5.

Dimensão e suporte: identifica a espécie, quantifica por item, e indica a cor e as medidas de largura e altura em centímetros da fotografia descrita.

Nome(s) do(s) produtor(es): registra a instituição produtora da fotografia.

Procedência: identifica o local de origem da fotografia.

Âmbito e conteúdo: identifica a estrutura informativa do documento, como o principal assunto, data, local, nome(s) da(s) pessoa(s) presente(s) na fotografia e respectivo(s) cargo(s)/ função(ões). Algumas descrições também incluem informações complementares ao contexto histórico e geográfico da unidade e a vida e trajetória dos docentes, acadêmicos e/ou personalidades que aparecem nas imagens.

Características físicas e requisitos técnicos: informa as características físicas e problemas decorrentes do estado de conservação que podem afetar o uso da fotografia.

Unidades de descrição relacionadas: identifica o código de referência da unidade de descrição (no nível dossiê) na qual a fotografia está relacionada por proveniência.

Nota sobre publicação: utilizada para registrar as referências bibliográficas de publicações que usam ou reproduzam a fotografia descrita, de acordo com a NBR 6023, da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Nota do Arquivista: registra a autoria do trabalho e as fontes primárias e secundárias (documentos arquivísticos, sites, dicionários, livros) que foram consultadas para enriquecer a elaboração do conteúdo e âmbito histórico das fotografias da FCPE.

Regras ou convenções: identifica as normas e convenções seguidas na preparação da descrição.

Data da descrição: registra a data de criação da descrição.

Pontos de acesso e indexação de assuntos: indica outros pontos de acesso além dos elementos obrigatórios que serão objetos de indexação.

DESCRIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

1958-1972



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF01
Título:	Assembleia de instalação da FCPE
Data(s):	26/08/1958 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 29,8 x 21,3 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	A imagem registra a assembleia de instalação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, ocorrida em 26 de agosto de 1958, no salão de festas da Escola de Belas Artes de Rio Grande, presidida pelo então Prefeito Municipal Dr. Alvaro Ribeiro Pereira, e com a presença de várias autoridades locais. Ainda, na ocasião foram empossados os professores e o Diretor da Faculdade, o economista Roberto Coimbra Edom. Foram identificados, da esquerda à direita, na segunda posição o Monsenhor Luiz Gonzaga Alphino Chieriechetti, vigário da Matriz de São Pedro; na terceira posição, o Eng ^o civil Cícero Marques Vassão, diretor da Escola de Engenharia Industrial; na quarta posição, o engenheiro agrônomo Hélio Benjamin Vieira; na sétima posição, o Dr. Alvaro Ribeiro Pereira, Prefeito Municipal; na oitava posição, Dr. Armando Temperani Pereira, deputado estadual; e na nona posição, Santo Lourenço Spotornno.
--------------------	---

17

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	Cópia em papel com registros de números e marcações realizadas com caneta esferográfica de cor azul, em cada uma das personalidades presentes na imagem. Original não localizado.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S01.DO01 (Dossiê: Instalação da FCPE)
-------------------------------------	--

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação da imagem, foram utilizadas informações encontradas nos registros digitais do NUME. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Prof ^a Dr ^a Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	07/06/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Assembleia de instalação • Congregação de professores • Escola de Belas Artes de Rio Grande.
---	--

18



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF02
Título:	Integrantes da banca examinadora do primeiro Concurso de Habilitação da FCPE, da Congregação de Professores e autoridades locais
Data(s):	??/02/1959 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,3 x 17,3 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia tirada em ocasião da primeira prova do Concurso de Habilitação da FCPE, em fevereiro de 1959, com os integrantes da banca examinadora, da Congregação dos Professores da Faculdade e autoridades do Município de Rio Grande. Em pé, da esquerda para a direita: o economista Carlos Moll; o economista Carlos Horst; o economista Francisco Bianchini; o Dr. Odenath Pereira Ribeiro; o engenheiro agrônomo Hélio Benjamin Vieira; o economista José Carvalho Freire; o economista Odilon Gomes de Oliveira; Dr. Mário Schröder Rodrigues e o economista Giovanni di Gesu. Sentados, da esquerda para a direita: Ruy Poester Peixoto, Inspetor Federal; Luiz Martins Falcão, vice-prefeito Municipal de Rio Grande; o economista Roberto Coimbra Edom, diretor da FCPE; Dr. Álvaro Ribeiro Pereira, Prefeito Municipal; economista e deputado estadual do RS, Dr. Leocádio de Almeida Antunes, convidado especial para integrar a banca examinadora do primeiro vestibular da FCPE; e professora Alice Lotufo, diretora da Secretaria Municipal de Educação.
--------------------	---

19

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia com dobras em sua superfície e pequena mancha na borda inferior, provavelmente por escorrimento de tinta de caneta esferográfica.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO01 (Dossiê: Ingresso – Concurso de Habilitação)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademar Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (publicada na página 53).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação da imagem, foram utilizadas informações encontradas nos registros digitais do NUME. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	09/06/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Ingresso • Congregação de Professores • Evento.
---	---

20



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF03
Título:	Sala de aula do Curso de Ciências Econômicas
	Autor: Foto Gerson
Data(s):	1959-196? (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 17,8 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral – FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Sala de aula do Curso de Ciências Econômicas no prédio da Escola de Belas Artes de Rio Grande, atualmente denominada Escola de Belas Artes Heitor de Lemos, que foi cedida pela Prefeitura Municipal e sediou a Faculdade até dezembro de 1963. Assim, supõem-se que a data de produção da fotografia não seja posterior a 1963. Na imagem, constata-se a presença de mobiliário de madeira, com mesas e cadeiras ordenadas e o fechamento de uma das portas constatado no centro da imagem, possivelmente para melhorar o espaço físico adaptado para o funcionamento de uma instituição de ensino.
--------------------	--

21

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta manchas em sua superfície e marcas ocasionadas por grampos metálicos nos quatro cantos da imagem, sendo que nas laterais inferiores há também duas manchas em formato de círculo. No verso, consta o carimbo do estúdio fotográfico, que levava o nome do próprio fotógrafo conhecido como Gerson.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S01.DO02 (Dossiê: Sede e dependências)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (publicada na página 56).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado nela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	24/10/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Escola de Belas Artes de Rio Grande.
---	--

22



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF04
Título:	Vista do corredor de acesso
	Autor: Foto Gerson
Data(s):	1959-196? (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 11,7 x 18 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral – FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista do corredor de acesso da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, no prédio da então Escola de Belas Artes de Rio Grande, atualmente denominada Escola de Belas Artes Heitor de Lemos. O local foi cedido pela Prefeitura Municipal para funcionamento da Faculdade, e foi sua sede desde a fundação até dezembro de 1963, data em que foi adquirido um prédio próprio. Assim, supõem-se que a data de produção da fotografia não seja posterior a 1963. Na imagem, constata-se a presença de murais de avisos, quadros decorativos e esculturas pequenas dispostas no corredor do prédio que aparentava boa conservação.
--------------------	--

23

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A imagem apresenta manchas em sua superfície, de forma mais acentuada na parte inferior, e pequenos furos e manchas ocasionadas por grampos metálicos nos quatro cantos da fotografia. No verso, consta o carimbo do estúdio fotográfico, que levava o nome do próprio fotógrafo conhecido como Gerson.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S01.DO02 (Dossiê: Sede e dependências)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (publicada na página 60).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	26/10/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Corredor de acesso • Escola de Belas Artes de Rio Grande.
---	--

24



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF05
Título:	Vista frontal do Auditório Autor: Foto Gerson
Data(s):	1959-196? (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 17,8 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral – FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista frontal da sala que abrigava o auditório da FCPE, onde eram realizadas palestras, seminários e demais eventos. A sala era uma das dependências do prédio da então Escola de Belas Artes de Rio Grande, atualmente denominada Escola de Belas Artes Heitor de Lemos, que foi cedida pela Prefeitura Municipal e sediou a Faculdade até dezembro de 1963. Assim, supõem-se que a data de produção da fotografia não seja posterior a 1963. Na imagem, a grande quantidade de cadeiras dispostas em duas colunas, uma formada por cinco cadeiras e outra por quatro, em mais de 13 fileiras, evidenciam que o local poderia comportar mais de 100 pessoas. Também se constata a presença de portas e janelas em número significativo, considerando o tamanho do ambiente.
--------------------	--

25

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta manchas em sua superfície, pequena dobra no canto superior direito, e furos e manchas nos quatro cantos ocasionadas por grampos metálicos. No verso, consta o carimbo do estúdio fotográfico, que levava o nome do próprio fotógrafo conhecido como Gerson.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S01.DO02 (Dossiê: Sede e dependências)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (publicada na página 58).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	29/10/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Auditório • Escola de Belas Artes de Rio Grande.
---	---

26



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF06
Título:	Vista parcial do Auditório
	Autor: Foto Gerson
Data(s):	1959-1967 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral – FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista parcial da sala que abrigava o auditório da FCPE, onde eram realizadas palestras, seminários e demais eventos. A sala era uma das dependências do prédio da então Escola de Belas Artes de Rio Grande, atualmente denominada Escola de Belas Artes Heitor de Lemos, que foi cedida pela Prefeitura Municipal e sediou a Faculdade até dezembro de 1963. Assim, supõem-se que a data de produção da fotografia não seja posterior a 1963. Na imagem, a grande quantidade de cadeiras dispostas em duas colunas, uma formada por cinco cadeiras e outra por quatro, em mais de 13 fileiras, evidenciam que o local poderia comportar mais de 100 pessoas. Também constata-se a presença de portas e janelas em número significativo, incluindo uma porta dupla ao fundo.
--------------------	--

27

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta manchas em sua superfície, dobra no canto superior esquerdo, e pequenos furos e manchas nos quatro cantos ocasionados pela utilização de grampos metálicos. No verso, consta o carimbo do estúdio fotográfico, que levava o nome do próprio fotógrafo conhecido como Gerson.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S01.DO02 (Dossiê: Sede e dependências)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (publicada na página 57).


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	30/10/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Auditório Escola de Belas Artes de Rio Grande.
---	---

28

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF08
	Título:	Conferência promovida pela FCPE
	Data(s):	04/11/1960 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18,2 x 10,5 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	<p>Conferência do Professor Manoel Luzardo de Almeida, sobre o tema "Zona de Livre Comércio", com a presença de vários Economistas da região e capital, realizada em 04/11/1960, na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande. Na imagem, é possível ver um grande público nos dois lados do auditório e em torno da mesa de debates no palco, ao fundo. No centro da mesa, quase em frente ao microfone e utilizando óculos, identifica-se o professor Mário Schröder Rodrigues. Na época, Manoel Luzardo era professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e membro do conselho diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, anexo a Faculdade que tinha como um dos seus objetivos "promover cursos populares, seminários e conferências" (MASINA, 2003, p.4) com vistas a colaborar com outras instituições de ensino, o que motivou a realização da conferência registrada na imagem. Manoel também foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul no mandato 1961-1962, com atuação junto a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.</p>	

31

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta manchas na cor marrom em ambos os lados próximos a parte central, provavelmente ocasionados por grampos metálicos.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S03.DO01 (Dossiê: Gestão de eventos)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	<p>Para identificação, foram utilizadas as seguintes referências:</p> <p>-MASINA, Renato Batista. IEPE 1953-2003: 50 anos de estudos e pesquisas. UFRGS, 2003. Disponível em: http://www.ufrgs.br/iepe/historia.html</p> <p>-EX-PRESIDENTES. In: Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.coreconrs.org.br</p> <p>Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.</p>
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	11/06/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência • Manoel Luzardo de Almeida • Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS • Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas.

32



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPEAF09
Título:	Conferência promovida pela FCPE
Data(s):	04/11/1960 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 17,9 x 12,2 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Conferência do Professor Manoel Luzardo de Almeida, sobre o tema "Zona de Livre Comércio", com a presença de vários Economistas da região e capital, realizada em 04/11/1960, na Faculdade de Ciências Econômicas do Rio Grande. Na imagem, é possível ver um grande público nos dois lados do auditório e em torno da mesa de debates no palco, ao fundo. Na época, Manoel Luzardo era professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS e membro do conselho diretor do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas, anexo a Faculdade que tinha como um dos seus objetivos "promover cursos populares, seminários e conferências" (MASINA, 2003, p.4) com vistas a colaborar com outras instituições de ensino, o que motivou a realização da conferência registrada na imagem. Manoel também foi presidente do Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul no mandato 1961-1962, com atuação junto a Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul.
--------------------	--

33

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta mancha na cor marrom no lado direito próximo a parte central e pequena marca em ambos os lados na parte central, provavelmente ocasionados por grampos metálicos.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S03.DO01 (Dossiê: Gestão de eventos)
-------------------------------------	---

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, foram utilizadas as seguintes referências: -MASINA, Renato Batista. IEPE 1953-2003: 50 anos de estudos e pesquisas. UFRGS, 2003. Disponível em: http://www.ufrgs.br/iepe/historia.html -EX-PRESIDENTES. In: Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.coreconrs.org.br Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	12/06/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Conferência • Manoel Luzardo de Almeida • Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS • Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas.
---	--

34



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF10
Título:	Sessão solene de colação de grau da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,7 x 17,1cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia da sessão solene de colação de grau da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE, ocorrida em 2 de fevereiro de 1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana d'Arc. No centro do palco, autoridades, docentes e homenageados sentados à mesa principal, e nas duas laterais, o palco é ocupado pelas formandas Maria Alves Henriques, à esquerda, e Iolanda Dirce Figueiredo de Meirelles Leite, à direita, seguida dos formandos Bento Soares de Campos, Eloy Ennes, Felício Leite, Hélio Mirapalheta Gomes, Herman Werner Hädrich, José Duarte Ramos, José Lipiarski, José Martins de Castro, Leopoldo Cavallari Filho, Manuel Rubens de Barros, Oriente Guimarães Salomão Hias e Sylvio Pellico Peixoto. A fotografia capturada no corredor do auditório mostra grande público de ambos os lados.
--------------------	---

35

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	No geral, a fotografia encontra-se em bom estado de conservação.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
Nota sobre publicação:	1) Fotografia reproduzida em exposição fotográfica promovida pela FURG, em 28/10/2015, no Centro de Convivência da FURG (CC-FURG), no Câmpus Carreiros, em evento comemorativo ao dia do servidor público. 2) CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (Publicada na página 103)


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/FURG Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	19/06/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Escola Normal Santa Joana D'arc.
---	---


36

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF11
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
	Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5cm (LxA)
		ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
	Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
	Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Oriente Guimarães Salomão Hias formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Oriente Hias, natural de Pelotas, nasceu em 6 de março de 1928, filho de Gabriel Salomão Hias e Jandira Guimarães Salomão Hias. Foi o primeiro presidente do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari, constituído em 1959. Alguns anos depois, já atuava como professor na FCPE. Também graduou-se no Curso de Ciências Jurídicas da Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua, em 1967. A partir da existência da FURG, foi membro fundador do Conselho Universitário, criador da Jornada de Estudos Políticos, Econômicos, Administrativos e Contábeis e continuou sua atuação na docência. Faleceu em 12 de abril de 2002.	


37

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu primeiro nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Imagem descascando em vários pontos de sua superfície.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	20/06/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Escola Normal Santa Joana D'arc • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Faculdade de Direito Clóvis Bevilacqua • Jornada de Estudos Políticos, Econômicos, Administrativos e Contábeis


38

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF12
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5cm (LxA)	
		ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel José Duarte Ramos em solenidade de formatura da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da coleção de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. José Ramos nasceu em 16 de janeiro de 1938 em Rio Grande, filho de Alcides Pereira Ramos e Jurema Duarte Ramos. Foi o 1º secretário do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari da FCPE, que foi constituído em 1959.	
39		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior direito da imagem. Imagem descascando em vários pontos de sua superfície.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	20/06/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.
40	

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF13
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)	
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Manuel Rubens de Barros formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma conclui o Curso em 1962, porém a sessão solene da coleção de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc.	
41		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome “Cauby”, estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior direito da imagem. Imagem descascando em vários pontos de sua superfície.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	24/06/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Escola Normal Santa Joana D'arc.
42	

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF14
	Título:	Bacharela da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,4 x 13,4 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia da bacharela Maria Alves Henriques formada na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma conclui o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Maria Alves, filha de Appolonio Henriques e Doralina Alves, nasceu em 31 de julho de 1931 em Rio Grande. Enquanto acadêmica, fez parte do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari, sendo responsável pela Comissão Cultural e Científica de Ensino. Anos depois, atuou no Curso Ginásio Comercial e no Curso Técnico de Administração do CTCFF, em razão de sua Licenciatura em Matemática, em disciplina relacionada a área. Em 1972, foi nomeada Vice-Diretora da FCPE.	

43

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia contém uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior direito da imagem. Em alguns pontos de sua superfície, é possível identificar pequenas manchas e descascamento da imagem. No geral, apresenta um bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	24/06/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.

44



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF15
Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
	Autor: Cauby Masseron Giacobbo
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Eloy Ennes formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma conclui o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Eloy Ennes, nasceu em 15/03/1921 em Rio Grande, filho de João Ennes e Aracy Ennes. Eloy foi vice-presidente do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari, constituído em 1959.
--------------------	---

45

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Apresenta em sua superfície, manchas e/ou descascamento da imagem, principalmente no lado direito e inferior da imagem.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
-------------------------------------	---


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	10/07/2021


ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.
---	---


46

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF16
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)	
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b	8,5 x 13,5 cm (LxA)
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel José Lipiarski formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, com conclusão em 1962, e sessão solene da coleção de grau ocorrida em 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. José Lipiarski nasceu em Rio Grande, em 8 de março de 1919, filho de Antônio Lipiarski e Oladislava Lipiarski. Durante o curso, foi membro e tesoureiro da primeira gestão do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari.	
47		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Em alguns pontos de sua superfície, é possível identificar pequenas manchas e descascamento da imagem. Apresenta uma dobra saliente de uma lateral a outra da fotografia, na parte superior.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glauécia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	11/07/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.
48	

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF17
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)	
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Herman Werner Hädrich formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc.	
49		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Em geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profa Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	11/07/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Escola Normal Santa Joana D'arc.
50	

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF18
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)	
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,4 x 13,5 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Sylvio Pellico Peixoto formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma conclui o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc.	
51		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia contém uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Imagem apresenta alguns pontos descascando próximo a margem esquerda. Porém, no geral, encontra-se em bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	12/07/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Escola Normal Santa Joana D'arc.
52	



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF19
Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
	Autor: Cauby Masseron Giacobbo
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,6 x 13,6 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel José Martins de Castro, formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. José Martins de Castro, filho de Antônio Martins de Castro e Alba da Senhora Castro, nasceu em 16 de agosto de 1934 na cidade de Rio Grande. Foi membro do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari da FCPE, constituído em 1959. Na primeira gestão do Diretório, foi o encarregado pela Comissão de Benefício e Previdência.
--------------------	--

53

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. No geral, encontra-se em bom estado de conservação.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
-------------------------------------	---


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	14/07/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.
---	---


54

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF20
Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas	Autor: Cauby Masseron Giacobbo
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)	
Nível de descrição:	Item (nível 5)	
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,6 x 13,6 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Hélio Mirapalheta Gomes formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Hélio Mirapalheta Gomes, filho de Diamantino Pereira Gomes e Olga Mirapalheta Gomes, nasceu em 4 de dezembro de 1932 na cidade de Rio Grande. Foi membro do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari da FCPE constituído em 1959, sendo responsável pela Comissão de Esportes.	


55

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Fotografia apresenta manchas em sua superfície, principalmente na parte superior da imagem.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	15/07/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.

56

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF21
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)	
		ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Leopoldo Cavallari Filho formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da coleção de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Leopoldo foi membro do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari da FCPE e atuou como 2º secretário na primeira gestão do Diretório.	
57		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. A fotografia apresenta alguns pontos descascando ou manchas brancas em sua superfície. Mas no geral, encontra-se em bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profa. Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	18/07/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc.
58	

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF22
	Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
		Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
	Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
	Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
	Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Bento Soares de Campos formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc.	
59		

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia contém uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. A fotografia apresenta alguns pontos descascando ou manchas brancas em sua superfície. Mas no geral, apresenta um bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, consultou-se documentos pertencentes ao Fundo da FCPE, custodiado pela CAG/ FURG. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	19/07/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Escola Normal Santa Joana D'arc.
60	



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF23
Título:	Bacharel da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
	Autor: Cauby Masseron Giacobbo
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia do bacharel Felício Leite formado na primeira turma do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da colação de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Felício, filho de Carmelina Leite, nasceu em 1/10/1930, em Jaguarão. Foi membro e primeiro tesoureiro do Diretório Acadêmico Fernando Ferrari. No mesmo ano de formado, atuou como professor da FCPE e, de 1º de junho de 1976 a 03 de maio de 1981, foi chefe do então Departamento de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da FURG.
--------------------	---

61

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta uma marca personalizada do fotógrafo, identificando seu nome "Cauby", estampada em alto relevo, próximo ao canto inferior esquerdo da imagem. Em geral, encontra-se em bom estado de conservação.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
-------------------------------------	---


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, foram consultados documentos pertencentes ao Fundo da FCPE (CAG/FURG) e o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas, aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão em 18 julho de 2008 e atualizado no 2º semestre de 2018 (Deliberação 061/2018 do COEPEA/FURG). Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	21/07/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Diretório Acadêmico Fernando Ferrari • Escola Normal Santa Joana D'arc • DCEAC.
---	--

62

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF24
Título:	Professor homenageado da colação de grau da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas	
	Autor: Cauby Masseron Giacobbo	
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)	
Nível de descrição:	Item (nível 5)	
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia do economista Miguel Glaser Ramos, como professor homenageado da colação de grau da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas. A primeira turma concluiu o Curso em 1962, porém a sessão solene da coleção de grau ocorreu no dia 02/02/1963, no auditório da Escola Normal Santa Joana D'arc. Ramos atuou como professor na FCPE, com a disciplina de "Economia Política", e no CTCFF, tomou posse em 03/03/1966 como professor da disciplina de "Contabilidade Geral e Aplicada" do Curso Técnico de Administração. Na época da criação da FURG, foi convidado pelo conselho diretor para exercer a função de assessor financeiro, com vistas a organizar a parte financeira e contábil da Universidade. De acordo com os registros documentais, em 1972, em razão de divergências políticas, Miguel foi afastado do quadro funcional da Universidade. Em abril de 1989 foi anistiado e reinserido ao quadro da instituição, no qual permaneceu até julho de 1991, quando se aposentou. Faleceu em fevereiro de 2021.	

63

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta manchas e descascamento da imagem em sua superfície. Contém a marca personalizada do fotógrafo Cauby, estampando seu nome em alto relevo, próximo ao canto inferior direito da imagem.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação, foram utilizadas informações encontradas em programas didáticos de disciplinas, quadro de disciplinas e termos de posse da FCPE e do CTCFF, que constituem o Fundo da FCPE. O falecimento de Miguel Ramos, foi noticiado em 15/03/2021, no site da FURG, disponível em: www.furg.br Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glauca Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	10/08/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Homenagem de honra • Colação de grau • Escola Normal Santa Joana D'arc

64



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF25
Título:	Homenageado de honra da colação de grau da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas
	Autor: Cauby Masseron Giacobbo
Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,4 x 13,4 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia do professor e diretor da FCPE Aldo Lapolli, homenageado de honra na formatura da primeira turma do Curso de Economia da Faculdade, em 1962. Aldo Lapolli, filho de Alcebiades Lapolli e Maria de Oliveira Lapolli, nasceu em Tubarão – Santa Catarina em 28/08/1921. Concluiu o Curso Técnico em Contabilidade e o Curso de Ciências Econômicas – Bacharelado em 1952, ambos vinculados a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, da então Universidade do Rio Grande do Sul. Atuou como professor no Curso de Ciências Econômicas da FCPE do Rio Grande e a partir de 1960 como diretor da Faculdade, onde colaborou no processo de reconhecimento do Curso de Economia, finalizado em 1967. Permaneceu no cargo de Diretor até os anos iniciais da integração da Faculdade a FURG.
--------------------	--

65

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	Em alguns pontos de sua superfície, é possível identificar manchas brancas e/ou descascamento da imagem. Apresenta uma dobra próxima a parte inferior direita da fotografia.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (Publicada na página 115)


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para identificação, foram utilizadas informações encontradas em programas didáticos de disciplinas, quadro de disciplinas e termos de posse da FCPE e do CTCFF, que constituem o Fundo da FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	12/08/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Homenagem de honra • Colação de grau • Escola Normal Santa Joana D'arc • Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
---	--


66

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF26
	Título:	Parainfo da colação de grau da primeira turma do Curso de Ciências Econômicas Autor: Cauby Masseron Giacobbo
	Data(s):	02/02/1963 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
	Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 8,5 x 13,5 cm (LxA)
		ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO
	Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
	Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Retrato do Economista Leocádio de Almeida Antunes, parainfo da primeira turma de formandos do Curso de Ciências Econômicas da FCPE, em 1962. Leocádio, filho de Afonso Antunes da Silva e de Francisca de Almeida Antunes, nasceu em Alegrete -RS no dia 02 de novembro de 1915. Estudou no Ginásio Estadual de Santa Maria e na Escola de Comércio Fontoura Ilha, na qual formou-se como contador. Obteve os diplomas em Direito e em Ciências Políticas e Econômicas na PUC/ RS. Foi deputado estadual do Rio Grande do Sul, de 3/03/1959 à 31/01/1963; presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (atual BNDES), de 19/09/1961 até junho de 1963; e professor de escrituração mercantil e financeira no Colégio Batista Americano. Em época de intensa atividade política, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro e do Partido Democrático Trabalhista (PDT).	

67

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	Fotografia apresenta marca personalizada do fotógrafo Cauby, estampando seu nome em alto relevo, próximo ao canto inferior direito da imagem. Em geral, encontra-se em bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)
Nota sobre publicação:	CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969) . 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPel, Pelotas, 2016. (Publicada na página 115)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação da personalidade fotografada foram consultadas as seguintes referências: LEOCÁDIO DE ALMEIDA ANTUNES. In: Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. Acervo do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: < http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo > UMA JORNADA RUMO AO DESENVOLVIMENTO. In: Memória BNDES. Museu da Pessoa: BNDES, 2014. Disponível em: < http://www.memoriabndes.gov.br/ > Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª GlauCIA Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	14/08/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Leocádio de Almeida Antunes • Colação de grau


68

	<p>ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</p>										
	<table border="1"> <tr> <td>Código de referência:</td> <td>BR RSFURG FFCPE AF27</td> </tr> <tr> <td>Título:</td> <td>Turma de formandos do Curso de Ciências Econômicas</td> </tr> <tr> <td>Data(s):</td> <td>25/11/1967 (data de produção)</td> </tr> <tr> <td>Nível de descrição:</td> <td>Item (nível 5)</td> </tr> <tr> <td>Dimensão e suporte:</td> <td>Fotografia 1 item p&b 23,7 x 17,1cm (LxA)</td> </tr> </table>	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF27	Título:	Turma de formandos do Curso de Ciências Econômicas	Data(s):	25/11/1967 (data de produção)	Nível de descrição:	Item (nível 5)	Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,7 x 17,1cm (LxA)
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF27									
	Título:	Turma de formandos do Curso de Ciências Econômicas									
Data(s):	25/11/1967 (data de produção)										
Nível de descrição:	Item (nível 5)										
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,7 x 17,1cm (LxA)										
<p>ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</p>											
<table border="1"> <tr> <td>Nome do produtor:</td> <td>Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas</td> </tr> <tr> <td>Procedência:</td> <td>Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)</td> </tr> </table>	Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)							
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas										
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)										
<p>ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</p>											
<p>Âmbito e conteúdo:</p>	<p>Turma de formandos, corpo docente e homenageados em solenidade de formatura do Curso de Ciências Econômicas da FCPE. Possivelmente a imagem trata-se da colação de grau das turmas de 1964, 1965 e 1966, que de acordo com registros documentais, ocorreram no mesmo dia, em 25/11/1967, no auditório da Escola Normal Santa Joana d'Arc. Os formandos, dispostos em três fileiras na escadaria de acesso ao palco do auditório, provavelmente seriam: Antônio Orlando Concli, Elvio Romero Palma Zenobini, Henrique José Leal da Fonseca, Miguel Damado Carvalho, Ruy Soares Godinho, Valdomiro Rocha Lima, Waldemar Massaro, da turma de 1964; Luiz Carlos dos Santos, da turma de 1965; Adão Airton Senna, Álvaro Ribeiro, Blasco Ibanes da Cunha Torres, Getúlio Moreira Alves, Idemar da Rosa Araújo, Jorge Farias de Albernaz, José Carlos Macedo Pereira, Moysés Jesus Pires Farias, Ronaldo Gomes de Almeida, Salvador Maio Marques, Selmo Moreira Alves, Sérgio Corrêa Calheiros e Walmir de Assis Pereira, bacharéis da turma de 1965. Não foi possível identificar a posição de cada um deles. Já na primeira fileira, identifica-se na primeira posição, o professor Mário Schröder Rodrigues; na quarta posição, o economista Roberto Coimbra Edom, diretor da FCPE; e ao seu lado, o professor economista José Carvalho Freire.</p>										

69

<p>ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</p>	
<p>Características físicas e requisitos técnicos:</p>	<p>Fotografia apresenta algumas manchas em sua superfície. No geral, encontra-se em bom estado de conservação.</p>
<p>ÁREA DE FONTES RELACIONADAS</p>	
<p>Unidades de descrição relacionadas:</p>	<p>BR RSFURG FFCPE.S02.DO02 (Dossiê: Colação de grau/ Formaturas)</p>
<p>ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</p>	
<p>Nota do Arquivista:</p>	<p>Para identificação da imagem, foram utilizadas informações encontradas nos registros digitais do NUME. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.</p>
<p>Regras ou convenções:</p>	<p>Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)</p>
<p>Data da descrição:</p>	<p>31/11/2021</p>
<p>ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS</p>	
<p>Pontos de acesso e indexação de assuntos:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Colação de grau • Bacharel • Escola Normal Santa Joana D'arc.

70

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF28
	Título:	Confraternização de formandos do Curso de Ciências Econômicas
	Data(s):	11/12/1971 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 17,4 x 11,3 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Núcleo de Memória Eng. Francisco Martins Bastos (NUME)	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Almoço de confraternização dos formandos da Turma de 1971 do Curso de Ciências Econômicas da FCPE, realizado em 11/12/1971 na Associação Atlética Banco do Brasil-Rio Grande/RS, localizada na Travessa Visconde de Itaboraí s/n, no Bairro Vieira. Na imagem, aparecem quatro moças entre rapazes, alguns vestidos com a indumentária tradicional gaúcha, e ainda, o assador pilchado preparando um churrasco ao ar-livre para os presentes.	

71

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	No geral, a fotografia encontra-se em bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.S03.DO01 (Dossiê: Gestão de eventos)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para identificação da imagem, foram utilizadas informações encontradas nos registros digitais do NUME. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
Data da descrição:	20/08/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Confraternização • Associação Atlética Banco do Brasil.

72



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF29
Título:	Sala de aula nº 1
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo: Vista da parte frontal da sala de aula nº 1 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 6,80 metros, contendo dois quadros verdes, um mural de avisos e 16 mesas de tampo de fórmica com três lugares em cada, o que indica que a capacidade total da sala era para 48 estudantes. As mesas foram ordenadas em duas fileiras com oito unidades, aparentavam bom estado de conservação física e permitiam um espaço confortável para escrita e guarda de livros ou material didático em gavetas. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261 e adquirido em 02/12/1963 pela Prefeitura Municipal de Rio Grande para funcionamento da FCPE, instituição responsável pelo CTCFF. Supõem-se que a fotografia foi tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas.

73

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos: A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior esquerdo e pequena mancha no canto inferior direito, mas no geral apresenta bom estado de conservação. Ainda, uma legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras na folha nº86 do processo de reconhecimento do CTCFF.

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas: BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)

Nota sobre publicação: FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. **Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire**. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº86)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista: Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE.
Greta Dotto Simões – Arquivista FURG
Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.

Regras ou convenções: Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
NBR 6023 (ABNT, 2018)

Data da descrição: 29/08/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:

- Sala de aula
- Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

74



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF30
Título:	Sala de aula nº 1
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

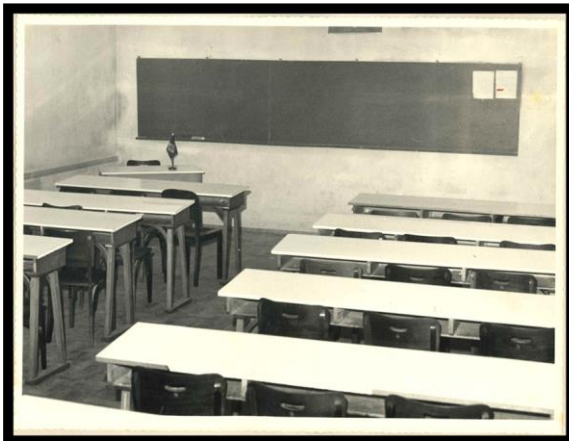
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Sala de aula nº 1 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 6,80 metros, com a presença de mais de 35 alunos distribuídos nas 16 mesas de tampo de fórmica de três lugares, que ficavam ordenadas em duas fileiras com oito unidades em cada. As mesas aparentavam bom estado de conservação física e permitiam um espaço confortável para escrita e guarda de livros ou material didático em gavetas. Supõe-se que a cadeira ao fundo da sala, no canto direito da imagem, era utilizada pelo professor enquanto observava e esperava os alunos concluírem alguma atividade. A sala de aula, conforme a figura, contava com iluminação artificial, e iluminação e ventilação natural vinda de duas janelas grandes ao fundo. A sala ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261. Provavelmente, a fotografia foi produzida entre 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia da abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas.
--------------------	--

75

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia apresenta manchas amareladas em sua superfície, falta de nitidez em alguns pontos da imagem, legenda datilografada com breve identificação e duas cantoneiras que ajudam a fixa-la na folha nº86 do processo de reconhecimento do CTCFF.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº86)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	30/08/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

76



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF31
Título:	Sala de aula nº 1
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº 1 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 6,80 metros, contendo um quadro verde de grande largura, mesa do professor e mesas de tampo de fórmica com três lugares em cada. Conforme a imagem, as mesas dos alunos eram ordenadas em duas fileiras, permitiam um espaço para guarda de livros e material didático em gavetas e aparentavam bom estado de conservação física. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido em 02/12/1963 pela Prefeitura Municipal de Rio Grande. Supõem-se que a fotografia foi tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	---

77

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior direito. Em geral, apresenta bom estado de conservação.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº de página não identificada)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	30/08/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

78



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF32
Título:	Sala de aula nº 1
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 24 x 18 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº 1 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 6,80 metros, em horário de aula, com professor em frente ao quadro verde e com alunos em mesas individuais, registrando nova composição se comparado as outras imagens. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261. Provavelmente a fotografia foi tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	--

79

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior direito. Em geral, apresenta bom estado de conservação.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº de página não identificada)


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	01/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

80



Sala nº 2

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF33
Título:	Sala de aula nº 2
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Sala de aula nº 2 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 8,60 metros, com duas janelas grandes que favoreciam a entrada de luz e ventilação. A imagem mostra uma mesa de tampo de fórmica para uso da professora, que aparece no canto direito, e outras mesas com dois lugares ocupadas por estudantes, em bom estado de conservação e espaço confortável para escrita e guarda de livros ou material didático em gavetas. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261 e adquirido em 02/12/1963 pela Prefeitura Municipal de Rio Grande para funcionamento da FCPE, instituição responsável didática, administrativa e financeiramente pelo CTCFF. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	---

81

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia contém uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior esquerdo, mas no geral apresenta um bom estado de conservação. A fotografia possui uma legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras na folha nº87 do processo de reconhecimento do CTCFF.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº87)


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	01/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

82



Sala de aula nº 3

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF34
Título:	Sala de aula nº 3
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº 3 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 8,60 metros, com a presença de uma professora e 16 alunos, que aparecem na imagem. A sala contava com um quadro verde, um mural de avisos e várias mesas individuais dispostas em duas colunas com três mesas em cada fileira. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261 e adquirido em 02/12/1963 pela Prefeitura Municipal de Rio Grande de Ricardo Gonçalves e outros, para funcionamento da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, instituição responsável didática, administrativa e financeiramente pelo CTCFF. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 á 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.

83

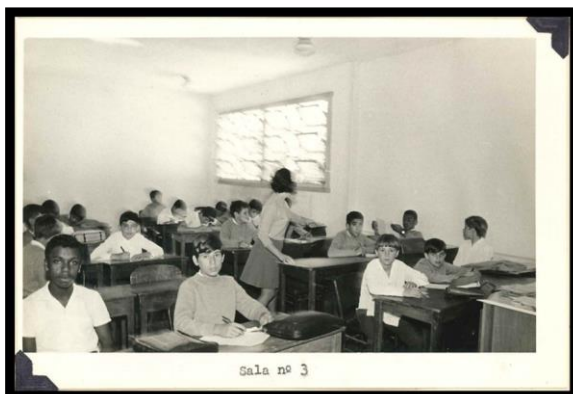
ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia contém uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próximo ao lado superior, e pequena mancha escura na lateral direita, mas no geral apresenta bom estado de conservação. A fotografia possui uma legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras na folha nº88 do processo de reconhecimento do CTCFF.

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº88)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	03/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

84



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF35
Título:	Sala de aula nº 3
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia de outro ângulo da sala de aula nº 3 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 8,60 metros, com a presença da professora e alunos. Constata-se a existência de janelas duplas na lateral e mais próxima do fundo da sala. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261 e adquirido em 02/12/1963 pela Prefeitura Municipal de Rio Grande de Ricardo Gonçalves e outros, para funcionamento da FCPE, instituição responsável didática, administrativa e financeiramente pelo CTCFF. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	--

85

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma breve legenda datilografada e está fixada por duas cantoneiras na folha nº 88 do processo de reconhecimento do CTCFF. Não apresenta boa nitidez da imagem em alguns pontos.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFE. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº88)

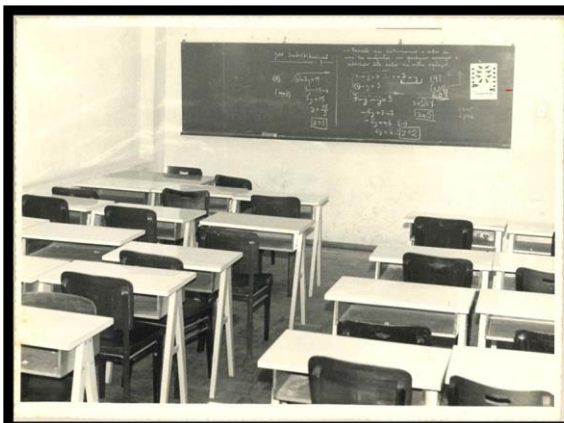
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	03/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

86



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF36
Título:	Sala de aula nº 3
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5x17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº 3 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 8,60 metros, com novas mesas de tampo de fórmica com gavetas para guarda de livros e material didático, uma mesa para uso do professor e um quadro verde maior, se comparado a imagens anteriores da composição da sala. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261. Provavelmente a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de solicitação e abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	---

87

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia contém uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próximo ao lado superior direito, mas em geral apresenta bom estado de conservação.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	04/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

88



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF37
Título:	Sala de aula nº 3
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 24 x 18,2 cm (LXA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº 3 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,30 x 8,60 metros, em horário de aula, com professora em frente ao quadro verde e com alunos em mesas individuais. A sala de aula ficava no primeiro andar do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261. Provavelmente a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação e funcionamento do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	---

89

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia contém uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima a margem superior direita, mas em geral apresenta bom estado de conservação.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	05/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

90



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF38
Título:	Sala de aula nº 4
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo: Vista da parte frontal da sala de aula nº 4 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 9,15 x 5,00 metros, com a presença de um professor e vários alunos acomodados em mesas de madeira individuais, que foram ordenadas em duas colunas com três unidades em cada fileira. A sala contava com um quadro verde, cartaz e janelas altas que permitiam entrada de ar e luz. A sala de aula ficava no segundo pavimento do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a FCPE. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia da abertura do seu processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas.

91

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos: A fotografia contém uma pequena marca na cor preta na parte superior direita, legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras na folha nº88 do processo de reconhecimento do CTCFF. No geral, apresenta bom estado de conservação.

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas: BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)

Nota sobre publicação: FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS. **Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.** Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº88)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista: Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE.
Greta Dotto Simões – Arquivista FURG
Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.

Regras ou convenções: Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006)
NBR 6023 (ABNT, 2018)

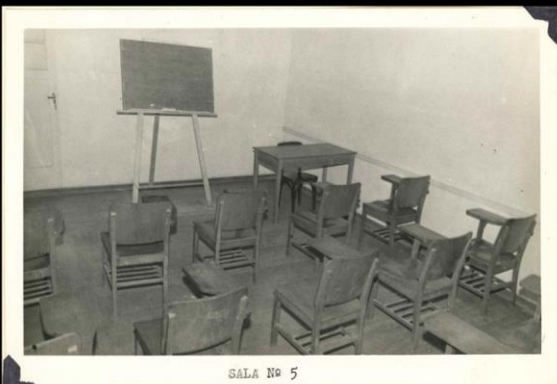
Data da descrição: 09/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:

- Sala de aula
- Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

92



SALA Nº 5

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF39
Título:	Sala de aula nº 5
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº 5 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 9,15x5,00 metros, com uma mesa para uso do professor, um quadro verde com tripé de madeira e cadeiras com palmatórias para uso dos estudantes. A sala de aula ficava no segundo pavimento do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a FCPE. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.

93


ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia contém uma legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras na folha nº89 do processo de reconhecimento do CTCFF. No geral, apresenta bom estado de conservação.

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº89)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	10/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

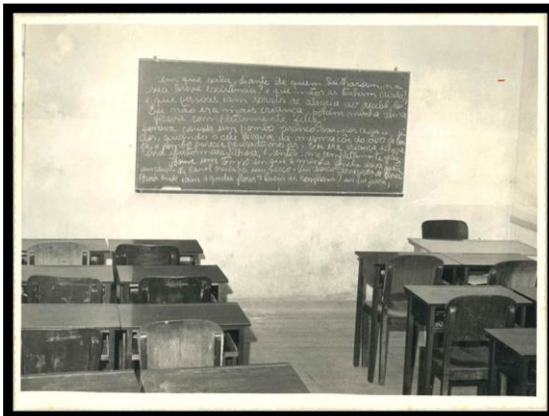
94

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF40
	Título:	Sala de aula nº 6
	Data(s):	1966-1968 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	<p>Vista da parte frontal da sala de aula nº6 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 5,00x7,85 metros, com uma mesa para uso do professor, um quadro verde mesas individuais ordenadas em duplas em duas colunas para uso dos estudantes. A sala de aula ficava no segundo pavimento do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a FCPE. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação e funcionamento do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas.</p>	

95

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esférogáfica na cor vermelha próxima ao lado superior esquerdo e pequenas manchas em sua superfície, mas no geral apresenta bom estado de conservação. E contém uma legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras na folha nº89 do processo de reconhecimento do CTCFF.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº89)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRAD (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	11/11/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala de aula • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

96



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF41
Título:	Sala de aula nº 6
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Vista da parte frontal da sala de aula nº6 do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 5,00x7,85 metros, com uma mesa para uso do professor, um quadro verde, mesas individuais ordenadas em duplas em duas colunas para uso dos estudantes. No quadro observa-se a escrita da crônica "A arte de ser feliz" de Cecília Meireles, que refere-se a felicidade existente nas pequenas coisas cuja percepção depende da nossa capacidade de olhar. A sala de aula ficava no segundo pavimento do prédio de alvenaria localizado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. Provavelmente a fotografia foi tirada entre a data de criação do Colégio, em 26 de julho de 1966 e a data de abertura do processo de seu reconhecimento, em 20 de novembro de 1968, visto que a fotografia aparece como prova das instalações físicas.
--------------------	--

97

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior direito e pequenas manchas em sua margem branca, mas no geral apresenta bom estado de conservação.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado)

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	12/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala de aula Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

98

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF42
	Título:	Biblioteca do CTCFF
	Data(s):	1966-1968 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	<p>Fotografia da Biblioteca do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, incluída na área pedagógica especializada da instituição, e que contava com cerca de 2.200 obras, de acordo com registros documentais. A sala da Biblioteca media 4,60 x 8,20 metros, e na imagem, aparecem nove estantes de livros e duas mesas grandes para pesquisa que constituíam o mobiliário do local. A Biblioteca ficava no segundo pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a FCPE. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação até o dia de abertura do processo de reconhecimento do Colégio, no qual a fotografia comprova a existência de instalações adequadas ao seu funcionamento.</p>	

99

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia está fixada por duas cantoneiras na folha nº90 do processo de reconhecimento do CTCFF. No geral, encontra-se em bom estado de conservação.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº90)
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	14/11/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

100



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF43
Título:	Biblioteca do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia da Biblioteca do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, incluída na área pedagógica especializada da instituição, e que contava com cerca de 2.200 obras, de acordo com registros documentais. Na imagem, aparecem as estantes com livros e parte da mesa de estudos e cadeiras que constituíam o mobiliário do local. A sala da Biblioteca media 4,60 x 8,20 metros e ficava no segundo pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre a data de criação do Colégio, em 26 de julho de 1966, e a data de abertura do processo de reconhecimento, em 20 de novembro de 1968, pois a fotografia comprova a existência de instalações físicas adequadas ao seu funcionamento.
--------------------	--

101

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha e uma mancha amarelada, ambas próximas a margem superior direita, mas no geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	15/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Biblioteca • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

102



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF44
Título:	Sala dos professores do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Sala dos professores do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 4,50 x 5,00 metros, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a FCPE. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação e funcionamento do Colégio até o dia de solicitação e abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino e administração.
--------------------	---

103

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esférogáfica vermelha na margem superior esquerda, duas cantoneiras que a fixam na folha nº95 do processo de reconhecimento do CTCFF, a marca do carimbo do órgão e página do processo.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº95).


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	17/11/2021


ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala dos professores • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	--

104

 <p>Bar da Escola</p>	<p>ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>Código de referência: BR RSFURG FFCPE AF45</p> <p>Título: Bar do CTCFF</p> <p>Data(s): 1966-1968 (data de produção)</p> <p>Nível de descrição: Item (nível 5)</p> <p>Dimensão e suporte: Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)</p>
	<p>ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</p> <p>Nome do produtor: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas</p> <p>Procedência: Coordenação de Arquivo Geral - FURG</p>
	<p>ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</p> <p>Âmbito e conteúdo: Fotografia do bar do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, medindo 2,00 x 2,50 metros, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963, para abrigar inicialmente a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao funcionamento.</p>
	105

<p>ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</p> <p>Características físicas e requisitos técnicos: A fotografia contém uma legenda datilografada com breve identificação e está fixada por duas cantoneiras nas laterais na folha nº94 do processo de reconhecimento do CTCFF. No geral, a fotografia apresenta bom estado de conservação.</p>
<p>ÁREA DE FONTES RELACIONADAS</p> <p>Unidades de descrição relacionadas: BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)</p> <p>Nota sobre publicação: FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº 94).</p>
<p>ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</p> <p>Nota do Arquivista: Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.</p> <p>Regras ou convenções: Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)</p> <p>Data da descrição: 17/11/2021</p>
<p>ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS</p> <p>Pontos de acesso e indexação de assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lancheria • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
106



Secretaria do Colégio Técnico

ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF46
Título:	Secretaria do Colégio Técnico
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO	
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA	
Âmbito e conteúdo:	Secretaria do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, da área de administração, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. A secretaria ocupava 4,20 x 6,00 metros de uma sala que contava com duas janelas altas e um armário de aço que ficava em frente a uma porta para fechá-la de forma improvisada, um armário de madeira com três portas, três mesas de escritório e cadeiras estofadas, conforme a imagem. Provável que a imagem tenha sido capturada entre 26 de julho de 1966, data de criação do Colégio, e 20 de novembro de 1968, dia da abertura do processo de reconhecimento, pois foi utilizada como prova das instalações físicas.

107

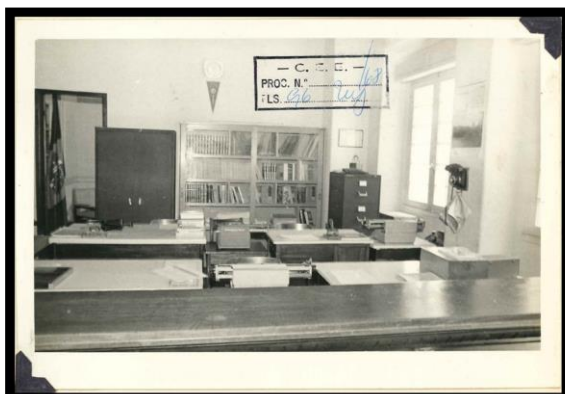
ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior esquerdo, e contém uma legenda datilografada que identifica o local da imagem. Encontra-se fixada por duas cantoneiras nas laterais na folha nº95 do processo de reconhecimento do CTCFF. No geral, a imagem está bem nítida e o suporte em bom estado de conservação física.

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº 95).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	19/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

108



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF47
Título:	Secretaria do Colégio Técnico
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Na imagem, outro setor administrativo do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, também identificada nos registros documentais como sendo da Secretaria, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loré nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. A sala contava com duas janelas grandes com boa iluminação natural, um armário de madeira com prateleiras, um armário de aço, dois arquivos de aço, quatro mesas de escritório, 3 máquinas de datilografia, um telefone fixo antigo, entre outros materiais e bens móveis. Ao fundo da sala, a esquerda da imagem, ficava a sala do Diretor. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas a administração e funcionamento do Colégio.
--------------------	--

109

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui duas cantoneiras que a fixam na folha nº96 do processo de reconhecimento do CTCFF, bem como a marca do carimbo do órgão e página do processo. No geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº 96).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRAGE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	19/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria • Sala da Direção • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

110



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF48
Título:	Secretaria do Colégio Técnico
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia de outro ângulo da Secretaria do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261. A imagem, registra a bancada de atendimento ao público e parte da sala da área de administração, com a presença de uma secretária sentada em frente a máquina de datilografia. Provavelmente a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de solicitação e abertura do processo de reconhecimento do mesmo, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas a administração e funcionamento do Colégio.
--------------------	--

111

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha e manchas amareladas, ambas próximas a margem superior esquerda, mas no geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado).

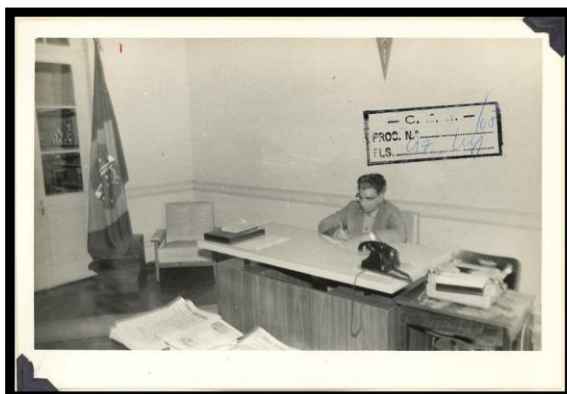
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	21/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Secretaria • Sala da Direção • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

112



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF49
Título:	Sala da direção do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Sala da Direção do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, incluída na área de administração, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. A sala ocupava 4,20 x 3,50 metros e na imagem, é possível visualizar um homem, que provavelmente ocupava cargo de direção e chefia, uma bandeira do Brasil com mastro, um telefone fixo antigo e uma máquina de datilografia, entre outros materiais e bens móveis. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas a administração e funcionamento do Colégio.
--------------------	---

113

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima a margem superior esquerda, duas cantoneiras que a fixam na folha nº97 do processo de reconhecimento do CTCFF, bem como a marca do carimbo do órgão e página do processo.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº 97).

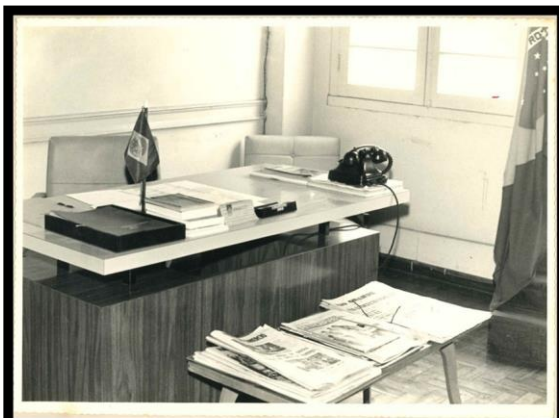
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Glaucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	21/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala da Direção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

114



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF50
Título:	Sala da direção do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Sala da Direção do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, incluída na área de administração, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. A sala ocupava 4,20 x 3,50 metros e na imagem, destacam-se duas cadeiras estofadas próximas a mesa principal, mesa de apoio com jornais e revistas, uma bandeira do Brasil com mastro e um telefone fixo antigo. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento do mesmo, pois a fotografia aparece como prova das instalações físicas.
--------------------	--

115

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior direito. No geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado).

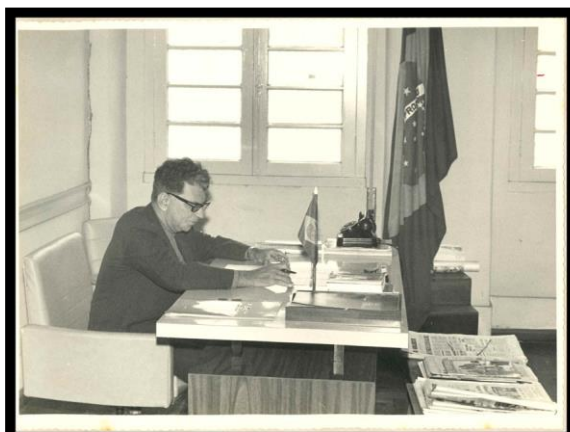
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	22/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> Sala da Direção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

116



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF51
Título:	Sala da direção do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia da sala da direção do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, incluída na área de administração, localizada no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261. A sala ocupava 4,20 x 3,50 metros e na imagem, destaca-se um homem, que provavelmente ocupava cargo de direção e chefia, em seu local de trabalho. A fotografia pode ter sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 a 20 de novembro de 1968, isto é, da criação do Colégio até o dia de abertura do processo de seu reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações adequadas a administração e funcionamento do Colégio.
--------------------	--

117

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima ao lado superior direito. No geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Nº da página não identificado).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	23/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Sala da Direção • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

118



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF52
Título:	Arquivo do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia da sala denominada na época como o Arquivo do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, onde os documentos da instituição aparecem dispostos em estantes, e serve como depósito de outros materiais como lustres, mesas e cadeiras sem uso. A sala ficava no prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação até o dia de abertura do processo de reconhecimento do Colégio, pois a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao seu funcionamento.
--------------------	---

119

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui duas cantoneiras que a fixam na folha nº96 do processo de reconhecimento do CTCFF, bem como a marca do carimbo do órgão e página do processo.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº96).


ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	23/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Arquivo • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---


120

 <p>Área de circulação</p>	<p>ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO</p> <p>Código de referência: BR RSFURG FFCPE AF53</p> <p>Título: Área de circulação do CTCFF</p> <p>Data(s): 1966-1968 (data de produção)</p> <p>Nível de descrição: Item (nível 5)</p> <p>Dimensão e suporte: Fotografia 1 item p&b 18 x 12cm (LxA)</p>
	<p>ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO</p> <p>Nome do produtor: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas</p> <p>Procedência: Coordenação de Arquivo Geral - FURG</p>
<p>ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA</p> <p>Âmbito e conteúdo: Fotografia do corredor de acesso, que integrava a área de circulação, do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, no primeiro pavimento do prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261. À esquerda da imagem, constata-se o bar do Colégio e sua bancada. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação até o dia de abertura do processo de reconhecimento do Colégio, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao seu funcionamento.</p>	

121

<p>ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO</p> <p>Características físicas e requisitos técnicos: A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica vermelha na margem superior esquerda, duas cantoneiras que a fixam na folha nº100 do processo de reconhecimento do CTCFF, bem como a marca do carimbo do órgão e página do processo. Mas no geral, encontra-se em bom estado de conservação física.</p>	
<p>ÁREA DE FONTES RELACIONADAS</p> <p>Unidades de descrição relacionadas: BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)</p> <p>Nota sobre publicação: FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº100).</p>	
<p>ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO</p> <p>Nota do Arquivista: Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.</p> <p>Regras ou convenções: Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)</p> <p>Data da descrição: 24/11/2021</p>	
<p>ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS</p> <p>Pontos de acesso e indexação de assuntos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Corredor de acesso • Área de circulação • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. 	

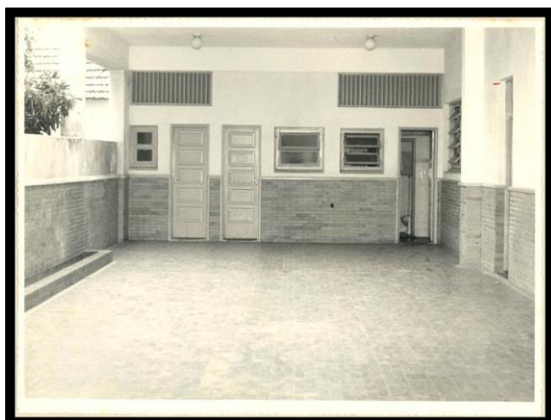
122

	ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO	
	Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF54
	Título:	Área de educação física e recreação do CTCFF
	Data(s):	1966-1968 (data de produção)
	Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 18 x 12cm (LxA)	
ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO		
Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas	
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG	
ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA		
Âmbito e conteúdo:	Fotografia da área externa destinada a educação física e recreação dos estudantes do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. O ambiente ficava no prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. Além desse local, os estudantes também praticavam educação física e jogos no Estádio do Clube de Regatas Rio Grande aos sábados, em acordo com o Clube. A fotografia foi tirada entre o período de 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, isto é, da criação até o dia de abertura do processo de reconhecimento do Colégio, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.	

123

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO	
Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui duas cantoneiras que a fixam na folha nº97 do processo de reconhecimento do CTCFF.
ÁREA DE FONTES RELACIONADAS	
Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (Original publicada na página nº97).
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO	
Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	26/11/2021
ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS	
Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Área de educação física e recreação • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.

124



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF55
Título:	Área de educação física e recreação do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia de parte do pátio utilizado para as aulas de educação física e recreação dos estudantes do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, sendo que em duas portas da imagem localizavam-se os banheiros masculino e feminino, pertencentes a área higiênica-sanitária da unidade. O ambiente ficava no prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. Além desse local, os estudantes também praticavam educação física e jogos no Estádio do Clube de Regatas Rio Grande aos sábados, em acordo com o Clube. Supõem-se que a fotografia tenha sido tirada entre o período de 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, isto é, da data de criação do Colégio até o dia de abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi incluída como prova das instalações físicas adequadas ao ensino.
--------------------	--

125

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima a margem superior direita, mas no geral, encontra-se em bom estado de conservação física.
--	---

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire . Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (nº da página não identificado).

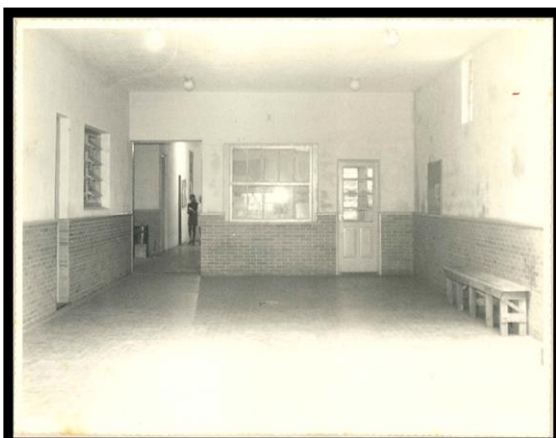
ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	27/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Área de educação física e recreação • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

126



ÁREA DE IDENTIFICAÇÃO

Código de referência:	BR RSFURG FFCPE AF56
Título:	Área externa coberta do CTCFF
Data(s):	1966-1968 (data de produção)
Nível de descrição:	Item (nível 5)
Dimensão e suporte:	Fotografia 1 item p&b 23,5 x 17,5 cm (LxA)

ÁREA DE CONTEXTUALIZAÇÃO

Nome do produtor:	Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas
Procedência:	Coordenação de Arquivo Geral - FURG

ÁREA DE CONTEÚDO E ESTRUTURA

Âmbito e conteúdo:	Fotografia da área externa coberta do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, que servia para recreação e apoio nas atividades de educação física dos estudantes. O ambiente ficava no prédio de alvenaria situado na Rua Luiz Loréa nº 261, adquirido pela Prefeitura Municipal de Rio Grande em 02/12/1963. Provavelmente a fotografia tenha sido tirada entre 26 de julho de 1966 e 20 de novembro de 1968, data de criação do Colégio até o dia de solicitação e abertura do processo de reconhecimento, no qual a fotografia foi utilizada como prova das instalações físicas adequadas ao funcionamento e ensino.
--------------------	--

127

ÁREA DE CONDIÇÕES DE ACESSO E USO

Características físicas e requisitos técnicos:	A fotografia possui uma marca de caneta esferográfica na cor vermelha próxima a margem superior direita e pequenas manchas próximas as bordas.
--	--

ÁREA DE FONTES RELACIONADAS

Unidades de descrição relacionadas:	BR RSFURG FFCPE.SCTCFF. S01.DO01 (Dossiê: Processo de reconhecimento do Colégio)
Nota sobre publicação:	FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Processo de reconhecimento do Colégio Técnico Comercial Fernando Freire. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1968. (nº da página não identificado).

ÁREA DE CONTROLE DA DESCRIÇÃO

Nota do Arquivista:	Para descrição detalhada, foram utilizadas informações presentes em documentos que compõem a Seção Colégio Técnico Comercial Fernando Freire, do Fundo FCPE. Greta Dotto Simões – Arquivista FURG Orientadora: Profª Drª Gláucia Vieira Ramos Konrad.
Regras ou convenções:	Descrição realizada conforme a NOBRADE (CONARQ, 2006) NBR 6023 (ABNT, 2018)
Data da descrição:	31/11/2021

ÁREA DE PONTOS DE ACESSO E INDEXAÇÃO DE ASSUNTOS

Pontos de acesso e indexação de assuntos:	<ul style="list-style-type: none"> • Área externa • Área de educação física e recreação • Colégio Técnico Comercial Fernando Freire.
---	---

128

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.
- CAETANO, Ademir Cavalheiro. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio Grande, RS: Constituição e influências para o desenvolvimento do Município (1955-1969). Pelotas: UFPEL, 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pelotas, 2016. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3631365> Acesso em: 29 mar.2021.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: < <http://www.siga.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes/nobrade.pdf>> Acesso em: 29 nov. 2020.
- FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Regimento do Colégio Técnico Comercial “Fernando Freire”. 1966. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1959.
- FACULDADE DE CIENCIAS POLÍTICAS E ECONOMICAS. Relatório da Inspeção da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas de Rio Grande - 1º Período do Ano de 1959. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral, 1959.
- RIO GRANDE. Lei Municipal nº737, de 26 de julho de 1966. Institui o Colégio Técnico Comercial “Fernando Freire”.1966. Acervo da Universidade Federal do Rio Grande - Coordenação de Arquivo Geral.
- RIO GRANDE. Lei Municipal nº1718, de 10 de maio de 1966. Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº1439, de 23 de outubro de 1962. Disponível em: < <https://camara-municipal-de-rio-grande.jusbrasil.com.br/legislacao/533107/lei-1718-66>> Acesso em: 29 de mar.2021.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG. (FURG). Catálogo Geral da Universidade Federal do Rio Grande. 2015. Disponível em: <https://acessoinformacao.furg.br/images/catalogos/catalogo_2015.pdf> Acesso em: 22 mar.2021.